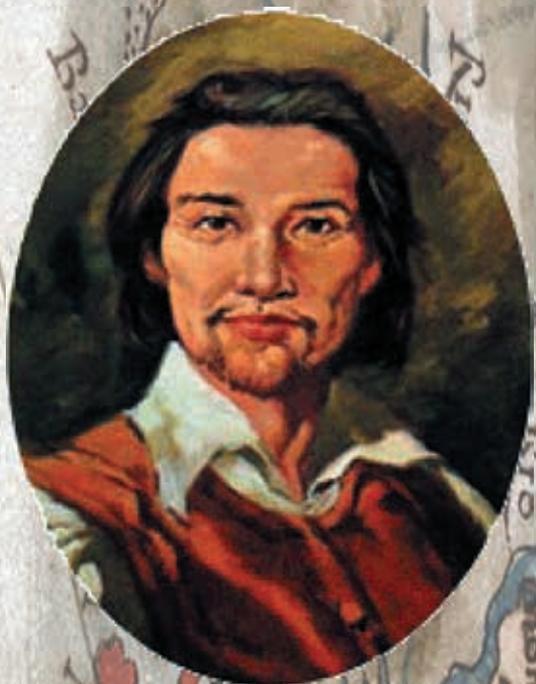




SENADO  
FEDERAL



JORNADA DO  
MARANHÃO

POR ORDEM DE SUA MAJESTADE  
FEITA O ANO DE 1614

*Diogo de Campos  
Moreno*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

*Volume 161*



## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

**H***istória da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.* O autor Claude d'Abbeville foi um dos capuchinhos que acompanharam os franceses na viagem ao Maranhão, em 1612, viagem capitaneada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière. Junto com Yves d'Évreux, d'Abbeville deixou registro, entre outros temas, da fauna, flora, geografia, astronomia, gastronomia, costumes e hábitos dos nossos indígenas. É, além do fator científico e registro etnográfico, um volume pleno de curiosidades sobre os trópicos. É o primeiro estudo denso sobre a História do Estado e uma parte importante do projeto colonialista dos franceses no Brasil. O livro parte dos empreendimentos para a viagem, os contratemplos da navegação, a permanência dos franceses no Brasil, até a volta a Paris de d'Abbeville. Livro precioso e necessário para os que desejam conhecer o Brasil colonial e obter informação sob o olhar estrangeiro das nossas terras e costumes. Este volume faz parte da bibliografia fundamental sobre a História do Brasil.

## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

**C***idades históricas. Inventário e pesquisa. São Luís.* Este volume faz parte dos inventários dos centros históricos realizados pelo IPHAN a partir de metodologia e pesquisa próprias registrando rua a rua, casa a casa, dos bens tombados da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. É um pormenorizado registro, incluindo fotos, sobre edificações públicas e privadas, seu uso anterior e atual, gabarito, área do lote e de projeção e o estado de conservação, além de conter mapas e uma introdução histórico-urbanística. Criado na década de 1980, o INBI/SU foi elaborado para apoiar as ações de conservação, restauração, promoção e gestão do patrimônio urbano tombado.

**C***opiador das cartas particulares do senhor Dom Manuel da Cruz (1739-1762) bispo do Maranhão e de Mariana.* Esta obra de D. Manuel da Cruz constitui um monumento para quantos se interessarem pela história da Igreja de Minas Gerais, em particular, e da Igreja no Brasil, em geral. Por meio de diversas cartas, somos apresentados a caminhos pouco ou nada conhecidos do interior do Piauí, Maranhão, Bahia e, claro, Minas, consolidados já na primeira metade do século XVIII. A transcrição, revisão e as notas dessas valiosas cartas, verdadeiros documentos de nossa História, foram competentemente realizadas por Aldo Luiz Leoni. Aldo Leoni, que se incumbiu ainda de “esclarecer a gênese e tornar inteligível o conteúdo do manuscrito”.



Desenho de Jerônimo de Albuquerque Maranhão  
(\*Olinda, Pernambuco 1548 — †Rio Grande do Norte, 1618),  
militar e sertanista brasileiro.



Imagem parcial do *Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará*, mostrando apenas a cidade de São Luís e arredores, carta de João Teixeira de Albernaz I, cartógrafo português.



.....

JORNADA DO MARANHÃO  
POR ORDEM DE SUA MAJESTADE  
FEITA O ANO DE 1614



*Mesa Diretora*

Biênio 2011/2012

Senador José Sarney

*Presidente*

Senadora Marta Suplicy

*1º Vice-Presidente*

Senador Wilson Santiago

*2º Vice-Presidente*

Senador Cícero Lucena

*1º Secretário*

Senador João Ribeiro

*2º Secretário*

Senador João Vicente Claudino

*3º Secretário*

Senador Ciro Nogueira

*4º Secretário*

*Suplentes de Secretário*

Senador Gilvam Borges

Senadora Maria do Carmo Alves

Senador João Durval

Senadora Vanessa Grazziotin

*Conselho Editorial*

Senador José Sarney

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

*Conselheiros*

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....  
*Edições do Senado Federal – Vol. 161*

JORNADA DO  
MARANHÃO  
POR ORDEM DE SUA MAJESTADE  
FEITA O ANO DE 1614

*Diogo de Campos Moreno*



*Brasília – 2011*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL  
Vol. 161

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto  
© Senado Federal, 2011  
Congresso Nacional  
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF  
cedit@senado.gov.br  
[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)  
Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-379-8

.....

Moreno, Diogo de Campos.  
Jornada do Maranhão / Diogo de Campos Moreno ; apresentação:  
José Sarney e Josué Montello. – Brasília : Senado Federal, Conselho  
Editorial, 2011.

168 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 161)

1. Maranhão, história. I. Título. II. Série.

CDD 981.21

.....

.....

## *Sumário*

Sobre a presente edição  
por Sebastião Moreira Duarte  
*pág. 9*

As meias de seda  
por José Sarney  
*pág. 11*

À conquista do Maranhão  
por Josué Montello  
*pág. 17*

Artigo extraído das atas da  
Academia Real das Ciências  
*pág. 21*

Prefação  
*pág. 23*

Jornada do Maranhão  
por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614  
*pág. 27*

Análise filológico-estilística  
por Antônio Martins de Araújo  
*pág. 125*

ÍNDICE ONOMÁSTICO  
*pág. 165*



.....

*Sobre a presente edição*

SEBASTIÃO MOREIRA DUARTE

*D*ESTA obra e de seu autor dirão bastante seu próprio texto e os que os acompanham.

*De suas edições anteriores, eis a notícia:*

– a primeira saiu aos cuidados da Academia Real das Ciências de Lisboa, feita por Joaquim José da Costa e Sá, em 1812;

– a segunda foi publicada no Brasil em 1874, integrando o 2º v. das Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, de Cândido Mendes de Almeida;

– a terceira, dita, por equívoco, “1ª edição brasileira”, veio a público em 1984, pela Editorial Alhambra (Rio de Janeiro), constituindo o 1º v. da coleção Documentos Maranhenses, patrocínio cultural da Alumar.

A presente edição publica-se em confronto com a primeira. As páginas de apresentação, de autoria de José Sarney e Josué Montello, transcrevem-se da edição da Alhambra. A elas acrescenta-se, desta vez, o estudo de Antônio Martins de Araújo, ao final do livro, sobre sua ortografia, morfossintaxe, estilo e léxico.

*Em comparação com outras regiões brasileiras, o Maranhão encontra-se em posição de preeminência sempre que se consideram a sua riqueza cultural e a abundante bibliografia que acompanha a sua própria História, desde a crônica dos tempos coloniais.*

*Ontem, como hoje, figuras do maior renome, nascidas ou vividas no solo maranhense, explorando os mais distintos campos de atividade do espírito, escreveram uma obra imensa – uma rica e variada biblioteca – que, sem dúvida, constitui a nota de singularidade, por excelência, com que esta parte do Brasil se apresenta ao conspecto de toda a nacionalidade.*

*O Governo do Estado, consciente desse precioso patrimônio, legado do passado ao presente e plataforma para a mais sólida edificação do futuro, sente-se orgulhoso de lançar a coleção Maranhão Sempre, que possibilitará aos estudiosos e ao público interessado ter à mão o acervo do que de mais significativo aqui se escreveu, como registro de quase quatrocentos anos da História desta terra, cuja capital, antes chamada Atenas Brasileira, é agora, por título da Unesco, Patrimônio Cultural da Humanidade.*

*Nossa edição compreendeu a atualização ortográfica, a redução do número de maiúsculas, o reordenamento da pontuação, e nova divisão dos parágrafos. Guardamos, no entanto, absoluta fidelidade às opções e diferenças prosódicas de topônimos e antropônimos do original, e bem assim, com todo cuidado, o vocabulário da época e da pessoal preferência do autor. Eventuais dificuldades quanto a esse ponto podem elucidar-se consultando-se o glossário que o Prof. Martins de Araújo apresenta em seu estudo (item 12), ao qual remete o asterisco (\*) que precede algumas palavras. Raramente, uma letra entre [ ] assinala o que nos pareceu simples lapso tipográfico.*

.....

*As meias de seda*

JOSÉ SARNEY

**A** *JORNADA DO MARANHÃO* por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614, de *Diogo de Campos Moreno*, sargento-mor do Estado, a quem Varnhagen atribui a autoria da Razão do Estado do Brasil, é um livro importantíssimo, que constitui a certidão de batismo das guerras de nossa conquista, um relato minucioso feito por quem delas participou e comandou, elaborado com base nos menores detalhes.

É fascinante acompanhar, com a imaginação, o que se passou nestas praias, ainda hoje desertas, na segunda década do século XVII. Tenentes, generais e soldados com peitos e rodelas de aço, morriões e coladas, tambores de guerra tocando e ordens de batalha dadas ao som das trombetas de avançar, tudo num cenário de silêncio daqueles anos em que nada se sabia do mundo. O vento que vinha do mar varria a areia branca da praia, e nela, índios e fidalgos, entre audácia, selvageria e medo, lutavam, enviados por ordens de reis e rainhas, invocando a fê e matando pelos santos preceitos.

Este livro cativa no acompanhamento, tanto pelo relato como pela imaginação, na lembrança de corsários, índios, mercenários, aventu-

*reiros, idealistas e heróis misturados numa saga sangrenta e gloriosa para assegurar a quem devíamos pertencer. Se a Portugal, àquele tempo pertencido a Filipe II de Espanha, se a Maria de Médicis, viúva de Henrique IV e mãe de Luís XIII, viúva de um conquistador desbragado e libertino, que ao ser inquirida pela marquesa de Verneuil, amante do rei morto, se poderia voltar ao Louvre, respondeu:*

*“Sempre respeitarei a todos aqueles a quem amou o rei, meu marido; pode reaparecer na corte, onde será bem recebida.”*

*Mas o presidente do Parlamento, ao relatar o crime de Ravallac, afirmou naquela casa que a reação da rainha foi suspeita ao saber da morte do rei, por ele comunicada: “Não a encontrei nem surpresa nem aflita!”*

*A bandeira que esta mulher deu a La Ravardière estava desfraldada nas dunas de Guaxenduba: Tanti dux faemina facti era o lema, com as armas da França, em fundo azul-celeste, um navio tendo a rainha e o filho que dela recebe um ramo de oliveira.*

*O Maranhão, diz o padre Antônio Vieira, em sua História do futuro, estava nas profecias do profeta Isaías, “gente nascida e mais criada na água que na terra”, ... e “são pontualmente os maratins dos Maranhões”.*

*A nossa história nasce sob o privilégio dos grandes escritores. O primeiro donatário é João de Barros, historiador emérito. A fundação é documentada por importantes cronistas. Estes livros são basicamente a História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas, escrito pelo padre Claude d’Abbeville, da missão francesa; um opúsculo, L’arrivée des pères capucins et la conversion des sauvages à notre sainte Foy, Paris, 1613; Voyage dans le nord de Brésil, de Yves d’Evreux (1614-15), somente editado em 1862; a Jornada, agora reeditado, datado de 1614, e uma História do Maranhão, do frei Cristóvão de Lisboa, em três volumes, devorada pelo incêndio que se seguiu ao terremoto*

*de Lisboa, em 1755, e apenas salvo o 3º volume, que estava no gravador, e assim escapou da destruição. Descoberto recentemente, foi editado em 1967 pelo Arquivo Ultramarino e tem por título História dos animais e árvores do Maranhão, contendo belos desenhos e um documentário que prova o pioneirismo dos portugueses nos estudos de história natural no Brasil.*

*O livro do padre d'Abbeville e este de Diogo de Campos Moreno são para nós, maranhenses, os mais importantes. De um lado, o relato da visão civilizadora dos franceses e do outro o sentimento de defesa da terra de que se achavam donos os portugueses. Sob certo aspecto, a Jornada do Maranhão contém dados de interesse mais universal que a História dos padres capuchinhos. O livro de Diogo de Campos mostra como se preparavam as guerras, o seu apoio logístico, o recrutamento das tropas e o tipo de combates. É um documentário administrativo, e não obra de historiador. Ele não interpreta os fatos, apenas registra-os, mas ao registrá-los fornece ao historiador aquela matéria que se torna eterna pelo milagre da palavra escrita. A primeira referência a este livro foi feita por Berredo, que dele muito se valeu para escrever os seus Anais. Ele afirma que o encontrou na Grande Livraria do 3º Conde da Ericeira, e o relaciona entre as obras que consultou: Relação da jornada de Jerônimo de Albuquerque para a conquista do Maranhão. Manuscrito, sem nome do autor. Em 1812, a Academia Real das Ciências de Lisboa o publica, já identificando o texto como de Diogo de Campos Moreno. Não há dúvida de ter sido ele o autor. Além das abonações contidas no prefácio da edição primitiva devo aduzir algumas. Nesse texto passou despercebido o fato de que este relato não era obra de um escritor, mas o diário de um comandante. À página 26, quando ele fala das dificuldades da costa, afirma: “mandando-se de tudo fazer um assento, para que constasse a todo tempo”.*

*Por outro lado, a preocupação permanente de Diogo de Campos Moreno é documentar o seu procedimento impessoal, cumprindo missão determinada pelo governador-geral e pelo rei, a quem sempre invoca nas divergências com Jerônimo de Albuquerque. O fato de ser um relatório o*

*obrigava a não tê-lo como obra de sua autoria, sem mérito outro senão o de um oficial responsável, reconhecedor das leis de guerra e zeloso de seu ofício. Ele se preparou para uma grande guerra, longa e difícil. A Jornada tornou-se milagrosa porque os franceses não sabiam lutar e não tinham vindo ao Brasil para lutar, e sim para civilizá-lo, servir aos interesses da religião e da conquista.*

*As cartas que aqui são transcritas de Jerônimo de Albuquerque e de La Ravardière mostram o estado de espírito dos invasores. No princípio a perplexidade, depois as mesuras e a magnanimidade. A morte de um dos grandes amigos do comandante quebrou-lhe o ânimo.*

*A partir desse momento somente deseja a paz. Essa confissão explica para nós como um exército tão numeroso, tão pleno de recursos, foi derrotado por soldados maltrapilhos que não tinham sequer um enfermeiro, nem comida, nem ataduras, nem meios, e muito menos conhecimento do terreno. Por isso, as ordens de Jerônimo de Albuquerque, o grande conhecedor dos índios, dos artificios e das fraquezas dos nossos primeiros habitantes, se chocam com as de Diogo de Campos, soldado que lutara em Flandres com o príncipe de Parma e que onde chegava desejava construir fortes, ordenar companhias e esquadras, segundo as regras mais apuradas da ciência e disciplina militares, contrastando com o velho Albuquerque, decidido, arrojado e vaidoso, com uma imagem própria e legendária de conquistador de terras, como bem observa João Lisboa.*

*Essa divergência de temperamento e de formação é bem evidenciada no diálogo entre o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque e o sargento-mor Diogo de Campos, sobre como conduzir a guerra. Um confiava na audácia e no arrojo; o outro, em seus conhecimentos científicos. É por isso que o autor da Jornada diz ao velho guerreiro que esta luta “não era jornada de sertão, senão de S. Majestade”. Era uma alusão bem clara aos métodos de Jerônimo*

*de Albuquerque nas guerras de captura e ocupação das imensas vastidões do território brasileiro.*

*Episódio singular também é relatado neste livro: uma aposta estranha e singela que se faz nas praias das ilhas desertas do Maranhão.*

*Aqueles homens curtidos pelo sofrimento e pela aventura não sonhavam com o fausto nem com a glória. Suas ambições eram singelas.*

*Vamos reconstituir o diálogo:*

*(Albuquerque) “Apostemos umas meias de seda, que antes de sábado tenho índios do Maranhão...”*

*(Diogo de Campos) “Sou contente de as perder... porém, se as ganhar, lembro que mais há de dar V. Mercê...”*

*A Jornada, além do interesse específico para a História do Maranhão, nos fornece outras indicações sobre a terra. O Ceará, por exemplo, tem sua primeira seca testemunhada quando ele fala que Jerônimo de Albuquerque ali não achou “cômodo para povoar por ser toda a terra mísera, seca e não ter água para beber”. Mais adiante diz que em 1614 houve uma grande seca, pois eles não podiam empreender a caminhada por terra: “as secas daquele ano foram mui grandes, achou-se que não havia água para beber; nem folha verde, com que se cobrirem...”.*

*No mesmo relato ele nos diz que os índios tinham noção da existência de doenças contagiosas e que usavam o fogo para evitar as epidemias. Eles mandaram recrutar índios na serra do Ibiapaba, mas seu chefe, o cacique Diabo Grande, mandou dizer ser impossível “dar-lhe gente... por falta de saúde, que todos os seus, e eles tinham tal, que haviam queimado as casas e aldeias, e viviam no campo até de se passar o contágio daquele mal que os afligia”.*

*Finalmente as cartas trocadas entre os comandantes são documentos importantes para o Maranhão. Vê-se que os franceses tinham em vista edificar uma colônia em bases altas. O gabinete de La Ravardière surpreende pelos instrumentos náuticos, aparelhos de ciência, e onde recebia seu inimigo*

com “música concertada”. Sua primeira missiva é assinada como “este teu mortal inimigo”. Já Albuquerque, que nada falava de francês, dirá: “il sera comme vous plaira”.

*As últimas cartas, entretanto, têm um tom diferente: “Eu lhe beijo às mãos com vossa licença, e o mesmo faço a vós ambos, vosso servidor, Ravardière”.*

*(Albuquerque) “El capitán de Campos y yo os besamos las manos muchas vezes. Hieronymo de Albuquerque.”*

*É este livro que está agora editado.*

*Napoleão dizia que a guerra era assim mesmo:*

*“De manhã vai bem, de tarde vai mal; de tarde vai bem, de manhã vai mal...”*

*La Ravardière, vencido, sabendo da morte de De Pisiaux, seu amigo e companheiro de sonho desta nova França, ficará trancado no camarote de sua nau capitânia, fundeada ao largo da baía. A ninguém falará nesse dia, seu rosto não aparece. É somente tristeza, “pela morte do tenente-geral De Pisiaux e pelos demais parentes e amigos do Senhor de La Ravardière, aquele dia, nem o outro, falou a ninguém, encerrado em seu camarote, como homem pouco acostumado a ser vencido...”*

*Do outro lado, o vencedor, Diogo de Campos, dizia a Jerônimo de Albuquerque:*

*“Cuido, Senhor, que ganhei as meias, e que não somente não terá V. Mercê índios de paz, mas que terá franceses de guerra”.*

*E entre lágrimas pelos amigos mortos e cantos de alegria pela vitória, na batalha de Guaxenduba morreu o sonho daqueles fidalgos de construir nesta terra outra grande terra. Deles guardamos o nome da cidade, a tradição e os gestos. Mas ficamos portugueses para a eternidade, na disputa destas mágicas “meias de seda”.*

.....

## *À conquista do Maranhão*

JOSUÉ MONTELLO

**N**O CATÁLOGO dos livros e relações manuscritas, relativo a memórias do Maranhão, e que figura à entrada dos Anais Históricos, de Bernardo Pereira de Berredo, vem arrolada, em décimo quarto lugar, a relação da jornada de Jerônimo de Albuquerque para a conquista do Maranhão, como manuscrito da biblioteca do conde de Ericeira.

*Esse manuscrito não trazia nome de autor.*

*Dele se valeu Berredo, em seus Anais Históricos, daí extraindo muito dos subsídios em que se apoiou para escrever boa parte do livro II dos mesmos Anais.*

*A Academia das Ciências de Lisboa, por iniciativa de um de seus sócios, Joaquim José da Costa e Sá, publicou a referida Jornada, em 1812, na Coleção de notícias para a história e a geografia das nações ultramarinas, tomo I, e com isto abriu caminho à divulgação do velho apógrafo A história dos feitos portugueses, no gradativo domínio dos mares e das terras, numa época de navegação insegura, certamente toda uma vasta saga de feitos épicos. Somente um deles – a viagem de Vasco*

*da Gama à Índia – bastou ao gênio de Camões para tema dos dez cantos de Os Lusíadas, certamente a mais bela epopeia de língua portuguesa, em todos os tempos.*

*De tal modo as aventuras portuguesas nos espantam, quer nas histórias trágico-marítimas, quer nas Décadas, de João de Barros e Diogo de Couto, que somos inclinados a crer, lendo a famosa Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, que há, ali, menos ficção que realidade.*

*Com efeito, ao lermos os feitos realmente históricos nas páginas dos cronistas e epistológrafos, a realidade nos parece tão estarrecente quanto a ficção, não havendo assim razão para a interferência da fantasia romanesca em muito do que narrou Fernão Mendes Pinto.*

*Atentemos agora para o fato de que o livro genial de Cervantes, Dom Quixote, foi publicado em Lisboa, na fase em que Espanha e Portugal se achavam unidos, sob a mesma coroa espanhola. Que é o herói de Cervantes? Um leitor de novelas pastoris e de novelas de cavalaria, inclinado a aceitar como verdadeiros todos os feitos absurdos contidos nesses dous tipos de novela. Lembre-se mais a circunstância de que o homem ocidental estava rodeado de fatos tão surpreendentes que não haveria exagero em aceitar como verdadeiros os arroubos de imaginação dos novelistas. A realidade era realmente fantástica. Por que a fantasia não seria também real, impondo-se à credulidade humana?*

*Alcântara Machado, em Vida e morte do bandeirante, conta-nos que, rebuscando os papéis cartorários dos desbravadores que fizeram a nossa conquista leste-oeste e norte-sul, encontraram alusão a um volume de Fernão Mendes Pinto, provavelmente as Peregrinações. No inventário de Pero de Araújo, a carência de papel adequado levou o escrivão a valer-se de uma folha em que figurava a cópia manuscrita de algumas estrofes camonianas, precisamente aquelas em que os portugueses se preparam para a conquista do cabo Tormentório.*

*O fantástico da literatura andava a harmonizar-se com o fantástico da história verdadeira, como se não houvesse fronteiras exatas entre realidade e fantasia, nesses tempos assombrosos.*

*A Jornada do Maranhão tem de ser lida sem que percamos de vista essa concordância. Lembro-me de que, numa das histórias trágico-marítimas, um grupo de portugueses, vendo a água invadir o barco, em meio à tormenta, tratou de girar a bomba, embora eles soubessem que iriam morrer – porque desejavam morrer trabalhando.*

*O que aqui se relata na luta para o domínio dos mares e a conquista das terras do Maranhão, já quase a alcançar a Linha do Equador, no lento subjugar das águas desconhecidas, tem o sabor das conquistas supremas. O homem, em face das forças da natureza, reconhece a desigualdade da luta, mas não se deixa intimidar por ela.*

*Foi dali que proviemos, nós, os maranhenses. Convém que nos debrucemos sobre estes velhos textos com orgulho e alma reconhecida.*



.....

*Artigo extraído das atas da  
Academia Real das Ciências*

**D**ETERMINA a Academia; que o manuscrito que contém a Jornada do Maranhão por ordem de S. Majestade feita o ano de 1614, e lhe foi apresentado pelo seu correspondente do número Joaquim José da Costa e Sá, e se julgou digno de publicar-se, fosse impresso à custa da Academia, e debaixo do seu privilégio; e que se inclua na Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos Domínios de Sua Alteza Real<sup>1</sup>, ou lhes são vizinhas.

JOÃO GUILHERME CRISTIANO MÜLLER  
*Secretário da Academia*

---

<sup>1</sup> Na edição primeira, de 1812, da Academia Real das Ciências, está “portugueses”, que Cristiano Müller trocou por “de Sua Alteza Real”. (N. do E.)



.....

## *Prefação*

(DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE  
LISBOA PARA A EDIÇÃO ORIGINAL)

**A** *JORNADA DO MARANHÃO*, feita por Jerônimo de Albuquerque em 1614, e que a Academia Real das Ciências manda publicar como fazendo parte dos Documentos para a História dos Domínios Ultramarinos Portugueses, foi tirada de um manuscrito que, pela sua letra e forma, parecia não só datar da mesma época dos acontecimentos que refere, mas até ser o próprio autógrafo do autor, que quis ocultar o seu nome.

Bernardo Pereira de Berredo, autor bem conhecido pelos seus Anais históricos do Estado do Maranhão, teve já um bem cabal conhecimento deste mesmo manuscrito, pois, além de citá-lo em o *Catálogo dos Livros e Relações Manuscritas* que vem no princípio de sua obra, se serve muito dele em o seu segundo livro, que trata das primeiras tentativas dos portugueses para recobrar aquele país, e sobretudo em o terceiro e quarto, em que transcreve quase pelas

*mesmas palavras a maior parte dele. O mesmo Berredo confessa este plagiato em as seguintes expressões tiradas do § 217: “Porque tive a felicidade de que a universal vivente biblioteca das nossas idades, dom Francisco Xavier de Menezes, 3º conde da Ericeira, me comunicasse generosamente um manuscrito, sem nome de autor, porém do mesmo tempo desta expedição, que, conferido com as minhas memórias, acho que é certíssimo diário dos sucessos dela, me pareceu fazê-lo público à insaciável ambição dos estudiosos, procurando contudo na restrição formal das suas notícias inclinar a benevolência dos mais severos inspetores dos preceitos da História, na rigorosa crítica das reflexões modernas”.*

*Julgamos bastante esta passagem a acreditar este opúsculo, visto ser ele o mais antigo, ou para melhor dizer o único monumento donde é tirado tudo o que atualmente se sabe a respeito daquela jornada de Jerônimo de Albuquerque.*

*Em quanto ao autor que a escreveu: não temos dúvida em afirmar que foi Diogo de Campos Moreno, capitão e sargento-mor do Estado do Brasil, o qual acompanhou Jerônimo de Albuquerque naquela Conquista, não só em o seu posto de sargento-mor do Estado, mas como seu adjunto e colateral, expressões de que se serve o governador Gaspar de Sousa em a patente que lhe passou em Olinda aos 30 de julho de 1614.*

*Os motivos, que nos movem a esta persuasão, são bem fáceis de verificar pela leitura da mesma obra. Mostra-se pelo contexto dela que o seu autor presenciou os fatos que refere tão miudamente, e que tinha uma instrução suficiente da ciência naval e arquitetura militar; além disso, conta por duas vezes, e com muita miudeza, fatos em que ele se achou só dentre os portugueses, ou com um único companheiro, sendo o primeiro a entrevista que teve com Mr. de La Ravardière, e que vem à p. 78 e 79; e o segundo a outra entrevista com o mesmo governador, e que vem à p. 99 e seguintes, em ambas as quais relata com tanta miudeza as palavras que disse, e lhe responderam, e até os risos e gestos dos franceses na sua presença, que só uma testemunha ocular seria capaz de fazer aquela narração tão circunstanciada.*

*Outro motivo que nos induz a esta crença é que a história é escrita com tal arte que toda a glória daquele sucesso se atribui não a Jerônimo de Albuquerque, mas sim ao mesmo Diogo de Campos Moreno, sem que por isso o autor diga uma única palavra em seu elogio, como era de esperar: pelo con-*

*trário, ele se contentou de fazer falar os fatos, sem passar pelo desdouro de se gabar a si mesmo.*

*Em quanto às razões que fizeram com que Diogo de Campos não assinasse seu nome, ficarão conhecidas quando, depois de lida a sua obra, se vir a liberdade com que é escrita, e as expressões com que se explica a respeito de alguns indivíduos, principalmente do capitão-mor da expedição, Jerônimo de Albuquerque, do qual, apesar de tudo, ele sempre se ficou dando por amigo, como diz expressamente à p. 48.*

*Finalmente, deve-se notar que este Diogo de Campos foi quem trouxe a Lisboa o ajuste de suspensão de armas entre os dous comandantes, franceses e portugueses, e que com sua saída do Maranhão para Portugal se dá fim àquela história, que acompanha seu autor até o apresentar diante do arcebispo vice-rei de Portugal em 5 de março de 1615, época em que pouco mais ou menos este opúsculo teria sido escrito, não sendo assim para admirar que o conde da Ericeira viesse a ficar de posse dele.*

*O manuscrito foi comunicado à Academia pelo seu correspondente Joaquim José da Costa e Sá, pessoa tão conhecida pelos seus muitos trabalhos filológicos. A sua arrebatada morte privou a Academia de que ele acabasse uma erudita prefação a este livro, o qual ele se propunha dedicar ao Príncipe Regente Nosso Senhor, magnânimo e augusto protetor de todas as empresas acadêmicas.*



JORNADA DO MARANHÃO  
POR ORDEM DE SUA MAJESTADE  
FEITA O ANO DE 1614



.....

**D**EPOIS que os portugueses intentaram a Conquista do Maranhão, segundo o refere João de Barros em suas *Décadas*, e nela se perderam muitos homens e muitos navios, sempre esta empresa ficou espantosa, para os que quiseram olhar para ela, e tão desacreditada pela mesma razão diante de seu dono, que poucas vezes se achou conveniente só o falar nisso. Mas Deus, que das cousas em bem nosso tem diferente cuidado, ordenou que, o ano de 603, um Pero Coelho de Sousa, homem nobre, morador na Praíva do Estado do Brasil, no tempo que governou Diogo Botelho, quisesse intentar por terra o que já em outra ocasião por mar tinha sabido desta Conquista, da qual se diziam tantas grandezas, que parecia fabuloso o \*sítio, as terras, as gentes e tudo o mais que dali se prometia. Não faltavam homens que acompanhando esta \*tenção se ofereceram à jornada à sua custa, não pedindo mais que licença, a qual enfim se lhes deu o dito ano, e no mês de maio. Por ordem do dito governador, foi fazer esta expedição Diogo de Campos Moreno, capitão e sargento-mor daquele Estado, por obrigação do cargo, e porque juntamente foi visitar aquelas fortalezas. De modo que partiu o dito Pero Coelho com oitenta homens brancos e quase oitocentos índios de guerra, e com outros homens práticos na língua da terra, e levou provisões de capitão-mor da dita Conquista, em virtude das quais fez capitães de infantaria, e levou dous \*cara-

velões e um grande piloto da costa francês, chamado *Otuimiri*, sem o qual não fizera nada. Nas demais cousas do provimento, não foi largo como convinha, porque as forças eram poucas, e assim marchou até o Jaguaribe, donde no Ceará \*ajuntou a si todos aqueles índios moradores, com os quais, por necessidade da comida e por passar avante, foi até a grande serra de Buapava, e teve grandes recontros com os \*tabajares de Mel Redondo, e deu-lhe Deus grandes vitórias, e tais sucessos, que realmente, se fora sua \*tenção o Maranhão somente, muitos asseguram que chegara a ver suas terras. Porém o homem, obrigado de cartas de seus mandadores, e do mau provimento e socorro que lhe deram, pois nunca foi tal que passasse de promessas, se tornou a Jaguaribe com desenho de fazer ali nova povoação e colônia, para a qual trouxe desde a Praíva sua mulher e filhos, e deu nome à terra a *Nova Lusitânia*, e ao lugar a *Nova Lisboa*. Mas como todas estas obras eram sem ordem nem braço de rei, e o governador tratava de que lhe mandasse parte dos índios, como por cartas e ordens suas hoje parece, discorrendo que como de cativos era gente devida às primícias de seu governo, entendendo disto os homens que a jornada se havia feito somente para cativar e vender índios, deram-se tão boa manha que em breves dias venderam até aqueles que fielmente os haviam ajudado e acompanhado na guerra.

Neste tempo sucedeu que os holandeses acometeram a Bahia de Todos os Santos, sendo seu general Paulo Wancarden, a qual se defendeu desta armada honradamente, não tendo fortificação, nem artilharia equivalente a semelhantes forças, e assim para avisar a S. Majestade deste caso, como da necessidade que aquele povo tinha de fortificação, e Paranambuco de um forte na sua \*barra e de artilharia de alcance, e de munições de guerra e armas, e assim para que avisasse ao dito senhor das cousas da Conquista da costa de leste-oeste, e das muitas razões que havia para se acudir àquela costa, da qual sabidamente se serviam e apoderavam os inimigos, foi mandado o dito Diogo de Campos a Espanha a tratar estas cousas, o que fez partindo no ano de 604, e no de 605 e 606 alcançou ordem para as fortificações do dito Estado e outras cousas de importância. Porém nunca pôde alcançar que lhe deferissem às propostas do Maranhão, porque houve alguma opinião que a jornada era mais conveniente aos particulares, que desordenadamente se haviam havido nela, que não ao comum do servi-

ço de Deus e de S. Majestade, e que o governador mais tratava dela por se estar em Paranambuco que para socorrer a Pero Coelho, nem mandar tratar do que convinha. E estes juízos, que podiam ser temerários, todavia se fomentavam com novas que cada dia se escreviam destas desordens, que chegaram a estado a Pero Coelho de Sousa, que desamparado dos seus e quase mais vendido do que o foram os que ele vendeu, se veio deixando tudo miseravelmente a pé com sua mulher e filhos pequenos, parte dos quais pereceram de fome, fazendo tão lastimoso este seu passagem como o de Manuel de Sousa na terra dos cafres. E assim se acabou a boa \*tenção desta empresa bem começada em nome de S. Majestade, e sem custa alguma de sua Real Fazenda, ainda que todos os particulares ficaram perdidos, se foi necessário que o dito senhor mandasse acudir à desordem dos cativos, tirando-os a quem os tinha, e tornando-os a mandar restituir a suas terras vestidos e contentes.

Acabado este successo, pareceu ao Colégio dos Padres da Companhia de Jesus que esta empresa era sua deles, e de sua opinião e doutrina, como enfim pessoas dedicadas a descer e amparar os índios. Pelo que havendo-se bem aconselhado na matéria pediram licença para dous padres e quarenta índios irem até a grande serra da Buapava e dela ao Maranhão, ou ao menos às partes a ele mais vizinhas. Porque entendiam que os mesmos índios haviam de abalar-se para os receber, e levá-los a tomar posse de todos aqueles mundos. Porém Deus foi servido de outra cousa, e sucedeu que, havendo os reverendos padres chegado já à Buapava, deixando de novo quietos e mui amigos os do Ceará, passando avante foram no caminho salteados dos tapuias da serra, \*salvajes, que a todos fazem o mesmo, andando como feras sempre no campo: foi morto o padre Pinto nesta \*envolta, homem de grande bondade e exemplo na vida, que ali perdeu por Deus, e está hoje o seu corpo venerado no Ceará dos mesmos índios, que dizem que, depois que o têm consigo, que sempre lhes chove água do céu, e lhes vai bem. O outro padre, Figueira, escapou por entre o mato com alguns dos índios, que o encaminharam, e quando se viu no Ceará não fez pouco, nem ali estivera muito seguro; mas neste tempo, vindo outra vez o dito sargento-mor do Estado visitar a fortaleza do Rio Grande, e achando notícia do aperto em que o dito padre estava, e vendo que o padre Pedro São Peros queria ir ao buscar, deu a sua embarcação e soldados, que foram

ao trazer dali cem léguas, donde estava enfermo e consumido, e tal fim houve esta segunda empresa do Maranhão.

Já neste tempo governava o Estado do Brasil Dom Diogo de Meneses, cujo zelo e cristandade parecia assegurar as maiores empresas dele, tendo entre outras muitas cousas de substância alcançado, praticado, e quase assentado, a forma mais fácil, mais breve e menos custosa de aquela Conquista desdenhada, e quase de todos já avorrecida, e dando com sua costumada prudência e verdade conta da importância da costa de leste-oeste, e de seus portos até o Maranhão, e mostrando que não só estava em perigo de \*cossários se valerem dela, mas de outros tiranos, que possuindo-a podiam intentar grandes cousas contra o Peru, e todo novo mundo da América, ao melhor do qual ficavam de \*balravento, juntando a isto a relação de certos franceses que em um \*patacho se tomaram na boca da baía, os quais descobriram muito do que sabiam, finalmente deferindo S. Majestade aos avisos do dito governador, lhe mandou que, com particular cuidado e diligência, se tornasse a informar das cousas daquela Conquista, e do modo melhor em que podiam fazer-se.

Em virtude desta carta de S. Majestade, logo o governador no ano de 611 mandou ao sargento-mor Diogo de Campos ao Rio Grande, para que como parte mais próxima ao Jaguaribe de novo se informasse do que convinha ao cumprimento da ordem do dito senhor.

Tinha o dito Diogo de Campos um parente seu, o qual de muito pequeno havia mandado com Pero Coelho de Sousa, para que, servindo naquela entrada, aprendesse a língua dos índios e seus costumes, dando-se com eles e fazendo-se seu mui familiar e parente ou compadre, como eles dizem. Sucedeu isto tanto à medida do desejo, que, havendo-se Pero Coelho de Sousa retirado em descrédito dos índios e os padres da Companhia com pouca dita, só o moço chamado Martim Soares Moreno sustentou o crédito e amizade destas gentes do Jaguaribe. Pela qual opinião o dito governador Dom Diogo de Meneses o fez tenente da fortaleza do Rio Grande, donde o achou servindo Lourenço Peixoto Sirne, quando foi ser capitão de aquela capitania, fazendo que em seu tempo o dito Martim Soares fosse, como foi, três vezes ao Jaguaribe, cada vez confirmando mais a paz e amizade com Jacauná, principal de aquelas gentes, o qual lhe chamava filho: de que sucedeu que, chegando o dito sargento-maior ao

Rio Grande, fez uma mui conveniente e nova relação das cousas daquela Conquista, de modo assim gizada narração de seus fundamentos, que foi assinada por todos os capitães de aquelas capitânicas do norte até do de Paranambuco, assegurando ser convenientíssimo fazer-se a Conquista, e irem-se assegurando e povoando primeiro alguns portos de aquela costa com pequenos \*presídios.

Com estes pareceres, se resolveu o dito governador não só de avisar a S. Majestade como fez cumprimento da ordem que tinha, mas de dar, como deu, princípio à obra no dito ano. E assim despachou ao dito Martim Soares, fazendo-o capitão do Ceará, e dando-lhe só dous soldados, a fim que os índios não o tivessem por hóspede pesado, e vissem como não ia a lhes fazer guerra, mas antes a se fiar nas suas amizades e forças: e que assim tratasse de fazer fortaleza e igreja para se batizarem e doutrinarem os ditos índios, para o que lhe deu capelão, ornamentos e um sino, e outras cousas necessárias, com que se partiu e chegou a salvamento ao Ceará, donde fundou igreja a N. Senhora do Amparo, e fez um forte capaz de duzentos homens soldados, e moradores, e nele com amizade e fé de Jacauná, o qual fez vir a alojar-se meia légua do forte com a sua aldeia. Sucedendo, para confirmação deste bom princípio, que tomou o dito Martim Soares um navio holandês com ajuda dos índios, indo ele nu entre eles, e tingido de jimpapo, que faz a carne como negro de Guiné, matando em terra e no dito navio 42 homens, ficando senhores da nau e do que tinha em si de mantimentos, armas, e \*artilheria, e munições, e com este sucesso aumentando-se o crédito da dita povoação, fizeram fugir do porto de Mucuripe outra nau, matando-lhe alguns homens do batel, o que foi causa de que a 15 ou 16 léguas daqui fosse dar à costa, onde dizem que se perdeu, além da gente, muito marfim e ouro da Costa da Mina, que com doença não havia quem mareasse as velas. Tudo isto aconteceu já no cabo do governo do dito Dom Diogo, e estando ele na Bahia de Todos os Santos, confiando que de Paranambuco se teria cuidado do que à nova colônia importasse. Mas sucedeu que se descuidaram tanto do dito Martim Soares que quase se viu desacreditado e perdido com os índios, que, soberbos das presas alcançadas e não vendo que se fazia conta de aqueles brancos, e não faltando um mau cristão que de secreto avisava aos bárbaros que os matassem, que sem ordem se havia ido ali para os cativarem, estiveram mui em risco de

perder as vidas e o bom princípio que com justa quietação se havia dado, e sucedera dano, se o dito Martim Soares, já mui prático da língua e modos de proceder dos índios, não se valera de sua indústria, até que lhe chegou socorro.

Neste tempo, sendo S. Majestade já informada das cousas do Maranhão, e da importância delas, e do modo em que o Governador Dom Diogo de Meneses lhe tinha dado princípio, e havendo criado novo governador do dito Estado a Gaspar de Sousa, fidalgo de tantas partes, e tão grande soldado, que para ele parece que guardava o Céu este encantamento, e que dele se podiam esperar todos os bons sucessos, mandou que, conformando-se com o que mais conveniente lhe parecesse para a dita Conquista, assistisse sua pessoa em Paranambuco, e tratasse de eleger pessoas em cargo, quais para a tal jornada bem lhe parecesse. Porque de tal sorte lha encarregava, que, para a fazer, lhe dava todo o poder necessário em assistência de dinheiro, como em efeito lhe deu, e \*parou todas as prevenções e cartas necessárias como se verá adiante, e assim, tanto que o dito Gaspar de Sousa entregou a Paranambuco, não só tratou de socorrer, como fez a Martim Soares em um momento, mas para a Conquista elegeu logo capitão, nomeando no dito cargo a Jerônimo de Albuquerque por ser experimentado nas cousas do sertão e dos índios, como por ser grande \*truxamante ou língua entre eles, e com nome de seu benfeitor e parente ser muito aceito e conhecido em toda aquela costa, nas quais qualidades parece que consistiu o maior peso da expedição, que sem índios era impossível fazer-se antes, o número deles quanto maior fosse, mais parece que assegurava a jornada, e assim se tinha o dito governador persuadido nesta consideração que, com só este homem abalar-se, se abalaria todo o gentio de todas as partes, sem despesa da fazenda de S. Majestade, sem algum trabalho. Contudo, não quis o Albuquerque partir-se sem muitos homens brancos e tanto resgate quanto pôde tirar da fazenda de S. Majestade, dizendo que além de sua fama e das dádivas se haviam de abalar todos os índios de Jaguaribe, de Buapava e os tapuias do Parameri, chamados \*teremembés. E em efeito, vindo a contentar-se com o que lhe deram, que não foi pouco, se partiu, e chegou ao Ceará o ano de 613, donde levou consigo ao capitão Martim Soares, que com facilidade se lhe ofereceu para reconhecer tudo o que faltava da costa até o Maranhão, e que entraria no

mesmo rio, e com toda a brevidade possível tornaria a dar aviso se pudesse, e que entretanto seria bom povoar-se o Camuri, que era um rio naquelas partes de muito nome e muito próximo à grande serra de Buapava e dos \*teremembés, com os quais era mui necessário assentar pazes.

Partido Martim Soares, o dito Jerônimo de Albuquerque se foi ao Camuri, e não achando cômodo para povoar, por ser toda a terra mísera, seca e sem água para beber, se tornou atrás cousa de oito léguas à baía das Tartarugas, chamada *Peruquaquará*, e ali assentou uma povoação, na qual fundou um altar a N. Senhora do Rosário, e tratou com os índios da Buapava que o seu principal, chamado o *Diabo Grande*, o viesse ver e ouvir sua fala. Mas o índio, dando suas escusas, mandou um filho seu, oferecendo ao diante, quando ele tornasse, fazer o que lhe mandassem em nome de S. Majestade, de quem era amigo, e dos brancos. Com isto se acabaram os tratos e obras daquele ano e da despesa nele feita, que realmente, como dizia o mesmo governador, já parece que pedia maior satisfação de obras. Mas faltando Martim Soares, de quem não havia mais novas que as que havia mandado do Pará, dizendo que tratara amizades com os \*teremembés, e que passava ao Maranhão, e vendo que o Diabo Grande havia recusado vir a seu chamado, e que os mantimentos faltavam e a gente padecia falta de todas as cousas, determinou de deixar nas Tartarugas 40 soldados com um seu sobrinho, e partir-se por terra ao Ceará com o resto da gente, mandando os barcos, que, costeando a costa como melhor pudessem, se tornarem a Paranambuco, para donde ele também logo caminhava, não lhe parecendo necessário para nenhuma cousa destas ordem do governador. E assim foi este o fim da primeira Jornada de Jerônimo de Albuquerque o ano de 612, chegando a Paranambuco a salvamento.

Neste tempo mandou S. Majestade ao sargento-mor daquele Estado, Diogo de Campos, que logo se embarcasse em Lisboa, donde com licença do dito senhor havia ido a levar sua casa, e que se fosse a servir na Jornada do Maranhão, porque, quando de lá viesse, lhe mandaria fazer as \*mercês e honras que por aquele e os demais seus serviços merecesse. A isto replicou por três vezes com instância o dito sargento-mor, escusando-se de tornar ao Brasil, donde estava já despedido com licença do dito senhor. Mas, estando nestas dúvidas, sucedeu que chegou aviso à corte de como os holandeses armavam para o Brasil, pelo que o secretário Fernão de Ma-

tos, em junho de 613, da parte de S. Majestade mandou ao dito Diogo de Campos que logo se partisse a Lisboa, donde acharia uma armada até 400 homens, a qual se fiava só da diligência e partes de sua pessoa, com a qual e com \*ministros de guerra e \*artilheria se havia de partir a socorrer o Governador Gaspar de Sousa. Chegou a Lisboa o dito sargento-mor em sete dias, donde achou trinta soldados assentados no armazém. Contudo, sustentou esta opinião como pôde, avisando ao governador, do qual teve resposta que a gente que se fazia era mui necessária, porque quando para a jornada do mar para o efeito não servisse, seria para a Jornada do Maranhão, donde ninguém se deliberaria ir por sua vontade. Com esta carta se tornou a aquentar a leva da gente. Porém chegou logo outro aviso do mesmo governador, que a gente não convinha, porque se não achava em tempo aquele estado para os pagar, e que só tomaria \*artilheria e armas, de que havia grande falta para o novo forte do Recife, e para os moradores. Com esta carta, o sargento-mor do Estado tratou de se partir com as naus da Índia, e assim, alcançando duas \*colebrinas para o forte da Lajem do Recife de Paranambuco, e algumas armas e munições, e cousas para a Jornada do Maranhão, se partiu em uma \*urca, em 8 de abril de 1614, com até 50 soldados para guarda de tudo, sem levar outra cousa, porque, conforme aos avisos do governador, se entendia não haver mister nada.

A 26 de maio do dito ano chegou o sargento-mor do Estado ao Recife, donde, no tocante à Jornada do Maranhão, achou um \*caravelão da Costa \*apercebido de 300 alqueires de farinha somente para levar socorro aos das Tartarugas, que havia três meses que comiam ervas do campo, padecendo notável necessidade de todas as cousas. E achou que os ditos soldados haviam sido acometidos de tapuias bárbaros daquelas comarcas, que em número de até 300 vieram uma madrugada a dar na cerca, donde os portugueses se defenderam honradamente, tratando-os de sorte que os fizeram afastar, e depois os obrigaram a ser amigos. Com este socorro estava o \*caravelão, e à falta de gente não partia, porque ainda que Jerônimo de Albuquerque, que estava nomeado e se passeava na vila, estavam tão frias as suas prevenções, que foi necessário mandar o governador um substituto com o socorro, até que a armada fosse, e assim foi Manuel de Sousa de Eça, natural das Ilhas, naquela província, e provedor dos defuntos e ausentes em Paranambuco. Finalmente, para o \*caravelão partir, se

tomaram 14 soldados dos que trouxe o sargento-mor, e 16 castelhanos \*arribados ali das Filipinas. Com este apresto aos 28 de maio partiu o dito socorro, levando por culpa dos oficiais menores tão pouca pólvora que não chegou a dous \*arráteis. Chegaram a salvamento às Tartarugas a tempo, que logo a 12 de junho chegou àquele porto uma nau de 400 toneladas com 300 franceses, de que se dirá adiante, os quais iam de socorro ao Maranhão. Mas parecendo-lhes conveniente desfazer aquele \*presídio, lançaram em terra até 100 homens, com os quais os portugueses vindo às mãos fora da sua cerca os \*escoseram de \*feiçãõ, que, com um morto e sete feridos, os franceses se retiraram à sua nau, e se foram seguindo sua viagem, ficando, dos do forte, morto um e feridos quatro. A causa desta gente se embarcar sem fazerem mais força aos da cerca foi porque não traziam mais ordem que para seguir sua viagem. Contudo quiseram provar a mão para chegar honrados; mas como viram mais resistência do que lhes haviam dito, logo desistiram seguindo seu caminho. De tudo isto teve o governador-geral aviso, e de que em Ceará também a mesma nau lançara gente em terra, a qual levava frades, e houve cartas suas deles em latim, a que se não deu crédito. Isto se soube por aviso dos \*presídios, os quais, ainda que distantes duzentas léguas, já se aventuravam os soldados por terra a levar cartas a Paranambuco em menos de um mês. E assim este último aviso, de que se trata, levaram Jorge Correia e Jorge da Gama, soldados do Ceará, que chegaram a Paranambuco em 15 de junho, e Manuel de Sousa de Eça chegou com o socorro às Tartarugas a 9 do dito mês, segundo depois se soube.

O Governador Gaspar de Sousa, com o empenho desta gente, a qual, com os de Ceará, chegava a 90 soldados de paga, parecia-lhe não dilatar o resto, por não fazer vãs as despesas de cada dia e os socorros que andavam e deviam de andar na carreira, pelo que desejava a saída de Jerônimo de Albuquerque. E de outra parte, como as cousas do Maranhão e da sua costa andavam tão escuras, e não havia pessoa alguma que daquelas partes desse a conveniente notícia, tendo-se Martim Soares por perdido, por faltar recado seu, já quase passando um ano, determinou contudo de não estar parado, antes lhe pareceu como prudente que aquela costa, ou por terra ou por mar, se acabasse de reconhecer até o mais próximo ao Maranhão que se pudesse, fazendo-se no Pará, ou no Ototoí, uma grande povoação, a qual fosse abrigo da Jornada e de todas as outras, assentando-

se em parte que houvesse terra para cultivar, por ver se poderia forrar-se à custa e trabalhos dos mantimentos, que com tanta dificuldade se achavam, quando convinha: pelas quais razões, e por uma natural confiança que tinha em dar bom fim à empresa, mandou a Jerônimo de Albuquerque logo se partisse a abalar os índios, para que, conforme a quantidade deles, se aprestasse o necessário; mandou juntamente que ao dito se lhe passassem novas provisões e regimento, e ao sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos, nomeou por colega e colateral do dito Jerônimo de Albuquerque a igual voto nas cousas, para que nem se escusasse da ida donde S. Majestade o mandava por estar nomeado o outro, nem, já que fosse, houvesse diferenças nas resoluções das ordens, que, como haviam de ser por votos, sempre a publicação delas de necessidade havia de ser em nome do capitão da Conquista, que a ninguém se ficava subordinado mais que ao governador; e ao sargento-mor do Estado, por seu cargo, tampouco de outra pessoa naquelas partes, que do governador-geral, podia tomar a ordem. Assim, que foi mui conveniente a traça para S. Majestade ficar mais bem servido, como depois se mostrou nos efeitos.

Tendo isto assentado, mandou que se embarcassem 2.200 alqueires de \*farinha da terra em cinco barcos ou \*caravelões da costa, com ferramentas e cousas necessárias, parecendo-lhe que, para o que se havia de fazer, que bastava este apresto, porque cada dia esperava ir provendo como necessário fosse; de modo que Jerônimo de Albuquerque partiu para as fronteiras dos índios da Prajuá a 22 de junho, e Diogo de Campos começou de entender com as embarcações e assentos dos soldados, advertindo do que mais conveniente lhe parecia para o tempo e as necessidades da Jornada, a qual com menos de seis mil alqueires de farinha não era justo intentar-se, pela falta de pilotos que havia para levar socorros, dos quais não se podia ter confiança, até que dos mesmos navios tornassem alguns a \*balravento, cousa que até aquele tempo se tinha por infinita. Fundava-se que a junta havia de ser de mais de mil almas, entre os quais o mesmo governador fazia conta de 300 homens de mar e guerra, e de 500 frecheiros índios, fora suas mulheres e criaturas, e os do Pará e Buapava, que o de Albuquerque assegurava que se abalariam com ele para a jornada. E tudo isto mal podia em cinco \*caravelões fazer-se, e com a dita farinha, que não chegava a 3 [mil] alqueires, sem outro provimento de comida, vinho,

azeite, nem carne, nem \*mezinhas, nem \*físico, nem \*barbeiro, nem cousa alguma das que S. Majestade manda se deem a uma nau que parte do porto, quanto mais a uma conquista tão perigosa nestas cousas. Ainda que o dito sargento-mor se mostrava solícito, não era mui agradável ao pouco que se podia a respeito do dinheiro, que faltava, e da gente, que não havia, e dos avisos do Albuquerque, tão vários que se não podia sobre eles fundar mais que dúvidas. O governador com sua prudência a tudo satisfazia, mandando \*ministros por todas as partes \*ajuntar farinha, pedindo dinheiro emprestado para a leva da gente, tomando mais embarcações, mas de tal modo que nem custosas nem defendidas fossem de seus donos, e estas tais, como eram navios \*mancos, pequenos e velhos, não autorizavam nem asseguravam a Jornada, antes no meio destas prevenções todos entendiam de fora que a Jornada se deixasse. O governador tudo isto fazia com o olho em Jerônimo de Albuquerque, que umas vezes avisava que havia de marchar por terra, e logo tornava, que não podia ser senão por mar, e isto assim como com ele o praticavam os índios, que uns queriam e outros não queriam embarcar-se. Os padres da Companhia diziam que por terra era impossível fazer-se cousa boa por a larga distância até o Ceará, e caminho sem gota de água, nem folha verde em muitas partes, de modo que quando mais as cousas se mostravam túbias, e que como digo nem mesmo o governador parecia fiar-se nelas, então largando a casa de Paranambuco se veio ao Recife, desejando de uma ou de outra sorte lançar fora o que junto tinha, prometendo ser mui contínuo e pronto cada mês em mandar os socorros necessários. Alexandre de Moura e quase todos os práticos daquele governo tinham contudo o negócio por duvidoso, e não se contentavam dos fundamentos, nem da notícia, nem do cabedal daquela cousa, a qual estando assim chegou aviso de Portugal, do capitão Martim Soares Moreno ser vivo e estar em seus trabalhos \*arribado por Índias, e que havia visto o Maranhão, e suas terras, e a grandeza e bondade delas, e que achava que tinha muitos franceses, e fortalezas, e infinitos índios à sua \*devação, pelo que julgava serem necessárias para aquela Conquista grandes forças e excessivos gastos, e que para mais assim se informar do que passava naquelas partes mandava o piloto Sebastião Martins e alguns soldados dos que com ele se acharam, dos quais se poderia tomar mais larga informação, até que Sua Majestade mandasse o que fosse servido. Esta gente, e aviso chegou a

24 de julho a tempo que o almoxarife da Jornada tinha já recolhido assim todo o pagamento dos \*presídios de Ceará e Tartarugas, em fato, e alguma pólvora e munições de guerra, e sempre se recolhia e embarcava a mais farinha que se podia sem se tratar de outro algum mantimento. Também estes dias, à persuasão do dito governador se acabaram de resolver os reverendos padres capuchos de darem para a Jornada os dous que tinham oferecido, os quais foram nomeados, e tocou a sorte ao P. Fr. Cosme de São Damião, que havia sido guardião da Prajuá; e assim ao P. Fr. Manuel da Piedade, natural daquela província do Brasil, homem nobre, teólogo, e grande \*língua dos índios. A estes reverendos PP. se não deu cousa alguma da Fazenda de Sua Majestade, antes eles de esmolas se aviaram de cálices, ornamentos e tudo o demais ao culto divino necessário, e de comida, com que fizeram infinitas caridades a todos os da Jornada, a que puseram nome de *Milagrosa*. Quis o Céu mostrar que na maior pobreza dava o \*mor provimento, e na menor notícia o maior conhecimento, e assim que também havia de dar, como deu no tempo da \*mor fraqueza o maior esforço. Isto só pela virtude destes dous sacerdotes, sua vida, seu exemplo, e seu bom zelo. Também neste tempo se ofereceram alguns particulares para a dita Jornada, como foi o engenheiro do Estado Francisco de Frias, que com grande louvor tinha acabado a fortaleza da Lajem do Recife, e assim o capitão Gregório Fragoso de Albuquerque, que aceitou, à sua custa, servir uma companhia e foi exemplo aos demais capitães, que também se contentaram com a paga ordinária de soldados, até Sua Majestade mandar ordenar se lhes desse soldo conforme a causa, e eles o merecessem, e assim se formaram quatro companhias de 60 soldados cada uma, afora os particulares aventureiros, que em uma esquadra à parte acompanhavam ao capitão-mor, quando convinha.

Com as novas de Martim Soares e com a vinda de Sebastião Martins se acabou de deliberar o governador a fazer mais alguma despesa e mandar ganhar a \*barra primeira do Maranhão chamada Perejá, porque o dito piloto se obrigava a meter nela os navios, em parte segura com água e terras boas para cultivar, suposto que o homem uma só vez havia entrado naquele porto, sendo já passado um ano, mas a sua segurança e o desejo do governador, que tinha de lançar fora esta armadilha, faziam \*ganhado o Perejá e a todos mui contentes se se vissem nele, e assim mandou fazer

assento de que se fortificassem nesta \*barra, e dessem logo aviso a Sua Majestade e a ele governador do que convinha a seu real serviço.

Já as ordens chegavam a este termo, e a cadeia e os fortes estavam cheios de presos para embarcar, e os voluntários abicados às embarcações pediam que comer; mas a comida e cousas mais necessárias não se achavam, pelo que o sargento-mor do Estado não cessava de fazer lembranças, advertindo que Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho de Carvalho, quando foram conquistar e povoar o Rio Grande 60 léguas de Paranambuco, que o governador dom Francisco de Sousa, antes de tratar na expedição, fizera o provimento da Jornada com 12\$ cruzados em dinheiro da nau da Índia que foi ter à Bahia de Todos os Santos, e deu todos os direitos dos escravos de Angola, e pôs um cruzado de tributo sobre cada caixa de açúcar que se carregava naquele porto, e mandou que se tomasse todo o dinheiro que estava recolhido dos defuntos e absentes, afora os sobejos dos dízimos, e afora o que gastaram muitos particulares por servir a Sua Majestade, em que houve homem que só de sua \*fazenda gastou dez mil cruzados naquela jornada; e que além disso Alexandre de Moura estava naquele tempo no Recife assistindo a mandar ao dito Rio Grande todos os navios de provimento, vinhos, azeites, comidas, assim como chegavam do Reino, e que Sua Majestade também mandou em duas grandes \*urcas, pela grande diligência e zelo do conde meirinho-mor, que governava a fazenda do dito senhor em Portugal, nove peças de alcance de bronze e muitas de ferro \*coado, com tantas munições, armas e comida, que hoje parece cousa incrível. Também veio ordem ao dito Manuel Mascarenhas para nomear, e dar cargos e ordenados, quais lhe bem parecesse, como em efeito deu. E com tudo isto dizem que a Jornada esteve tão arriscada a se alargar da mão que tiveram feito assento disso, se Feliciano Coelho de Carvalho não chegara com o socorro da gente de Prajuá; sendo que os índios eram em mui diferente número que os do Maranhão; e os franceses, que com eles andavam, não chegavam a 60 homens sem cheiro de nobreza nem ordem de rei; o que tudo é tão diferente na Jornada que se trata, que só de Paranambuco a Perejá há 300 léguas, sem remédio, nem de tornarem tão cedo os navios que lá forem, e que é cousa mui assegurada serem as forças dos franceses mui grandes, pois só uma nau, de que havia notícia, além da que avisava Martim Soares, era de 400 toneladas e levava 300 homens, muitos frades e

povoadores, o que tudo assegurava haver daquela banda alguma grande colônia, contra a qual achava serem necessárias mui diferentes forças das que ao presente Sua Senhoria tinha, nem \*ajuntar podia sem outros particulares favores e ordem de Sua Majestade, de quem era necessário aguardar-se aviso, pois o que estava aparelhado só servia para engrossar as colônias da costa e lançar as balizas mais avante, o que a \*boamente faria se pudesse, sem aventurar o todo da Jornada, a qual se esta vez se desacreditava ou perdia, que para sempre o encantamento do Maranhão ficava mais cerrado e mais espantoso aos olhos de todos pelas perdas já apontadas.

Bem via o governador que isto era falar a propósito, ainda que não mostrava agradar-se de dificuldades, e mais quando as achava geralmente naqueles que aconselhar o podiam na matéria; e para mais ajuda chegou, estando nestas dúvidas, uma carta de Sua Majestade, em que mandava que, sobre toda outra cousa, se lhe carregasse o pau-brasil às despesas do dinheiro dos dízimos, e que não houvesse nada que isto \*estorvasse, sob pena de se haver pela fazenda e bens de quem causasse o contrário. Aqui acabou o governador de se desgostar da Jornada, e sem dúvida a deixara, se não estivera tanto cabedal metido. Contudo, tomando novo parecer, mandou fazer outro assento, que visto ter feito despesa de mais de 16\$ cruzados e estar quase \*prestes tudo o que a terra podia a \*boamente dar de si, e Jerônimo de Albuquerque ser já parado ao Rio Grande com 300 índios flecheiros, conforme avisava em 29 de julho dito, com muita gente branca, com todos os quais fazia e tinha feito despesa de dinheiro, armas e mantimentos, e que parte dos índios já marchavam por terra, sem embargo do que diziam os padres da Companhia, mandou que logo se partissem dous \*caravelões da costa, dos cinco que estavam destinados, com 1.200 alqueires de farinha, os quais, com a gente que levar pudessem, se fosse logo ao Rio Grande para assistir a Jerônimo de Albuquerque, o qual entendia que, sem dúvida, marcharia por terra neste modo de empenhar as cousas. Fundava o governador um grande atalho ao que se lhe \*presentava de dificuldades, esperando que Deus o desempenhasse, pois a Jornada era tanto de seu serviço, e contudo não parava de aviar ao sargento-mor, que sempre apertava por farinha para seis meses pelo menos, pois dos socorros não havia que ter confiança, como fica dito, nem nas partes donde chegassem se havia de presumir que haviam de achar mais favor que o

que consigo levassem e o que o rigor da guerra lhes permitisse. Enfim, o governador, havendo chegado do Rio de Janeiro navios com farinha e outros com peixe, mandou tomar até 6 mil alqueires de farinha com a que estava embarcada, e 100 arrobas de peixe, e 20 \*canastras de sardinhas, e 20 \*quintais de pólvora, três peças de \*artilheria de ferro \*coado, duas de 13 \*quintais, uma de 13, com 200 balas de ferro \*coado, arcabuzes e mosquetes, chumbo e morrão; e tudo o que mais pôde do armazém, com que logo mandou ao sargento-mor do Estado que se partisse, pondo no Regimento da Jornada uma \*postila: que a Jornada fosse ao Pará ou Ototói ou ao Perejá, donde melhor pudessem sem aventurar nada, antes que, chegando ao Perejá, se fortificassem e avisassem Sua Majestade ao Reino, e a ele governador por todas as vias, levando sempre a mira a fazerem a Conquista do Maranhão sem se perder ponto nem ocasião, quando se oferecesse, por ser este o último fim de tanta despesa. Com isto, e com outro aviso do de Albuquerque que tinha 320 frecheiros com suas famílias, além dos que por terra marchavam com o Camarão índio seu principal deles, e homem de que fazia muita conta. Contudo, que convinha serem as embarcações muitas e mui capazes para embarcar-se estes que com ele estavam com suas famílias, e assim virem muitos mantimentos e ferramentas, que era a sua oração, sem tratar de outra cousa. O governador, vendo esta última petição, mandou se tomasse mais uma caravela e um \*patacho francês, também navios \*mancos e não mui capazes, donde se puseram dous \*falco-netes de bronze que estavam em dous dos \*caravelões da farinha. Com isto feito, em 21 de agosto estando todos embarcados, mandou o governador descer a armada para baixo, a saber, dous navios redondos, uma caravela, e cinco \*caravelões com até 100 homens de mar e guerra, que, com os que esperavam nos \*presídios, faziam número de até 300 portugueses. E esta foi a armada milagrosa com que saiu o sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, à Conquista do Maranhão, aos 23 de agosto de 1614, sábado, às 7 horas da manhã, a se \*ajuntar no Rio Grande com Jerônimo de Albuquerque, seu colega, capitão da dita Conquista.

Este dia veio a armada a surgir no porto dos franceses, defronte do rio Aviajá, na Capitania de Itamaracá.

Deste porto, em 24 do dito, partiu a armada com bom vento terral, e correndo a costa veio a surgir à baía da Traição, no cabo da Capita-

nia da Prajuá, e na \*derrota encontram este dia o \*caravelão que vinha das Tartarugas, de levar a Manuel de Sousa e o já dito socorro, o qual, como parece, tinha na viagem posto desde 8 de junho até 24 de agosto, em que se mostra a dificuldade com que daquelas partes se torna para \*balravento.

Em 25 do dito, com bom tempo terral, partiu a armada na volta do porto dos Búzios, e na \*derrota se tomou o sol em seis graus, e se despediu o \*caravelão do almoxarife para que fosse, como foi, a dar aviso no Rio Grande da vinda da armada; a qual este dia, por chegar ainda com sol ao porto dos Búzios, passou a surgir na Ponta Negra, que dista 82 léguas ao sul da fortaleza.

Ao outro dia, que foram 26 de agosto, veio por terra o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque a ver-se com o sargento-mor do Estado: assentaram que na maré da tarde a caravela e todos os \*caravelões fossem a entrar no Rio Grande para ali se \*estibarem os navios e se embarcarem todos, o que se pôs em execução, indo neles o dito sargento-mor para aprestar \*toas e batéis, e ao outro dia meter na mesma maré os navios redondos, como em efeito entraram a 27 do dito na maré da tarde, com vento sueste rijo, que naquela \*barra é mui \*ponteiro, mas os navios entraram bem.

Logo aos 28 de agosto fizeram resenha da gente dos índios, para ver os que faltavam ao número de 500 frecheiros, quantidade que o de Albuquerque assegurava levar do Rio Grande, para que, com os de Ceará e Buapava, com quem tinha grandes \*lianças, pudesse meter na Jornada até mil índios de guerra; e assim se tomou mostra, e pareceram os principais que se seguem:

Da aldeia de Ibatatã, Marcos Marigui, com	22
Da dita aldeia, o Arco Verde, com	9
De Paravaçu, Alexandre, com	10
De Tambepé, o filho de Bejiú, dom Francisco com	35
Da Pindauná, Jorge, com	18
De Joacocá, o Pau-Seco, com	22
Da mesma aldeia, o Mandiocapuá, com	16
De Jacarcuná, André, com	9
De Pirari, Mucurapirá, com	12
De Maripitanguá, Minaçu, com	7

De Guaramasió, o Bejiú, com	16
De Tambaçuramá, o Tambor, com	24
Do Rio Grande, o Patacu deu	20
De Paranaçu deram	14
Somam	234

De modo que, como parece, estes 12 principais não trouxeram mais que 224<sup>2</sup> frecheiros e mais 300 bocas de mulheres e meninos. O Camarão, que havia marchado por terra, levava pouco mais de 30 frecheiros, como se verá adiante.

Tomada esta mostra, se armou a gente branca, que até este lugar se lhe não haviam dado armas, e se repartiram os soldados pelas quatro companhias, na forma que o tinha o governador ordenado, a saber: uma a Antônio Albuquerque, filho do capitão-mor, outra a Gregório Fragoso de Albuquerque, seu sobrinho, outra a Manuel de Sousa de Eça, que estava nas Tartarugas, outra a Martim Calado de Betancor, que ao Reino vinha com o sargento-mor a se achar nesta Jornada. Fizeram-se assim mesmo alferes, sargentos e listas das companhias, nomeando de novo embarcações e \*estâncias, e dando pólvora e munições a todos, para a partida ao tempo de se embarcarem. Pareceu totalmente a Jerônimo de Albuquerque coisa impossível poder ir por mar, tanto pelo número de navios lhe parecer incapaz do que ali tinha como por se temer que, se na viagem encontrassem qualquer \*cossário ou vela inimiga, que não podia deixar de perder, preso com tão desguarnecidas e \*cativas embarcações. E vendo que o queixar-se não dava remédio, determinou-se de caminhar por terra com seus índios e com os demais que lhe parecesse, e assim começou de se aprestar, e nomeou os soldados que por terra haviam de ir com ele, e assim fez fala aos índios para que se aprestassem, porque não cabiam nos navios. Chegou esta nova ordem ao sargento-mor do Estado, que mostrava não saber coisa alguma, e disse ao capitão-mor que lhe parecia muito bem o acordo, mas que para se dar satisfação ao governador-geral convinha que primeiro se embarcasse a gente, e constasse publicamente a todos que não cabia, e que, feito disto assento, se tomaria o acordo que desenhado tinha, pois doutro modo não

---

2 Somam, na lista acima, 234, e 224 aqui, conforme a edição de 1812. (N. do E.)

davam boa razão de si, pelo risco que corriam em se separar uns de outros, pois a armada ficava sem gente, e a terra era incapaz de lhes dar água nem comida em tão largos dias como haviam de passar até se juntarem no Ceará, donde, se sobreviesse qualquer pequeno acidente, ficavam sem poder dar aos \*presídios nem um pequeno socorro, quanto mais fazer a Conquista donde os mandavam. Com estas razões e outras, o dito sargento-mor e o mesmo Jerônimo de Albuquerque tomaram a gente branca e índios, e de sorte os acomodaram que ao outro dia só a pessoa e gente do capitão-mor estava em terra; mas, vendo roto o seu desenho, se embarcaram também e se fizeram à vela, quarta-feira, 3 de setembro, às 11 horas do dia. Porém a capitânia que seguia o \*cavelão do Machado meteu tanto de \*lô por \*sujigar o recife que deu em seco na coroa da areia que está defronte da fortaleza, e assim naquele dia tornaram todos a surgir em seus postos. À quinta-feira ao amanhecer houve junta sobre a saída, com todos os mestres e pilotos da armada, porque a maré era mui matinal de água viva, e lua nova, e vento muito, a \*barra ruim, de sorte que ao outro dia lhes parecia mais conveniente a saída, porque o terral e a maré vinha em maior conjunção, e que, para se forrar a demora daqueles dous dias, podiam, sem tomar terra, chegar ao Ceará em dous dias e duas noites, ou à baía do Iguapeçasi. Com este assento se deram ordens necessárias e à sexta-feira, 5 de setembro de 1614, às 6 horas da manhã, com vento fresco, partiu a armada pela \*barra fora do Rio Grande, e fora seguindo três horas ao nordeste para dobrar os \*baixos de São Roque, levando a terra \*sujigada a quatro léguas, e assim naquele \*compaz governaram outra hora pelo norte, e logo guinando ao nornoroeste, e pelo noroeste seguindo a \*derrota, desviados da terra as léguas ditas não viram \*baixos, nem pedras, nem escarcéus de mar, nem cousa de que guardar se devessem. Antes, com esta navegação tirou esta Jornada o medo que os \*cavelões da costa publicavam daqueles \*baixos, fazendo que nas cartas se desse de resguardo 25 léguas, fazendo a serventia daquela costa por um canal que fica a uma légua de terra, pelo qual precisamente queriam que houvesse de ser o caminho cedo<sup>3</sup>, como dito é, o de fora, bom para quaisquer navios. Também aquela noite foi o ca-

3 *Caminho cedo* é como registra a edição original (p. 22, antepenúltima linha), embora possa prevalecer a sugestão de que a passagem melhor se entenderia substituindo-se *cedo* por *certo*. (N. do E.)

minho da armada ao noroeste. Mas a capitânia, havendo-se feito mais ao mar do necessário, amanheceu com alguns navios a dez léguas de terra, e achou-se menos da conserva o \*patacho francês em que vinha o Capitão Fragoso com sua companhia, e o \*caravelão, em que Martim Calado vinha com parte da sua, e o \*caravelão em que vinha o Baracho. E assim, sem eles, com vento rijo foram correndo a costa, para entrarem no porto da Ubaraná. Mas tanto que se chegaram bem à costa, houveram vista dos ditos navios, não sem algum rumor de armas, até se assegurarem uns dos outros, por ser aquela costa muito continuada de \*cossaios. Desta separação dos navios teve a culpa o piloto-mor, que, sem advertir aos demais, quis dar resguardo à restinga de Guamaré, que está 30 léguas do Rio Grande, donde se acabam os \*parcéis de São Roque, a qual bota ao mar duas léguas. Este dia, por esperar uns por outros, não houve tempo para se tomar a Ubaraná, e assim, passando avante com boa vigia, foram até o amanhecer pelo noroeste, até que no quarto da \*antealva, indo todos com o prumo na mão, muito vento, e grande escuro, se acharam em três braças, pelo que foi necessário guinar duas horas ao norte, até que se acharam em sete braças, fazendo conta ser este o \*parcel de Jaguaribé, que bota ao mar duas léguas e meia, que tanto podiam vir naquele tempo desviados da terra. Mas entrando logo no caminho de noroeste, foram a entrar na grande baía do Iguapé, véspera do nascimento de N. Senhora, um domingo, às 10 horas do dia, o resto do qual se gastou em amarrarse, e desembarcar o capitão-mor, que vinha muito maltratado do mar, e os índios e suas mulheres, que, como gente \*descostumada destes transes navais, vinham lastimosos, e assim caminharam para as aldeias do Ceará, que dali distam dez léguas, ficando com a armada o sargento-mor com todos os soldados com os quais tratou de se partir a outra baía mais avante, chamada Mocupipé, e ali esperar seu companheiro que por terra queria vir com os índios. E assim, fazendo-se a armada à vela aos 8 do dito, veio a surgir a três léguas da povoação do Ceará, donde está a casa e forte de N. Senhora do Amparo, e, em chegando, se despediu um \*caravelão com farinha para ir a Ajeruguagará, o qual levou a cargo Paulo da Rocha, soldado de boa experiência, e, chegado a salvamento, deu aviso da armada naquelas partes.

Neste \*presídio de N. Senhora do Amparo estava com dezesseis soldados portugueses o Capitão Manuel de Brito Freire, que com muitos trabalhos e pouco proveito havia 14 meses que aguardava naquele lugar, tendo a cargo o sucesso da Conquista, para a qual o governador lhe havia dado entretenimento, conforme sua qualidade e partes. E assim, tanto que a armada chegou, se embarcou, deixando o sargento com \*presídio, e mudando daqueles soldados os que quiseram embarcar-se, ficando em seu lugar outros; porque o número nunca é bem, que seja, nunca pode ser menos que de 20 homens de guerra, para, em companhia dos índios, poderem assistir à guarda da terra e daquelas \*barras.

Proveu-se esta gente de \*vestidos, armas e munições, e vestiram as aldeias dos índios para confirmação da boa amizade, e deram-se aos principais ferramentas e casacas das que de Portugal para este efeito mandou S. Majestade. Também se fez diligência, e se houveram destas gentes alguns mantimentos da terra, que deram a troco de resgates para ajuda de se sustentar a despesa da farinha da armada, e nisto se gastaram até 6 do dito setembro, no qual dia chegou o Camarão com sua gente, que, como fica dito, havia vindo por terra desde o Rio Grande, e tal chegou do caminho, que mandou pedir licença para se ficar naquelas aldeias com seu irmão Jacauná, o qual também fazia força para que lho deixassem, ou ao menos lhe dessem tempo para engordar, como quem diz para se refazer, e tanto porfiaram que, pelos contentar, ficaram ali as mulheres e alguns dos seus índios. Com este achaque, que não quiseram parar avante, com que o número dos que na armada vinham antes foi diminuindo-se que crescendo aqui no Ceará, nem destas aldeias o de Albuquerque pôde tirar com todas suas falas e dádivas mais que até 20 frecheiros, com um filho de Jacauná, moço de 18 anos, ficando por estes mais de 40 dos da armada; nem tampouco Jacauná dera nenhum dos seus, senão que Jerônimo de Albuquerque, deixando ali algumas criadas índias suas, deixou um menino seu de dous anos juntamente, com que ficaram assegurados e contentes. Daqui se pode ver o cabedal que é bem fazer-se das palavras dos índios do Brasil, e quanto importa estarem obrigados continuamente mais do temor e força dos brancos que de palavras de línguas, as quais não guardam senão no que nos está bem. E aqui, como escala de tantos cossários, importa terem freio, porque lhes dão âmbar, algodão, pau

\*cutiará e outros, e pimenta da terra, e fumo, e comida, e água, com que refazendo-se caminham às Índias, ou donde querem.

Pela dilação que houve em todas estas cousas e porque os índios não acabavam de embarcar-se, e os soldados, com achaque de o capitão-mor estar em terra, andavam nela licenciosos, e as águas daquele \*sítio causarem maleitas, e o fundo da baía ter pedra que roía as amarras e as quebrava, pareceu que, recolhida a gente branca, a armada se fosse ao Paramiri, donde diziam que havia melhor cômodo para se poder esperar a vinda dos índios, que até aquele lugar queriam caminhar por terra com o capitão-mor. Feito este assento, partiu o sargento-mor do Estado à quarta-feira, 17 de setembro, e foi surgir com toda a armada às 2 horas da tarde no Paramiri, havendo caminhado com pouca vela até esta baía, que está em 3 graus 2/3 e tem para se povoar muitas mais comodidades que todos os outros lugares até ali vistos. Este dia se pôs a gente em terra com seus corpos de guarda, em \*frente de armas, donde se começaram de adestrar os soldados, entrando todos os dias nas companhias, para verem o modo de proceder no serviço ordinário, e com os inimigos quando os houvessem, e foi de grande efeito o tempo que se tardou em vir por terra Jerônimo de Albuquerque, porque, como muita desta gente em Paranambuco se havia embarcado por força, e outros desarmados e mui bisonhos, e no Rio Grande não se lhes haviam fiado as armas em terra, e no mar não havia lugar nem para irem deitados, aqui se ordenou o que convinha, e se aguardou contudo mui a ponto a vinda do capitão-mor, que chegou aos 24 de setembro. E logo aos 25 o sargento-mor do Estado foi pelo rio Curu acima em um batel armado, mais de cinco léguas, por reconhecer aquelas terras e águas, nas quais não achou cousa de consideração ao longo do rio, mas achou infinita caça e pescaria, de que tudo aquilo abunda maravilhosamente, e assim neste lugar somente se pode dizer que aquela gente não teve fome.

Em 28 do dito, com a vinda dos índios, se tornou a tomar mostra, para saber o que o Ceará havia rendido de ajudas, e pareceram em todos 220 frecheiros com a gente do Camarão e Jacauná, de sorte que, dos embarcados no Rio Grande, ficaram mais de 50: os que viam e sentiam estas cousas entregues à paciência não faziam mais que encomendar o negócio a Deus e às boas orações dos capuchos, os quais estes dias disseram

missas solenes, que foram as primeiras que nestas paragens se disseram, em que comungou muita gente.

Aqui nesta parte do Paramiri se acharam no mato perto do mar árvore de que se destila e nasce o incenso chamado *jataubá*, e se achou nelas e no chão muito de muito bom cheiro, e também se achou muito \*anime, e outras gomas aromáticas de diversas árvores, e muita \*almécega, e uns búzios no mar com botijas, com muito que comer dentro, de modo que, como dito é, o Paramiri, pelo seu porto, terras, e boas águas para beber, é a melhor de toda aquela costa.

Em 29, dia de São Miguel, estando todos embarcados, partiu a armada na volta das Tartarugas, às duas horas depois do meio-dia, com vento lesnordeste, que tal entrou a viração aquele dia, havendo em toda aquela noite ventado o terral, e quase todas as paradas de aquela mingunte de lua, no qual tempo, melhor que na crescente, se mostra aquele mar navegável para \*balravento ao longo da costa. Todo o resto do dia caminhou a armada ao noroeste quarta de \*loeste, correndo francamente a costa, sem haver nela visto cousa de que guardar se devessem. Também de noite se fez o mesmo caminho com pouca vela até o amanhecer, que se acharam a seis léguas da costa com terral rijo do sudoeste, com o qual pela bolina se vieram chegando à costa, que já corria mais a \*loeste, e, sendo reconhecida, se mostrou ser a terra do Acuracu e seus \*parcéis, que a uma légua ao mar não davam mais que duas braças e meia de água, e pela banda do \*loeste já se descobria a ponta ou morro de Jeruguaguará, para a qual chegando-se com o prumo na mão, e vendo mui claro o fundo, deram em quatro e em cinco braças bem pegadas à ponta, que já corria a loessudoeste, com grandes penedias ao longo do mar, e rochedos todos de mármore jaspeado finíssimo de muitas cores. Entrados e surtos no porto, se gastou o dia em desembarcar a gente e em se alojar dentro da cerca, e os índios de fora, em seus \*tijipazes, ou cabanas, ao longo da água. Com os navios ficaram alguns soldados para sua guarda, por ser este porto também mui demandado pelos \*cossaios, sem embargo que com a viração fica tudo tão desabrigado, e trabalham tanto as embarcações, que não há amarras que durem, nem quem possa sair a terra, até que o vento acalma de noite e nas madrugada, até as oito horas do dia, que com o sol torna a viração. E isto

dizem ser ali de ordinário até os meses de janeiro, fevereiro e março, que os ventos cursam por cima da terra, e tem aquela paragem mais bonança.

Sendo, tal como dito é, esta enseada das Tartarugas \*esparcelada, perigosa e de pouco abrigo, pareceu bem que a armada e toda gente dela e do \*presídio se parasse ao porto do Camuri, oito léguas mais adiante, para ali se tomar assento nas cousas da viagem e no socorro dos índios \*tabajares da Buapava, com quem o capitão-mor assegurava ter feito grandes amizades, e porque também os índios \*terembés do Pará ou Ototói ficavam mais perto, com os quais já Martim Soares havia tido falas, e parecia nisto para o que se oferecesse deixar asseguradas todas aquelas gentes, e aquela costa toda amiga para bem de se caminhar por terra, quando importasse. Finalmente para em tudo sair com o prumo na mão conforme ao Regimento do governador e as forças daquela armada. E assim para este efeito trataram de mandar reconhecer de novo o Camuri por terra, para se passarem a ele. Mas como as secas de aquele ano foram mui grandes, achou-se que não havia água para beber nem folha verde com que se cobrirem, e que a \*barra era mui perigosa, e que na entrada tinha umas ruínas de pedra e cal, com que em algum tempo houvesse sido povoada de gente de Europa, as quais cousas denotavam não ser aquele posto de cobiça, se bem é verdade que ali entravam algumas embarcações pequenas a resgatar o pau \*cutiará, de que os índios davam notícia haver ali muito. Com estas novas, foi forçoso aguardarem em Jeruguaguará tomando mostra a toda a gente portuguesa, e acabando de repartir aqueles soldados e as suas companhias até o número de 60 a cada uma, como o mandava o governador, pagando-se a todo o seu tempo atrasado em \*fazendas, pelos preços do contrato, que foram tais, e em tais cousas, que apenas houve com que os pobres se vestirem. Entretanto, mandou o capitão-mor à serra de Buapava dous índios para avisarem ao Diabo Grande da sua chegada com os portugueses, para que descesse a vê-los e a dar o socorro que tinha prometido para a Jornada do Maranhão. Desta embaixada se riram os do \*presídio, que de raiz conheciam a natureza do índio Diabo, e contaram que, havendo-os convidado em dias passados a uma guerra com certos tapuias seus inimigos, que foram dos<sup>4</sup> soldados daquele forte a dar-lhe ajuda, com a qual teve vitória; e comeu, e trouxe

---

4 *Dous*, provavelmente. (N. do E.)

à sua terra quantidade de cativos. E como se viu em casa, por pagar a boa companhia, quis também comer os soldados, e sem dúvida o fizera, se sua mulher, chamada Itabu, os não avisara, dizendo-lhes que fossem, porque seu marido tratava de os matar fingindo certo agravo de um deles, mas que ela não queria que tal passasse. De modo que, com esta paga, se retiraram ao \*presídio a salvamento em que não fizeram pouco. Em 3 de outubro foi lua nova à sexta-feira, muito \*ventosa de vento \*loeste na \*crescença do sol, como fica dito. De noite houve terral do sussudoeste, que durava até às 7 e 8 do dia. Ao quinto da lua, se mostrou o tempo nubloso, e o vento foi mais sobre a terra, com alguns chuvereiros, e o mar andou mais brando nesta \*quebrança das águas.

Sábado, dia do beato P. S. Francisco, 4 de outubro, houve missa solene de canto de órgão e \*frutas naqueles desertos de Jeruguagará, com suma devoção e grande alegria, em que comungou muita gente. Este mesmo dia à tarde chegaram dous índios da Buapava com embaixada do Diabo Grande, o qual por eles se desculpava dizendo ser impossível de presente vir ouvir a fala do de Albuquerque, nem dar-lhe gente para a Jornada, por falta de saúde, que todos os seus e ele tinham tal, que haviam queimado as casas e aldeias, e viviam no campo até se passar a contágio de aquele mal que os afligia. Isto diziam os índios, os quais também traziam uma carta de um de dous soldados que o capitão Manuel de Sousa mandara à dita serra, para que avisassem da vinda da armada: e eles pediam nela \*barbeiro e \*mezinhas para se curarem, que também o mal os tinha apalpado. Com esta nova, verdadeira ou fingida que fosse, ficou desenganoado o capitão-mor, e bem enganados os que se viam metidos entre tais ajudas e palavras de negros, para darem fim a uma Jornada tão arriscada e de tanta importância. Deixemos o que tinha custado de dinheiro e resgates este pensamento, e tratemos como ao domingo, dia de Nossa Senhora do Rosário, se celebrou sua festa com missa solene e pregação, que foi a primeira que fez, que se pregou nesta costa, e a primeira que fez dos seus estudos o P. Fr. Manuel da Piedade, filho de aquela província. Na tarde deste dia houve \*alardo geral, esquadrão e escaramuça, por honra da festa daquela Senhora Nossa, no qual se acharam 220 soldados efetivos das companhias, e da gente do mar 60, de que se fez outra, de sorte que, com os enfermos, chegou o número dos portugueses a 300, e com os índios não

passaram de 200 frecheiros, de modo que todas as forças, com os desenganos do Ceará e da Buapava, se remataram nisso, e as de todo o campo em 500 homens de mar e guerra. A estas festas assistiram os embaixadores da Buapava, por amor dos quais foi necessário juntarem-se a conselho, assim para responder ao Diabo, como para fazerem viagem, sobre o qual houve grandes alterações e debates, assim pelos desenganos e faltas de tudo, como pela pouca confiança que se podia ter nas ajudas do Maranhão, pois estas, tão de casa e tão obrigadas aos favores portugueses, tão mal acudiam a seu fiador. Todos viam este dano e outros que se derivavam dele, quanto mais se chegavam ao Maranhão, sem deixarem atrás cousa alguma que asseguradamente fosse amiga. Mas, como de outra parte o ficar ali não era honroso e passar ao Camuri era impossível, chamaram a esta junta os mestres e pilotos da armada, para que dissessem o que sabiam da entrada do Pará, ou do Ototói, donde tratava o Regimento que se melhorassem para se irem assim chegando ao Maranhão, ou Perejá, sem risco notável da Jornada. A isto responderam todos que não sabiam, naquela costa, porto algum mais que o Perejá, donde o piloto Sebastião Martins, que ali estava presente, assegurava que meteria a toda a armada, mandando-se de tudo fazer um assento, para que constasse a todo tempo, que, mais por necessidade que por razão de guerra, se partiam ao Perejá, donde não tinham reconhecido o que convinha ao total empenho. E isto feito, trataram de se partir, mandando que à serra de Buapava se avisassem os soldados que, tanto que a saúde lhes desse lugar, se fossem ao \*presídio de Ceará, para que no primeiro barco que viesse de socorro pudessem juntar-se com o campo, despedir os índios. Gastou-se o dia de segunda e terça-feira em acomodar os reparos de \*falconetes e das peças de ferro, que vinham no porão do \*patacho abatidas, porque as embarcações não eram capazes de as sofrer. Fizeram água e lenha, e assim, à quinta-feira sendo a lua mais crescida e as águas mortas, que em tal conjunção sempre naquelas partes o vento é mais bonança, dando-se sinal de recolher, gastando-se o tempo de sexta-feira e sábado em embarcar e repartir a gente com infinito trabalho, porque com os de Jeruguaguará crescia a impossibilidade e faltavam lugares nos navios, mas foi cousa maravilhosa que, sem se dar de queixa uma só palavra, todos se embarcaram, donde era impossível irem deitados, nem haver mais que comer farinha e água, porém era tal o desejo de todos saírem daqueles

degedos e de verem se mais avante podiam melhorar sua sorte, que todo outro trabalho lhes parecia glória.

Domingo, 12 de outubro, às 6 horas da manhã, sendo tudo a ponto, deram fogo aos quartéis de Jeruguagará, e a armada se fez a vela com terral de sueste, e assim foram correndo a ribeira com boa ordem, até que, com a \*crescência do dia, entrando a viração do leste com fúria e grandes mares, foi necessário navegar com \*balselhos correndo em popa com muito trabalho e grande perigo, indo sempre a gente dos \*caravelões por debaixo do mar. Sobre a tarde \*abonançou o vento algum tanto, e assim, com a lua da noite e boa vigia, se foi fazendo o caminho pelos perigosos \*parcéis do Pará e Ototói, e ao amanhecer se achou a armada toda junta, cousa que parecia impossível por ser tão diferentes gêneros de embarcações tão carregadas e tão cativas. Enfim aclarou o dia, chegou a armada bem à terra a qual não foi conhecida de nenhum piloto. Sebastião Martins afirmava estar três léguas de Perejá. Pelo que, chegando-se à terra mais do que convinha, se o vento não fora todo bonança àquelas horas, custara caro o desengano em que dali a pouco confessou que entrava, porque o Perejá ainda lhe demorava a leste mais de 16 léguas. Pelo que, fazendo força de vela para de dia se alcançar a \*barra, contudo não foi possível, e assim chegou a armada com uma hora de noite a querer embocar, e a tempo que a maré descia para baixo, sem haver donde de noite pudessem aventurar a surgir navios tão carregados, e entre tantos \*parcéis e \*alfaques ainda não conhecidos, donde até às nuvens o mar andava. De modo que, metido o negócio nestas dúvidas, fundados no luar e na água morta, e vento em popa, com o qual contrastavam a maré que descia, foram com milagroso ou bárbaro atrevimento entrando para dentro com faróis e fuzilando uns aos outros. E, mais que tudo, foi notável que houve navios que iam tocando e dando grandes pancadas nos bancos ao entrar da \*barra, e por não atemorizarem os que vinham de trás, calavam e paravam sem se ouvir uma palavra de rumor que turbasse a viagem. E assim, com o prumo na mão, foram todos surgir a salvamento às 10 horas da noite, dentro do rio Perejá, três léguas por ele acima da banda de leste, donde, em um pensamento, saltando em terra o capitão-mor e o sargento-mor do Estado, com a maior parte de gente fazendo \*frente de armas, até que se reconhecesse e assegurasse o campo, sucedeu que, enquanto se reconhecia, e o capitão Francisco

de Frias e os demais buscavam \*sítio para a fortificação conveniente, que o alferes Pestana, da bandeira de Martim Calado, esquecido da ordem que se havia dado a todos, de não saírem a terra as bandeiras senão já de dia, ele, com a sua às costas, em que estava figurado o glorioso Patrão de Espanha, foi o primeiro que saltou em terra, o que vendo os soldados, tendo-o por bom prognóstico, aclamaram *Viva Santiago*, e este nome se deu a este primeiro quartel, de que se tomou posse ao outro dia, com ato solene em nome d'el-Rei de Espanha nosso Senhor Imperador de aquele novo mundo, e se plantou uma grandíssima cruz de forte madeira, por padrão e posse tomada desta primeira \*barra do Perejá.

Aos 13 do dito, havendo-se buscado \*sítio para a fortificação, para em tudo se dar cumprimento ao que convinha, todas as águas para beber se achavam distante dos \*sítios convenientes. Verdade seja que, abrindo poços na areia, tiravam água doce que podia servir em necessidade. Mas os soldados escarmentados das cacimbas ou poços de Jeruguagará, desejavam boa água, pois só isso e farinha tinham, e sobre isto já tratavam mal do Perejá, e faziam \*corrinhos e se descompunham em \*absência dos superiores, de que o sargento-mor do Estado mandou tirar devassa para se castigar alguns dos causadores. O capitão-mor, em lugar de acudir a isto, lançou-se de fora, e, esquecido do pouco que havia medrado com os índios do Ceará e da Buapavá, sem lhe valerem dádivas nem língua, se persuadia que, em chegando à outra \*barra dentro do Maranhão, defronte da Ilha dos \*tupinambás, que, sem dúvida, em falando com um deles, todos se haviam de vir à sua obediência. E de sorte lhes gabavam os seus esta opinião em favor dos soldados, que já a ele mesmo lhe aborrecia o fortificar-se no Perejá, de que tudo estava suspenso sem se fazer mais que perder tempo, e dizia que, pois em toda a costa, em até ali não havia aparecido franceses nem cousa que desse sinal de guerra, que realmente os não devia de haver no Maranhão; e se os havia, que deviam ser mui poucos e sem defesa, pois não haviam guardado aquela \*barra. Pelo que determinava ir-se logo ao Maranhão, ainda que fosse com os \*caravelões somente; porque este era o fim da Jornada, e de seu desejo. A isto se opunha o sargento-mor do Estado, dizendo, mui ao contrário, que em nenhum modo convinha largarem o posto do Perejá, por ser \*barra de \*barlavento das outras, e já com bom princípio \*ganhada, conforme a ordem do governador, que ali

convinha seguir-se em tudo. Pois, no demais, havia tempo, quando fosse assim o que dizia o capitão-mor: porque também podia a nau grande estar no outro porto, pois sabidamente era passado a ele, e que não estaria sem outros navios com \*artilheria e gente de mar e guerra, \*quiçáis diferente da dos portugueses na prática naval; o que, sendo assim, que mais era doídice que esforço irem-se lá meter sem primeiro estar tudo mui bem reconhecido no Maranhão; pelo que era de parecer que se fortificassem logo, e juntamente que mandassem reconhecer a Ilha e os \*sítios a ela vizinhos, e que dali avisassem ao governador de como estava no Perejá a salvamento, para que soubesse com tempo donde havia de mandar os socorros; e que também era importantíssimo avisarem a S. Majestade, despedindo, para uma e outra cousa, aqueles navios que havia tantos dias que estavam carregados, que já as bombas os não podiam sustentar sobre as águas; e que olhasse que, se os franceses estavam assim fortes, como a fama soava em Paranambuco e avisava Martim Soares, que já a sua força não podia \*estorvar a fortificação do Perejá, nem a amizade dos \*terembés, índios ali vizinhos tão inimigos dos da ilha. Antes, ele, capitão-mor, havendo-se ali fortificado, lhe ficava fácil o podê-los persuadir e juntar as pequenas forças daquele campo, para assim se fazer igual ou superior a seus inimigos, e assegurar as \*espaldas para qualquer sucesso; porque os da Ilha \*topinambás, ou acompanhados ou sós que estivessem, sempre haviam de temer esta \*liança; pelo que, em modo algum, havia nunca de ser de parecer de largarem o Perejá sem ser mui bem primeiro tudo o demais reconhecido, assim como é de costume de soldados práticos e gente de guerra, como todos o[s] que ali estavam presumiam ser; e que olhasse que aquilo não era jornada de sertão, senão de S. Majestade, e que já agora tinham obrigação de lha sustentarem, pois estava tomada posse em seu real nome, pelo que era necessário caminharem mui a tento. Com isto se sossegaram algum tanto os curiosos de caminhar, e se mandou um batel equipado com dous pilotos, seis marinheiros e seis soldados particulares a reconhecer o Maranhão e sua \*barra, e a Ilha Grande; e isto pela parte mais oculta que fosse possível, vendo se podiam tomar língua. Foi por cabo desta obra Melchior Rangel, natural do Rio de Janeiro, mancebo de boas partes e grande língua dos índios. Com ele foram o alferes Estêvão de Campos, e Pedro Teixeira, Francisco de Pavares e Manuel da Silva. Os pilotos foram Sebastião Martins e João

Machado, os quais partiram a 15 de outubro às 7 horas da manhã. Entretanto, o capitão-mor e o sargento-mor do Estado por mar e por terra não paravam de buscar águas e reconhecer \*sítios, e acomodar ferramentas para o que se oferecesse, tendo de contínuo toda a gente ao pé das armas e das bandeiras, e os navios abicados à terra muito, como à \*defensa de tudo convinha, mas sem se dar princípio à fortificação, de que o sargento-mor do Estado andava desejoso e solícito, mas não tinha poder para forçar o seu companheiro, antes aguardava que o tempo desenganasse a todos do que lhes convinha, como depois sucedeu.

Eram já passados quatro dias que do batel não havia novas, pelo que já se duvidava do bom sucesso, e tão diante foi esta imaginação que aquela noite, sendo já mui tarde, se foi o capitão-mor a buscar o sargento-mor do Estado ao seu rancho, e lhe disse: “Amigo, tratemos de nos fortificar logo, e, em sendo de dia, faça-se disto assento, porque tenho mau conceito do nosso batel, e quando venha, nenhum mal faz estarmos reparados, e olhai que, ainda que todo o mundo seja contra nós, que em nenhum modo deixemos de nos fortificar.” O sargento-mor lhe louvou a resolução, e de novo lhe repetiu as causas que tinha para já tudo estar feito. E assim, logo àquelas horas chamando a Francisco de Frias, se foram em um batel à boca da \*barra, a ver outro posto e uma água a ele vizinha de uma légua, e assentaram que o mais perto da \*barra e da água se começasse a fortificação em amanhecendo, e que antes se dissesse uma missa ao Espírito Santo. Andando nisto, viram fuzilar ao longe na entrada da baía, e tocando-se alerta mandaram dous batéis a reconhecer, os quais avisaram ser o batel que vinha fazendo festa. Com esta nova, cresceu na gente tal rumor que, sem saberem o que os outros diriam, começaram os soldados em \*corrinhos, com palavras atrevidas, a dizer que não queriam aquele \*sítio, senão o que mais perto houvesse dos inimigos, aos quais ao \*pelouro haviam de tomar a comida e a água, se faltasse. Enfim, como a primeira se não castigou, esta, com a chegada e festa do batel com boas novas, passou por alto, e os reconhecedores disseram que não haviam visto nau,<sup>4</sup> nem franceses, nem cousa em todo o Maranhão que

5 A edição original anota (p. 36, 15ª linha) *não*, em vez de *nau*. Eventual hesitação em, neste ponto, substituir uma palavra por outra parece superada, se verificarmos que o mesmo lapso ocorre adiante, à p. 66 (p. 43, 13ª linha do original impresso), aí, porém, não havendo dúvida quanto à emenda. (N. do E.)

dano pudesse fazer, e que haviam achado defronte da Ilha um sítio bom e eminente com um rio de água doce pelo pé, e terras belíssimas para toda a sorte de mantimento, e tudo tão bem assombrado, e o caminho até lá tão escuso e fácil por entre as ilhas, que tinham por grande erro deixarem semelhante parte. Com este aviso, não somente o capitão-mor se fez com os demais, mas sem se lembrar do que estava assentado, mandou subitamente que se embarcassem todos, e que quem quisesse ficar ali que ficasse. Com isto, pararam as cousas do Perejá, disse-se missa, embarcou-se a gente, e ao outro dia, que foram 22, se fez a armada à vela, com uma pressa tão fatal, que realmente ninguém da terra naquilo parece que concorria, porque cada qual dos adjuntos do capitão-mor antes da imaginação já lhe gabavam os feitos, e assim, ao tempo de darem à vela, disse o de Albuquerque ao sargento-mor do Estado: “Apostemos umas meias de seda, que antes de sábado tenho índios do Maranhão em minha companhia”. “Sou contente de as perder, disse o do Estado, a troco de que todos tenhamos esse gosto. Porém, se as ganhar lembro que mas há de dar V. M.” Com isto partiram, e foram surgir àquela noite a uma ilha, passando por entre outras infinitas, que, por serem tantas e o dia ser das Onze Mil Virgens, a todo aquele posto se pôs este nome. Ao outro dia, seguindo os pilotos que nos dous \*caravelões mais ligeiros caminhavam diante, foram navegando, enquanto durava a maré, por uma grande baía toda cercada de ilhas com \*barras ao mar grande, a que os franceses chamavam *Grandança*, na qual, em desca-beçando a maré, logo mingando o mar 19 palmos de água, se acharam os navios grandes em seco, de modo que, calçados e vestidos, os homens se saíram a passear na areia, que quase ficou enxuta, e andaram de uns em outros navios, que parecia encantamento, sendo de quilha e não tendo escoras, estarem direitos sem caírem à banda, dando fim a tais desordens, as quais, para quem as entendia sem lhes poder dar remédio, eram \*tóssigo, que consumia a vida e o gosto. Tornou a maré, nadaram os navios, a noite entrou escura, tanto que com infinito trabalho e perigo entraram pelo canal de Mumuná, dando de novo em seco no \*lamarão o navio do sargento-mor do Estado. Mas como subia a maré, logo chegou donde estavam os \*caravelões, que sem esperar haviam seguido seu caminho, por gozar da água doce daquela Ilha, donde alojados em terra estavam como em Toledo, sem cuidar que no mundo podia haver inimigos. Deu-se a isto súbito re-

médio, fazendo que se embarcassem todos para navegarem, mas o navio de Gregório Fragoso deu em seco de \*feição, e a tais horas, que houve votos de o deixarem assim como estava com munições, \*artilheria e comida, o que sucedera se não fora a grande diligência dos \*ministros da Fazenda com o sargento-mor, tirando-lhe parte da carga, e com força de tais o fizeram sair aonde os demais estavam, sem haver em todo aquele caminho, de dia nem de noite, uma hora de repouso. Ao outro dia, sexta-feira, fazendo-se a armada à vela pelas \*angusturas ou \*interrompeduras de aquelas ilhas tão estreitas e de mato tão alto e cerrado que cada um prometia um esquadrão de perigos. Indo pois nesta parte, começaram os navios a dar de novo em seco, mas porém movendo-se por cima do \*lamarão, pelo qual resvalando com toda a força de velas, podemos dizer que mais de 600 passos navegaram por terra até que deram em mais fundo, e foram seguindo os \*caravelões, que se adiantaram tão desordenadamente quanto a necessidade os obrigava, porque a gente era tanta e tão apinhada que não havia água que os sustentasse contra a excessiva quentura do sol, nem o mantimento era mais que uma pouca de farinha de guerra seca, de modo que todos desejavam chegar àquele lugar, em que tinham sua esperança. O capitão-mor, de outra parte, com achaque de ver ir sondando diante, meteu-se em um batel com poucos companheiros, e foi-se à ilha de Santa Ana, chamada das Guajavás, donde se fazia a praça d'armas para entrarem no Maranhão. Desta ida sucedeu que, como os caravelões perderam de vista o batel da sonda, tomando por diversos canais, cada um foi por seu caminho; e os navios grandes, como lhes faltaram os \*caravelões, dando em seco a cada passo, também se apartaram, sem haver piloto que tomasse o remediar isto; até que, já mui noite, em uma \*jangada chegou o Machado, e foi por um canal muito mais estreito que os até ali passados, encaminhando os navios que pôde. E assim, em toda aquela noite e no outro dia, chegaram à Ilha dita de Santa Ana, contra as correntes dos mares \*atoando-se pelas árvores na terra, até que finalmente se vieram \*ajuntar na boca da \*barra, da qual, domingo, ao amanhecer, que foram 26 de outubro, se fizeram à vela por entre aqueles \*parcéis e bancos perigosíssimos para batéis, quanto mais para navios tão carregados, e assim, ao expedir da \*barra, deram mais pancadas os navios grandes, que se teve a jornada por concluída. Porém, Deus, que milagrosamente guiava o negócio, foi servido que sem dano al-

gum, às 10 horas do dia, se achassem todos no Guaxindubá a salvamento, que assim se chama o posto que ocuparam dentro nesta grande \*barra do Maranhão. As embarcações eram oito, como está dito, e tanto que saíram ao mar, postas em ala com todas suas bandeiras tendidas, fizeram tal aparato, que subitamente em toda a Ilha Grande, a qual a duas léguas e meia estava defronte, se fizeram fumaça por toda a costa, dando aviso que durou espaço grande. Pelo que o sargento-mor do Estado disse ao capitão-mor: “Cuido, Senhor, que ganhei as meias, e que não somente não terá V. M. índios de paz, mas que terá franceses de guerra. Porque aqueles fogos não são feitos acaso, nem por bárbaros, pelo que será bem que, sem dilação, nos fortifiquemos e descarreguemos os navios, que este porto não é para se conservarem muito nele.”

Era aquele \*sítio vaza de lama com algumas pedras, e a partes areia, e todo \*esparcelado ao mar mais de meia légua, que de maré vazia ficava sem gota de água, e tão desabrigado que, em entrando a viração, não havia remédio de se chegar aos navios nem de desembarcar nada deles. Além disso, é este porto desviado da \*barra mais de quatro léguas, de sorte que com grande facilidade lhe podem tirar o favor e serventia da costa quaisquer navios, de modo que, tirando ser água para beber, e boas terras, e madeiras ao redor de si, tudo o demais que se busca em razão de guerra lhe falta; mas já chegados ali, e descobertos, não havia outro remédio. Gastou-se o dia em reconhecer o \*sítio, em amarrar os navios e pôr a gente em terra com \*frente de armas, cada qual ao pé da sua, que assim convinha. Logo, sobre a eleição do \*sítio e forma da fortificação, teve Jerônimo de Albuquerque alguns debates com o engenheiro Francisco de Frias, querendo que se fizesse entre o mato uma casa, como fazem os índios no sertão, que é uma cerca de mato cortado com a rama para fora com folha, e tudo como quem cerca o gado, dizendo que bastava aquilo, que cá nestas partes não se usavam outras fortalezas. Além disto, que determinava de se passar dali ao Muni, rio quatro léguas avante daquele posto, junto donde desemboca o Tapucuru, chamado Maranhão, de que tudo ali toma o nome, porque lhe diziam os índios que lá havia melhores terras e águas para engenhos. Porém nestas práticas chegou o sargento-mor do Estado e, tomando consigo ao capitão-mor, se foi a lhe mostrar o \*sítio que ali melhor havia para se fazer a povoação, com as qualidades à terra necessárias, já que as do mar lhe faltavam, e disse

quão fora do sentido estava quem em tal tempo falava de se meter a dentro dos perigos que ainda não sabiam, pois naquele lugar, se houvesse inimigos, como cuidava que havia, nem ali haviam de ser senhores de tomar um caranguejo; pelo que deixasse ao Frias fazer seu ofício, e que todos ajudassem sua traça, que assim convinha. Finalmente, depois que bem viram e reconheceram tudo, dando parte ao Frias do que estava assentado, logo traçou destramente um \*sexágono perfeito, capaz de alojar em si toda aquela gente e se defender com mui pouca, acomodando-se com o terreno. E assim, aos 28 do dito se disse missa, e nela os padres capuchos lançaram sorte ao nome da fortaleza, e saiu o Nascimento de Nossa Senhora, e assim se chamou o forte Santa Maria, o qual este dia se começou com todos os soldados, cada companhia seu lanço. E na descarga dos navios andava a gente do mar e de serviço quando viram vir correndo à ribeira uma canoa grande com muitos índios, a qual chegada à terra foram recebidos de Jerônimo de Albuquerque e de todos, com alegria. Porém eles, mostrando mui pouca, estavam com tanta turbção que ao principal lhe tremiam quantos ossos tinha descompostamente, e não de frio. Deram-lhes dádivas, \*vestidos e cousas de resgate, mas como receio de ser esta vinda movida de outra causa mais que de sua vontade. Nas perguntas também variavam: houve deles que disseram que na ilha havia muitos franceses; outros disseram que já eram idos, e que não havia ninguém, pelo que eles haviam vindo a saber que gente era esta que havia chegado, para serem seus compadres. Enfim, o capitão-mor, levado de suas imaginações e crédito que se persuadia ter com todos os índios do Brasil, em lugar de reter a estes até saber pontualmente a verdade, os largou, pedindo-lhes que o viessem ver amiúde e que dissessem a seus parentes de sua vinda; e mandou que com eles fossem dos nossos cinco, para fazerem suas falas aos da ilha; e em lugar destes fez que lhe ficassem dous da canoa, filhos de um principal da Ilha, chamado *Birampitanguá*, moços de boa feição: o mais velho se chamava *Ipecutingá*, o outro, *Guiraitapavá*; dos nossos que foram, o principal se chamava *Mucurapirá*, índio velho e de importância. Nesta obra dos índios não se quis meter ninguém, por que o capitão-mor não tomasse achaque, a dizer que lhe \*estorvavam as pazes que ele tanto assegurava, em falando com um índio do Maranhão. Partida a canoa, logo se assentaram as 3 peças de \*artilheria em uma esplanada, que para isto fizeram com seus cestões, enquanto os baluartes e cortinas da obra

se firmavam de grossas vigas, assentados sobre grade e cruzados de per alto com fortes travessas, e logo até o meio altura de um, estando feita uma trincheira com seu entulho de 8 palmos de largo por dentro todo a roda, e cada baluarte, duas \*garitas no alto da cerca para as sentinelas, de modo que com 12 soldados se vigiava e \*escortinava tudo. Porém, o trabalho era grande, e o terreno mui duro e seco. A comida, somente, água e farinha porque do mar nem da terra inda não podiam valer-se, e assim cada dia dos soldados de Jeruguaguará morriam, e dos demais adoeciam sem nenhum humano remédio ou consolação alguma. Andando, pois, todos ocupados nas obras ditas, aos 30 de outubro, ao amanhecer, deram os índios da Ilha em umas índias e moços que, desviados do quartel, andavam mariscando, e com terrível brutalidade despedaçaram quatro moças e mataram um índio que acaso acudiu aos gritos, e cativaram algumas outras índias e meninos, os quais recolhiam na canoa em que haviam vindo. Tocou-se arma, e acudiu a gente com tal presteza que não somente lhes tiraram o que tomado tinham, mas pelo valor de um principal de nação \*tabajar, chamado o Mandiocapuá, o qual sentindo que lhe levavam sua mulher e um filho cativos, correu com tal ligeireza que foi forçoso arremeter só a todos os contrários, dos quais matando dous, pôs os demais em tal desordem que, quando chegaram os que vinham com ele, assim portugueses como índios, já tinha rendido a canoa e preso o capitão dela, e sua mulher e filhos livres, a qual, abraçando-se com o marido naquela fúria, lhe pediu que não matasse nem consentisse matar aquele principal que a defendera a ela e a seu filho da fúria dos outros, o que o marido fez. E depois, na prisão que em ferros deram ao da canoa, esta mulher tinha cuidado de lhe mandar de comer todos os dias: tanto pode um benefício feito em sujeito nobre, por bárbaro que seja! Este sucesso foi causa de que os práticos no sertão do Brasil começaram a murmurar da confiança que se havia feito da primeira canoa, e diziam que sem dúvida a Ilha estava cheia de franceses, os quais haviam mandado reconhecer os navios, e gente com a primeira canoa, e sabendo que eram portugueses, mandaram logo, conforme ao costume e ritos de suas guerras, a segunda canoa, que viesse a quebrar cabeças para se romper todo o sinal de paz entre uns e outros índios, assegurando-se mais, por este meio, de seus aliados; e que logo trás este efeito se seguiram os demais da guerra, sem a qual, e sem se lhes dar uma grande rota, não cuidasse ninguém que havia de

haver pazes. Isto dizia uma e muitas vezes o Capitão Simão Nunes Correia, que fazia o ofício de ajudante de sargento-mor de aquela Conquista, homem de experiência em aquelas guerras do Brasil e nas de Buapava, companheiro de Pero Coelho de Sousa. Mas com todas estas cousas, práticas, e discursos, em público e secreto, o capitão-mor sempre esperava pela paz que lhe haviam de trazer os índios que havia mandado à Ilha, e quase desgostava de ver fazer as obras da fortificação, em que o sargento-mor do Estado trazia metido todo o cabedal. Mas tudo ao de Albuquerque parecia desnecessário, em comparação do que estimava palavra dos índios, em que não consentia que se pusessem dúvidas, e assim de contínuo estava olhando com grande bondade se vinham canoas de paz. Porém, o índio preso, que já via ser-lhe necessário agradar a seus amos revelando segredos, não já que ninguém com força o constrangesse, porque o capitão-mor estava de permeio, que era seu pai e seu parente de todos, como ele dizia, enfim disse que na ilha havia muitos franceses, e muitos fortes, e muita \*artilheria de ferro e de bronze, e muitos navios, em particular uma nau<sup>5</sup> muito grande, a qual sabia de certo que estava para vir contra aqueles navios, e que partiria, sem dúvida, em dando lugar o tempo; e que disto dava por sinal que duas embarcações pequenas apareceriam no outro dia ao longo da ilha, e que tinham os ditos franceses tomado todos os principais portos e ocupados com gente de guerra, e que todas as canoas dos índios daquelas comarcas estavam debaixo de sua potência, de feição que nenhuma se bulia sem particular ordem do seu major, e que os índios que haviam ido de paz com a primeira canoa, que todos estavam em ferros, e que haviam sido apertados com cordéis para dizerem o que \*parava entre os portugueses. Ouidas estas novas, logo trataram de mandar aviso a Paranambuco por duas vias, começando de arrecear que antes de muito nem por mar nem por terra seria possível fazer-se, e assim se aprestaram Bastião Martins com o seu \*caravelão, e o Machado com o seu, por serem os mais ligeiros e melhor velejados; em um se embarcou o almoxarife Francisco Mendes Roma, e em outro o capitão Martim Calado, mui enfermo, para darem conta a S. Senhoria de tudo o que passava, e solicitarem e trazerem o conveniente

---

6 Aqui não hesitamos em corrigir por *nau* o *não* que está no original de 1812 (p. 43, 13ª linha). (N. do E.)

socorro. Andando nestas prevenções, apareceu ao longo da Ilha uma lancha grande, e após ela outra, e logo daí a pouco tempo dispararam em terra, em duas partes, artilheria à vista do forte Santa Maria, do qual também responderam, largando as bandeiras nas novas \*estâncias; e lá sobre a tarde, com a maré, veio uma das lanchas a reconhecer os \*quartaus e os navios, dentre os quais lhe saiu o \*caravelão do Martins com 20 soldados, e os franceses se recolheram depressa. Soube-se depois que vinha dentro com 15 soldados Monsieur du Prat, grande soldado, e pessoa de \*substância da câmara do Cristianíssimo Rei de França. Este sucesso foi a 2 de novembro, de modo que era passado o mês de outubro, e não se desenganava o de Albuquerque, esperando sempre índios de paz da Ilha; e de não virem todos, dava por escusa terem-lhes os franceses tomado os portos e as canoas. Contudo, com os princípios que havia visto, deram-se pressa ao despacho dos \*caravelões, e partiram em 5 do dito novembro, indo-se-lhes fazer guarda até a boca da \*barra com os outros bem armados, que tornaram ao outro dia depois, que bem guiados os lançaram pela \*barra fora. Neste mesmo tempo a nau grande já se vinha chegando com \*toas, por ser \*contravento, e aos bordos, e estava nas coroas da Arasanhug, quando os \*caravelões lhe passaram por \*balravento cousa de duas léguas, e assim não pôde ninguém fazer-lhes dano, e a não querendo porfiar e chegar à \*barra grande do Maranhão para se pôr na Ilha de Santa Ana, quebrou duas amarras e perdeu duas âncoras com a fúria do temporal que Deus mandou aqueles dias; e assim, à quinta-feira, se tornaram \*arribados ao forte São Luís. E este foi um dos melhores bens que teve a Jornada, dado por Deus, a quem se devem as graças destas cousas; não se sabia nenhum no quartel dos portugueses; antes, aguardando cada dia a dita, não se faziam \*prestes, e se trabalhava de noite e de dia, cousa que se não pode crer de gente tão cansada e tão mal provida, e que continuamente andavam com as armas nas mãos, e atravessando matos, e rondando os postos das praias, guardando postos, fazendo emboscadas, batendo \*varedas, reconhecendo pistas, vigiando lanchas e trabalhando nas obras e na descarga dos navios, de sorte que não havia sair de um trabalho sem se deixar de entrar em outro: de todos, a guarda do mar e dos navios dava mais cuidado, porque por momentos as lanchas, canoas e \*patachos apareciam em diversas partes, e como nenhuma era segura aos novos hóspedes, de todas se arreceavam, e

convinha guardarem-se, de modo que descalços, despidos, rotos do mato, transidos, pálidos, mas mui animosos andavam todos os soldados e oficiais, com uma conformidade grande.

Neste tempo, que foi a 7 do dito, os franceses, para ver se poderiam tomar nova língua, puseram uma bandeira branca em uma coroa de areia que está defronte em meio canal do forte Santa Maria, a qual, em sendo vista do capitão-mor, mandou logo que saísse um \*caravelão com 20 soldados e língua dos índios, dizendo que, sem dúvida, os da Ilha, a nado ou como haviam podido, se haviam vindo àquele lugar para se passarem a estoutra banda. Portanto, que levassem uma \*jangada para os meterem no \*caravelão. Foi em efeito a embarcação e, em chegando à coroa, foi a \*jangada até à língua d'água, e os índios pouco a pouco se vieram chegando à fala. Mas de mistura com eles vinham franceses com roupões largos, dos quais, vendo que os da \*jangada não saíam a terra, desenvolvendo as armas, que traziam cobertas, começaram de dar uma carga, à qual se descobriram detrás da areia outros mosqueteiros, que sem dúvida tomaram a \*jangada, se o \*caravelão com um barco e com os mosquetes os não desviara. Tornado o \*caravelão ao quartel, ainda Jerônimo de Albuquerque não podia crer que estas cousas haviam de levar outro caminho que o da paz que esperava dos índios. E nesta conformidade, aos 10 do dito, havendo as sentinelas da emboscada do Mum<sup>6</sup> descoberto uma canoa, se lhe armou de feição, que só dous que se lançaram ao mar escaparam, nadando como golfinhos mais de duas léguas; os demais, fazendo que vinham de paz, quando se viram \*atalados, e a canoa veio ao quartel, donde o capitão-mor saiu a recebê-los ao caminho. Mas o sargento-mor do Estado, a quem mais doíam estas cousas, disse: “Senhor, não sejam estes como os outros: mandem-se pôr a recado, e saibamos o que passa, que tanta gente, nem tão bem concertada, não vem senão a tomar língua por parte dos franceses.” A isto lhe respondeu o capitão-mor publicamente: “Senhor, isto não é guerra de Frandes. V. M. me deixe com os índios, por me fazer \*mercê, que eu sei como me hei de haver com eles, que sei que me vêm buscar de paz.” E assim falando, com eles à parte, lhes deu \*vesti-

---

7 *Mum* registra a edição original, embora seja *Muni* ou, de forma mais atualizada, *Munim* o nome do rio maranhense. (N. do E.)

dos, espelhos e resgate, e despediu a canoa, deixando-os ir livremente. Mas Deus, que via esta inocência, ordenou que de sua vontade se deixasse ficar um índio que tinha sua mãe e parentes em Paranambuco, o qual, tanto que a canoa se partiu, disse ao padre frei Manuel: “Vede como estais que esta noite vos hão de vir a dar nos navios os franceses, que para isto mandaram esta canoa a reconhecer como estavam; e, tanto que os tomarem ou queimarem, logo vos hão de vir pôr cerco por mar e por terra, porque tudo está \*prestes.” Ouvido isto, o sargento-mor do Estado, por ser já boca da noite, tomou consigo uma esquadra de soldados, e se foi marchando a se meter nos navios, mandando aviso a seu companheiro do que fazia, o qual acudiu logo à praia, e disse ao do Estado que nos navios não havia para que meter soldados, nem ir lá ninguém, porque não haviam vindo ali a defender navios podres, senão a terra, de que estavam de posse. Houve sobre isto vozes de parte a parte, porque o sargento-mor gritava: “Os nossos navios são hoje os que nos autorizam assim sem nada como estão, e se o inimigo os toma, ou os queima, que crédito nos fica com os índios, nem com os franceses, que andam apalpando nossas forças, e que descarga daremos, Senhor, de perdê-los sem sangue?” “Eu a darei por escrito a V. M., cada vez que ma pedir”, disse o capitão-mor. E não consentindo que a gente fosse, se retiraram ao forte, mandando avisar a gente dos navios que estivessem com boa vigia, e que, vindo à maré, se \*atoassem à terra todo o possível. O sargento-mor do Estado, com Francisco de Frias e alguns outros particulares, se puseram com \*artilheria a ponto e em vigia, aguardando os inimigos, os quais no quarto de \*antealva, com a maré que crescia e com o escuro da noite, se vieram chegando sem serem sentidos da gente do mar. Mas os da \*artilheria, que os divisavam, dando fogo a uma peça, tocaram arma, e do mar, tocando as trombetas e dando uma carga, investiram os franceses a seu salvo com os navios, a gente dos quais, como eram sós os marinheiros lançando-se ao mar, lhes deixaram a presa nas mãos. A \*artilheria do forte não cessava de jogar, dando em uns e em outros navios; porém não que se fizesse com ela efeito de substância. O rumor era grande, as arcabuzadas muitas, até que os franceses, desenganados da pouca força dos navios, e guiados por Monsieur de Pisiau, e Monsieur du Prat, e o Cavaleiro de Razelli, da Ordem de S. João, tomaram a caravela, que estava mais ao mar, e o \*patacho francês, e um barco; os outros três navios, ou porque já tocavam

em seco, ou por mais abrigados da \*artilheria, escaparam desta \*envolta, que foi tão mal guiada, como fica dito, na madrugada da quarta-feira, 11 do dito novembro.

Não se pode contar a soberba com que o inimigo dali em diante corria o mar livremente de uma a outra parte dos quartéis portugueses, e como tinham ocupado todo o canal com velas, dando tanta inquietação e tão novos trabalhos aos do forte Santa Maria, que nem comer nem trabalhar deixavam a gente, antes armando as três embarcações que tomaram, com elas vinham a se meter debaixo da \*artilheria, tirando as mosquetadas aos que andavam na praia. E os portugueses, vendo o sucesso da \*levada dos navios, e reconhecendo o perigo em que estavam, sem remédio de socorro por mar nem por terra, e o poder das embarcações, \*artilheria e gente do inimigo, e o inumerável número de aldeias de índios que tinham até o Pará, e as muitas canoas armadas de 70 e 60 palmos de comprimento, e outras munições de guerra e \*bastimentos de que estavam providos, já alguns se tomaram no Perejá, e começaram a ver cumpridas as profecias do sargento-mor do Estado. Os índios amigos, vendo que os franceses haviam tomado os navios assim a mãos lavadas, andavam tão encolhidos e espantados que já lançavam novas e faziam contas, e não pareciam ao trabalho como dantes, nem o capitão-mor ousava a lhes mandar nada; e foi tanto que, chegando-se a ele o sargento-mor do Estado, seu companheiro, e sempre seu amigo, disse: “Será bom que por terra aventuremos alguns índios com quatro soldados até a Buapava, para que dali ao Ceará e a Parambuco levem nova ao governador de como estamos, e que o socorro que houver de vir, seja como convém a este novo desengano, porque tenho medo que, se o não fazemos, que venham alguns barcos da costa, assim como nós viemos, e que sirvam de \*refresco aos que guardam a \*barra, que até agora mui como soldados, vejo que não perderam ponto, nem o perderão até nos consumirem, ou nós a eles; e isto convém que seja com toda a brevidade e segredo.” O capitão-mor respondeu que lhe parecia muito bem, mas que estava desconfiado dos índios, aos quais abrindo o caminho para que um só fosse, que sem dúvida se haviam de ir todos; pelo que em nenhum modo havia de falar no tal aviso. “Pois, Senhor”, replicou o sargento-mor, “se a vossa confiança com os maiores amigos está nesse estado, tratemos que no Perejá, que tão cedo largamos, haja uma guarda para que avise aos

nossos barcos, quando vierem; pois, sem dúvida não hão de vir a outra parte senão ali, porque não sabem outra. E se ali houver 20 soldados em um reduto, podem fazer a paz com os \*terembés, que nós não fizemos; e por ela poderemos ter sujeitos aos nossos índios e os da Ilha seus inimigos em tremores; e se nos vier socorro de gente, pode meter-se no reduto com os outros, e descarregarem ali o mantimento, e tornarem a despedir as embarcações, e a nós darem-nos aviso por terra, ou com um soldado de noite em uma \*jangada: e nisto, Senhor, cuidai, porque por ora não temos melhor remédio, nem que mais nos assegure, salvo o de Deus, porque, se perdemos o socorro, assim como os navios, pouco val o que fica, pois com a morte não damos boa conta do que nos mandaram.” Enfim ficaram em que se mandaria reconhecer o rio mais vizinho ao Jaguarapim, ou Ilha das Guajavás, para ver se por dentro havia algum canal que se comunicasse com os outros do Perejá.

Enquanto as cabeças andavam dando por estes conselhos, os demais também discursavam, e quase que resolviam. E assim se chegou um certo ao sargento-mor do Estado, e disse: “Senhor, isso está de modo que não temos outro remédio mais que o do mato, e para que não venha tempo que nem desse valer nos possamos, há neste quartel quem trata de dar fogo à pólvora. E sei que, se deixa de o fazer, é porque está toda junta, e temem-se que falte para a viagem; porque neste achaque enterrada a \*artilheria fundam o poder sair daqui. São mais de 70 homens os conjurados, mas por vos não darem mais desgosto do que tendes, dissimulam, até ver a resolução que se toma no remédio destas cousas.” Confessa o dito sargento-mor que nunca em sua vida teve tal aperto de sentimento, pois gritar sobre o homem, que lhe falava em segredo, não podia; matá-lo de qualquer modo era a ruína de tudo; a respeito dos confederados, descobri-lo, pior, pois não havia a quem, pois a matéria não era para todos; e assim, resolvendo-se com o rosto mais alegre que pôde, respondeu: “Quando esta pólvora se houver de voar, há de ser metendo-a debaixo dos pés dos inimigos, e nos nossos depois, se as mãos nos faltarem. V. M. agradeça aos amigos o seu bom zelo, que eu não quero saber quem são, e os assegure que antes de muito tempo terão em que empregar-se, sem aventurar tanto como é a honra. E se acaso isso se me avisa para que ponha na pólvora mais cuidado, eu vos asseguro que quem \*avovar, que há de \*avovar antes dela, e amanhã, sendo Deus servido, mandaremos

a reconhecer algum bom caminho para a comunicação de nossos socorros, com que tudo parará no que desejamos.” Acabado este colóquio, logo aquela tarde se meteu a pólvora entre todo o mantimento, e se lhe dobraram as guardas sem dizer o porquê, mais por se assegurar a farinha e cousas do armazém, que não estava. Acabado isto, juntamente se nomeou Melchior Rangel com 60 \*arquebuzeiros e 30 frecheiros índios para ir a reconhecer a Ilha das Guajavás, ou Jaguarapim, para o efeito dito do canal que desejavam, e porque os inimigos continuavam tanto àquela parte, que davam a entender terem em terra alguma gente, ou solta ou fortificada. Deu-se ao mancebo uma mui boa guia, e ao outro dia, que foram 17 de novembro, partiu levando ordem de reconhecer todos aqueles rios, a ver se se comunicavam por dentro com os que havia trazido a armada, e que, se achassem gente na Ilha das Guajavás, que a investissem no quarto d’\*alva encamisados, e que do sucesso bom ao longo da ponta fizessem um só fogo, e se houvessem mister socorro, que fizessem muitos, chegando-se para o rio mais vizinho ao forte Santa Maria, donde logo acudiriam todos. Dada esta ordem, e despedidos todos, foi cousa maravilhosa que, em todo aquele dia e em toda a noite, e grande parte do outro, não acertasse esta gente, levando guia, o caminho de quatro léguas, pelas praias já outras vezes andadas deles. E foi que se entraram no primeiro braço do rio próximo ao quartel e, querendo atravessar por ele aos outros, vazou a maré, e o lodo era tal que, quanto se desviaram da praia, se impossibilitaram a sair dele. Enfim, sem poderem ir adiante, aos 18 dias do dito, tornaram ao \*lojamento tão descompostos e cheios de trabalho como se todo o ano houveram andado na vaza. Disto tomou notável despeito o sargento-mor do Estado, e assim logo naquele ponto mandou consertar dous batéis, nomeando dez soldados para cada um, e quatro marinheiros, todos com seus mosquetes, e fources de roçar, machados, e pás, e enxadas, e avisou ao Capitão Frias engenheiro que na maré da madrugada se haviam de ir a ver os canais, e cada um em seu batel, e que, em caso que necessário fosse, haviam de abrir a terra de uns a outros, para fazer o caminho por dentro, que desenhado tinham, pois era cosia possível pela disposição do terreno.

Estando tudo \*prestes, e eles para se embarcarem naquela \*reponta da maré do dia 19, andando no quarto d’\*alva vigiando se andavam no mar as lanchas, viram que tudo estava coalhado de embarcações de vela e remos, que vinham com grande silêncio chegando-se à praia, desviados

do forte um tiro de \*falcão por detrás dos mangues: deu-se aviso, e com o novo dia começaram de se mostrar tantas bandeiras e tanto número de gente, que a uma grande cidade pudera dar cuidado, e mais, que começaram de saltar em terra com tantas trombetas, caixas, buzinas, e rumor, que não houve mais que fazer que acudir os do forte Santa Maria, cada qual à sua \*estância. E o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, com até 80 soldados, por ver como desembarcavam, se foi na volta do inimigo, mas dizem que alguns dos que levava consigo, vendo tanta gente, o persuadiram que sem mais tardar se retirasse. Já quando ele vinha, o sargento-mor do Estado lançava fora outro socorro, entendendo que se travaria alguma escaramuça, e tinha ordenado o que convinha. Chegando à fortaleza o capitão-mor, o sargento-mor do Estado, por ver como se alojava o inimigo, se foi com doze arcabuzeiros adonde já a vanguarda do inimigo tomava posto, que dizem que a guiava o Sr. du Prat. E entretanto desembarcava de batalha Monsieur de Pisiau, lugar-tenente-general de aquela empresa, o qual vendo tão adiante seu companheiro parecendo-lhe que ele só havia de levar a honra daquela Jornada, dizem que com demasiada louçania se lançou à água, e a seu exemplo muitos dos seus, que foi causa de haver frascos e bandoleiras molhados, e os índios das canoas, vendo saltar na água os franceses, em um momento cobriram tudo. E eles vinham cobertos de \*paveses e \*rodela tintas de mil cores, e empenados a seu modo, que parecia estar ali todo o Inferno. Neste tempo, com alguns arcabuzeiros que se chegaram mais, começou o sargento-mor de travar a escaramuça a ver como se punham, e havendo caído dous franceses e um soldado dos portugueses, parou a obra, e o sargento-mor se veio ao forte, a ver o que determinava seu colega, o qual achou com um óculo de longa vista olhando por uma bombardeira o que os inimigos faziam, ao qual disse: “Senhor, não há já que ver por óculos, que nem o trabalho hão de diminuir, nem hão de fazer os inimigos menos.” “Pois que havemos de fazer, senhor capitão?”, respondeu o de Albuquerque. “Valer-nos de Deus, e de nossos punhos”, disse o sargento-mor, “que já aqui não há outro remédio. O inimigo se fortifica, e viu que nos retiramos, e entende que queremos aguardar o \*sítio, e assim trata de se alojar primeiro e desembarcar suas cousas. Se agora sem dilação formos com toda esta gente por duas partes, sem dúvida os desbarataremos, e nos dará Deus, hoje, um dia muito formoso. Pelo que V. M., com

ametade desta gente branca e índios, sem se deter vá pela montanha, e eu, com os demais, irei pela praia: e tanto que V. M. chegar aos inimigos, faça sinal tocando arma os tambores, que até ali hão de ir com muito silêncio, e investindo eu por esta banda, farei o mesmo, e Deus nos há de ajudar a todos. Não replicou palavra o capitão-mor, antes movendo-se logo mandou dar em pé aos soldados um bocado de \*biscouto e uma vez de vinho. E com isto saíram todos marchando para fora da cerca, sem tocar caixas e sem bandeiras.

Está diante do forte Santa Maria um oiteiro eminente à distância de um tiro de \*falcão, imediato ao mar pela parte do norte, o qual tem um rio de água doce pelo pé, que pela banda do sul participa de água que bebem os portugueses. Neste \*sítio desembarcou o inimigo de preamar, como está dito, lançando em terra ao pé do monte, de 50 canoas, mais de dous mil índios frecheiros da Ilha e de Tapitaperá, e com eles 200 soldados franceses em duas tropas, como está dito, nos quais entravam muitos fidalgos de casas conhecidas de França, e dos mais bravos soldados dela, com peitos e \*rodela d' aço, \*morriões e \*celadas, e muitos e bons mosquetes, alguns de nova invenção, que, sendo curtos, tiravam 500 passos aos índios, além de suas costumadas \*rodela e espadas, arcos e frechas. Traziam cada qual seu feixe de varas atadas a modo de faxina, com que os que vinham destinados a este efeito, em um momento, como eram tantos, fizeram uma cerca no alto do monte, a qual se guarneceu de mosqueteiros à ordem de Mr. de La Fos Benart, com mais quatrocentos índios \*topinambós, com o \*língua Turçou, aos quais deu ordem Mr. de Pisiau que, ainda que sentissem tocar armas e revolver-se tudo, que não largassem o posto, antes mais cada vez o fortificassem cerrando-se nele. Logo mais abaixo desta coroa ou cerca fizeram outra, ajudando-se do \*sítio e do mato, a qual, como \*barbacã da outra, lhe dava resguardo, por ser levantada duas braças do terreno da praia. Esta \*barbacã com soldados franceses e índios se deu a cargo de Mr. de Canonville, soldado velho e de muito nome, assegurando o monte nesta forma: atalharam todo o espaço de terra que havia entre a maré e o monte com sete trincheiras de pedra em \*osso, altas e grossas, que faziam rosto ao forte Santa Maria, e a estas se retiraram os franceses quando a escaramuça do sargento-mor, porque estavam guarnecidas da sua melhor gente, até donde batia o mar com suas sentinelas; e as canoas todas estavam

abicadas ao pé da montanha, e cobertas das ditas trincheiras, e todos os mais índios ocupavam tudo o que o mar vazava, guarnecendo a ilharga das trincheiras; em todos os vazios daquele campo seriam mil e quinhentos frecheiros, que, todos fazendo os seus motins e \*momos, se vinham chegando para a praia do forte Santa Maria, que era parte somente donde temer se podiam. O capitão-geral, Monsieur de la Ravardière, estava no mar com outros 200 soldados franceses, à ordem do Cavaleiro de Razilli, da Ordem de S. João, e do capitão Mateu Manarte, que com outros 100 frecheiros de Comat haviam de sair com a \*artilheria em se assegurando o \*sítio. Já havia marchado o capitão-mor por uma vereda secreta da montanha, com setenta e cinco soldados portugueses, gente escolhida, que levavam em suas companhias o capitão Manuel de Sousa de Eça e Francisco de Frias, aos quais tocou ir por esta parte. Levava mais 80 frecheiros portugueses, gente velha e destra nas ocasiões e guerras do Brasil, e o sargento-mor do Estado já estava pegado aos inimigos com só Antônio de Albuquerque, filho do capitão-mor, moço de 20 anos, que aquele dia quis seu pai que fosse com a sua companhia pela praia com o sargento-mor, a quem o encomendou. Com esta companhia, e com o resto dos índios, em que entrava o Mandiocapuá com os \*tabajarés, se foi melhorando o de Campos, coberto com um pouco de mato por não mostrar a gente ao inimigo. Mas os soldados, que viam o que tinha diante, moviam-se tibiamente, querendo antes estar-se ao \*socairo do forte Santa Maria. E nisto se houveram de modo não obedecendo aos sargentos, que o do Estado, virando-se a eles com uma pistola na mão, disse: “Não me persuado que tão valentes homens duvidem de vencer aqueles inimigos, e mais quando ontem no Perejá vos amotinastes por chegar a este ponto, no qual, se agora houver algum infame ou covarde, o que não cuido, e como tal torcer o rosto, cuide que me tem aqui para seu verdugo. Fazei, senhores, e irmãos, o que virdes fazer, advertindo que a minha vida e a vossa está na morte de aqueles que logo hão de fugir, se um pouco lhes temos a barba tesa à sua primeira fúria.” Dizendo isto, virou-se ao capitão Madeira, valente soldado, e capitão dos índios todos, e disse-lhe: “Meti-vos, senhor, com toda essa gente detrás daquelas embarcações nossas, que já estão em seco, e não arremetais senão depois que me virdes que vou investindo, e então cerrai com os índios da praia que guardam a ilharga das trincheiras, e fazei como costumastes sempre.” E dando esta

ordem disse ao alferes Diogo da Costa, soldado velho e de honra, natural das Ilhas: “V. M. se vá voando ao forte, e diga ao capitão Gegório Fragoso que com toda a sua companhia venha logo marchando pouco a pouco sem bandeira e sem tocar caixa, e se ponha na retaguarda dos nossos índios, e tanto que nos vir arremeter, entre pela praia de socorro com a sua arcabuzaria, para que os nossos índios o sintam nas \*espaldas, e os inimigos se descomponha pela ilharga.” Ordenado assim o que convinha, aguardando o sinal des da montanha, saltou em terra de uma canoa um trombeta com as armas reais de França bem concertado, e, tocando e chamando, se veio, até que um tambor dos portugueses com ordem do sargento-mor do Estado o foi recolher, e vindo à sua presença lhe deu uma carta em francês do seu general, ao qual, enquanto se via, lhe mandou o sargento-mor tapar os olhos ao trombeta, e pôr boa guarda, e lendo a carta para si somente viu que dizia assim:

Ao Senhor Jerônimo de Albuquerque:

“Senhor de Albuquerque, o vosso atrevimento é incomparável vindo acometer em minha pessoa ao maior monarca da Cristandade, com o seu povo e reino, do qual eu tomei posse por Sua Majestade, com meus companheiros, há perto de três anos, tendo comissões e letras-patentes do meu Rei para este efeito, e tendo também para este efeito vinte capuchinhos guarnecidos de mui boas missões do Papa. Portanto eu te peço, ó Albuquerque, donde está a justiça da tua causa, e se Deus te quer ajudar, vindo sem algum direito a turbar nossos limites, e a transtornar por um tempo os bons efeitos que aqui se fazem em todas as cousas. Eu não deixo de rogar a Deus que te não mande o castigo que tu mereces, turbando-te em tal sorte o espírito que tu não aceites a graça que, como cristão e como nobre, eu te quero fazer, por duas razões principais: a primeira, por teu \*coraje de haver ousado vir dentro aos limites franceses acometendo um número de bravos fidalgos, onde eu sou o menor e incapaz da honra que tenho de os mandar; a outra razão mais forte é a prevenção que faço à perda do sangue cristão, que não posso \*estorvar, se não guardares as condições

seguintes, assim como o desejam todos os meus, porque tenho um número infinito de \*salvagens, que não desejam mais que de te abocanhar a ti e a tuas gentes, e de executar em ti e nos teus todas as sortes de \*carnecerias, gozando delas e de outras mortes. E contudo, eu, por evitar estas inevitáveis \*maloras, porque as não desejo, olha, se te queres render por meu prisioneiro de guerra, com todos os teus fidalgos, e soldados, e \*salvagens, porque, fazendo-o te prometo sobre minha honra, e a eles todos, de vos fazer todas as cortesias em vossas pessoas, que podereis desejar de um verdadeiro cristão e fidalgo francês. E não querendo tu aceitar este favor, dando-me a pena de pôr os pés em terra e de te plantar a bateria das minhas peças, não tens que esperar de mim nada mais que o que as leis da nossa arte prometerem. Assim que, pois não és ignorante, e tens as qualidades que eu hei visto em teus passaportes, não confies no socorro, antes assegura a vida tua e dos teus, que está hoje posta no vento, e mais quando tu vês o estado em que estou para lhes romper a cabeça, antes que vejam o teu forte, e antes que venham a mim, tem que fazer com uma nau de 400 toneladas que tenho na entrada da \*barra, com um seu \*patacho, assim que eu te concedo termo de quatro horas para receber a lei de teu benfeitor e servidor, se fizerdes para teu bem o que te digo acima.

RAVARDIÈRE

“Se desejas de me mandar um de teus cavaleiros, pode vir seguramente, porque te dou minha fé e palavra de to tornar a mandar, em falando com ele, e por que não ignores, tu e os teus, o estado em que estou, e vós vos achais. Aí vos mando parte das cartas que eles escreviam pelos navios tomados por meus companheiros. No campo francês, diante do forte São Simão dos Portugueses no Maranhão, a 19 de novembro de 1614.”

Havia passado a palavra ao capitão-mor da vinda do trombeta, o qual para mais não era vindo que para reconhecer e \*empachar os portugueses enquanto os franceses se fortificavam, e espantar com aquelas palavras aos que sabiam pouco. Enfim o dito capitão-mor fez alto somido já ao

pé do monte da outra banda do leste, e, para saber a novidade, mandou um alferes a informar-se. Mas o sargento-mor do Estado a resposta que deu foi meter a carta no \*uco do chapéu, e ao alferes por nome Manuel Vaz de Oliveira disse: “Diga ao capitão-mor que a carta vem em francês, e que sua mercê que a não há de poder ler. Mas que lhe aviso, se não quer ser cativo dos franceses, que arremeta logo, como está assentado, porque aqui estamos \*prestes para fazer o mesmo, e que pedem que nos rendamos a sua mercê dentro de quatro horas. Se não, que seremos postos ao cutelo.” Foi o alferes voando com este recado, o qual, tanto que o capitão-mor o ouviu, arremeteu como mui esforçado cavaleiro, e, ao sinal, o sargento-mor, dando por nome Virgem de Guadalupe e gritando *Santiago*, cerrou com as trincheiras da praia, e após ele arremeteu o Madeira com os índios amigos, que não chegavam a cem homens. O socorro com o capitão Gregório Fragozo entrou assim como lhe estava ordenado, dando a carga pela banda do mar. Já neste tempo a gente estava \*abarbada com a primeira trincheira, donde os mortos que caíam de uma e de outra parte faziam duvidoso espetáculo. Mas a virtude do sofrimento nos portugueses foi grande, pois, sem torcerem o rosto, sempre levados do exemplo e vozes do sargento-mor, apertaram tanto que ganharam a primeira trincheira, e isto a tempo que os índios do inimigo, que eram em multidão grande, como neles se não perdia tiro e a gente portuguesa os ia entrando, viraram as costas a tempo que o capitão-mor já chegava à praia, e o sargento-mor gritava: *Vitória, que fogem!* Contudo, os franceses, pelejando galhardamente ainda que com pouca fortuna, entretinham o ímpeto de uma e de outra parte, até que de todo vendo desamparada a sua ilharga dos seus \*salvagens, e ocupada dos portugueses, que derramados destramente lhe faziam o ofício, e que os seus índios ocupavam o lugar da retirada, tomando a carga começaram juntos de tropel de caminhar para se valer dos navios, porém foram dar com o capitão-mor, que, como dito é, vinha saindo do mato e arremetendo quase só, porque os seus, ou porque ele se adiantasse, ou porque eles marchassem menos, chegaram descompostos, mas mui \*valerosos e honrados, e como tais, ainda que o capitão-mor esteve em perigo, logo foi socorrido de uns e de outros. E nesta \*envolta foi morto Monsieur de Pisiau, lugar-tenente-general, fidalgo católico, e de tantas partes, que sempre será chorado dos seus. Era primo com irmão da princesa de Condé, o qual vendo caído seu

companheiro Monsieur Du Prat, e tudo em rota com mais pressa do que a barafunda dava lugar, se retirou e escapou a nado com a espada na boca. Todos os demais fidalgos franceses elegeram antes morrer pelejando junto do seu general, e assim quanto mais em francês o sargento-mor do Estado lhes gritava que se rendessem, tanto mais se defendiam. Pelo que, em menos de uma hora que durou a força da batalha, ficou todo o campo coalhado de mortos franceses e índios. Monsieur de La Ravardière, vendo do mar o que \*parava, mandou na fúria do conflito aos navios mais ligeiros que se \*presentassem à fortaleza para \*divertir o dano, que já doutro modo remediar não podiam. Mas o capitão Manuel de Brito Freire, que com o alferes Diogo da Costa, com quase trinta soldados marinheiros e doentes, fizeram tão bem seu ofício com a \*artilheria, que desviaram de si este perigo, dando a entender diferente força da que havia, de modo que no mar, e na terra, e no monte, e na praia, tudo eram bombardadas, cutiladas e arcabuzadas, com tanto fervor qual no Estado do Brasil jamais foi visto, nem que tanto se aventurasse como este dia, no qual, para mais espantosa tragédia dos franceses, mandou o sargento-mor do Estado dar fogo a todas as canoas que estavam \*varadas em terra, que eram 46, com todo seu \*maçame e remos, em que havia algumas de 75 palmos de comprimento, que vogavam 25 remos por banda, o que se fez por tirar o pensamento aos fugidos de se salvarem nelas, e por quebrar o ânimo aos aliados dos franceses, que nisto perdiam seu regalo e remédio, e mostrar aos do mar sua armada feita cinzas, e aos da terra, que todavia se fortificavam na montanha, que não tinham que esperar socorro, pois as canoas ardiam. O capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, tanto que viu o bom sucesso da rota em que, como está dito, pelejou como quem era, foi-se ao forte a descansar do trabalho passado, deixando que a seu alvedrio cada qual despojasse, saqueasse tudo o que achasse de mantimentos, e munições, e armas, de que estava o campo coberto. Mas o sargento-mor do Estado, que trazia outro pensamento, tinha sempre junta e firme uma tropa de sessenta soldados, e todos os oficiais consigo, sem consentir que se desviassem um ponto, até ver o inimigo de todo roto e a montanha desocupada, e assim cada momento provia com esquadras de \*refresco, para que sem parar lhes tivesse a escaramuça em \*teso aos capitães franceses, a saber, a Monsieur de la Fos Benart, que, como está dito, guardava o monte, e ali se defendia \*valerosamente, e a

Monsieur de Canonville, que se havia \*ajuntado com ele tanto que viu a rota, e era de temer que, se o negócio se esfriava, que se podia mudar a fortuna, e mais, se os do mar entendiam que a sua gente estava fortificada. Pelo que o sargento-mor do Estado, buscando seu companheiro o capitão-mor, lhe foi dito como estava na cerca em sua casa, e assim se foi a o buscar, deixando com a gente o capitão Frias, e chegando aonde estava Jerônimo de Albuquerque, lhe disse: “Meu Senhor, não temos feito nada, se nos não tornamos a \*ajuntar, e vamos desfazer a cerca da montanha, donde os inimigos que fugiram estão recolhidos, e bem sabeis, senhor, que se falta qualquer de nós do campo, que ametade dos soldados hão de desaparecer.” O capitão-mor com muita vontade tornou a tomar as suas armas e, levando seu filho consigo, se tornaram à praia, donde repartidos, sem que houvesse índios que levar de ajuda, porque todos andavam encarniçados em quebrar cabeças e despir os mortos, e foi o capitão-mor por uma banda, e o sargento-mor ficou na da praia, e pelo mato cerrado chegando-se bem à cerca, houve uma contenda muito desigual, porque os portugueses, a coronha rasa descobertos, queriam às mãos desfazer tudo, e se metiam nas bocas dos mosquetes inimigos, tanto que com o fogo lhes queimavam o \*fato e os derrubavam, como fizeram a um sobrinho do sargento-mor do Estado, chamado Luís de Guevara, que de duas arcabuzadas caiu em terra morto, \*pegado nos paus da cerca, e Antônio Grisante, moço nobre, que à porfia se arremessou da banda de dentro, também ficou morto de mil feridas. Logo feriram a Antônio de Albuquerque, filho do capitão-mor, e ao seu alferes Cristóvão Vaz, e outros soldados, e, nesta pressa e bateria mais atrevida do que dizer-se pode, deram uma mosquetada ao Turçou, língua-mor dos índios que estavam na cerca, os quais tanto que o viram ferido, e alguns deles mortos, não havendo quem os exortasse a estar firmes, e havendo a pólvora faltado já [a]os franceses, e Monsieur de La Fos Benart tendo uma arcabuzada em um braço, começaram os índios, ao seu modo, de bater as palmas, e, dando através com o canto contrário da cerca, se lançaram fugindo pela montanha abaixo, levando trás si as árvores que como se fora algum caudal de rio, porque eram mais de 600 homens. Os franceses, havendo feito seu dever, como mui bons soldados se misturaram com os índios de Tatuçu, que era o principal daquela tropa, e com o Caranguejo Branco, outro principal da Ilha, e assim se salvaram pela espessura do mato. O sargento-mor tanto que viu arrebentar aque-

la gente pôs joelho no chão, e disse aos companheiros: “Demos graças Deus, que nos há dado inteira vitória.” E logo recolhendo a gente, não quis consentir que mais se desmandassem pelo bosque, antes mandando tocar a recolher se veio marchando para o forte Santa Maria, já quase noite, havendo-se recolhido todos os mortos portugueses, e feridos. O capitão-mor já tinha feito outro tanto, sentindo, porém, das feridas do filho. Sepultaram-se aquela noite e ao outro dia os mortos, que em todos foram onze, e tratou-se de acudir aos feridos, que eram muitos, e no quartel, a Deus louvores! não havia cirurgia, nem \*mezinha alguma mais que um pobre moço que, inda que soubesse atar uma ferida, não tinha cousa que lhe pôr mais que azeite comum, ou de \*copaíva, e panos d’água com \*ensalmo, que para tão terríveis feridas, como alguns tinham, era cousa lastimosa. E porque é bem saberem-se os nomes dos que, honradamente servindo a Deus e a Sua Majestade, morreram nesta batalha e foram feridos, os mortos são os seguintes:

Luís de Guevara, natural de Tangere, filho de Gonçalo de Guevara, cavaleiro da Ordem de Cristo.

Antônio Grisante, homem nobre, natural de Braga.

Francisco de Beça, castelhano.

João da Mata, natural do Brasil.

Pedro Álvares, de Viana.

Amaro do Couto, natural de Lisboa.

Bartolomeu Ramires, natural das Ilhas.

Manuel de Loureiro, natural de Abrantes.

Mateus Gonçalves, natural de Mondego.

Domingos Correia, natural da Ilha Graciosa, mestre de um \*cavaleão da Jornada.

Os feridos na batalha:

O capitão Antônio de Albuquerque.

O seu alferes Cristóvão Vaz.

O alferes Estêvão de Campos, sobrinho do sargento-mor do Estado.

Pedro Bastardo.

Domingos Martins.

Encenso Fernandes.

João de Oliveira.

O sargento Rodovalho, que se assinalou muito.

Francisco Pais.

João de Mendiola, castelhano.

Manuel Lopes.

Gonçalo de Sousa.

Bartolomeu Carrasco.

Francisco de Velasco, castelhano.

Brás Mendes.

Jorge da Costa.

Roque de Mesquita.

Melchior Rangel.

Do inimigo se contaram mortos no campo cento e quinze franceses, entre os quais os fidalgos e principais de nome são os seguintes:

Mons. de Pisiaus, do Delfinado, tenente-general desta empresa.

Mons. de Lonjeville, de Paris.

Mons. de Chavanne, primo-irmão de Monsenhor de La Ravardière, natural de Chavanne.

Mons. de São Gil, de Normandia.

Mons. Hautnouesa, normando.

Mons. de Rochefarte, normando.

Mons. de La Hey, normando.

Mons. de La Benuviera, normando.

Mons. de S. Vicente, normando.

Mons. de Batalla, normando.

Mons. de La Praeriá, normando.

Mons. de Magnihi, borgonhão.

Mons. de Fossé, picardo.

Mons. Vanet, astrólogo de La Franqua.

Mons. de La Roche, Limosine Conte.

Mons. de Sablon, primo de Mons. de La Roche Depuis, normando.

O sargento La Verdura.

O sargento Bixot, da companhia de Monsenhor du Prat.

Mons. de Sauvensi, bolonhês.

Mons. d'Ambreville, borgonhão.

Mons. de La Ruelle, secretário do Condestável.

Mons. de La Crux, de Paris de França.

Mons. Magrot.

Mons. de Basserua, de Paris.

Mons. de Chateau, de Paris.

Mons. de Bachiler, de Paris.

Seu irmão Le Bachiler, de Paris.

Vicente Grande, mestre de navios.

Mons. Bridu, natural de Dieppe, famoso.

Um língua dos índos chamado o Mingão.

Mons. Gatignat, de Paris.

Mons. Des Marais, de Ruão.

Afora estas pessoas particulares que aqui morreram, dizem que, com os afogados e perdidos, chegaram a 150. Mas os que se contaram no campo, como dito é, foram 115, afora os presos, que foram nove.

Aquela noite, depois da batalha, não consentiram que da fortaleza saíssem soldados fora, tanto por dar aos inimigos ponte de prata, como porque na verdade a gente estava tal, e havia tanto em que entender com feridos e mortos, e com vivos mortos de fome, e juntamente tendo a armada à vista, na qual os presos diziam que havia mais de 200 soldados, e que estava grande socorro de índios para vir ao outro dia, os quais vinham da terra firme de Comat. Também os índios da Ilha, que como está dito fugiram aos primeiros encontros, e assim os da montanha, era de crer que não deviam de estar mui longe, e que, vendo as canoas dos amigos, que se poderiam animar e refazer com elas, e mais se tinham em sua companhia alguns franceses, os quais, avisando a Monsieur de La Ravardière, poderiam fazer que outra vez se tentasse a fortuna, e mais quando os ditos franceses tinham as suas forças do mar inteiras, e os portugueses nenhum batel para seu serviço, que tudo estava \*varado e tiradas as tábuas, e \*rombas,

por que das embarcações que haviam ficado, se não valesse ninguém até que o tempo mostrasse melhor rosto. Todavia aquela noite houve grande vigia, e guardas \*dobles, a causa de que em toda ela sempre se sentiu rumor de gente, assim nos matos vizinhos como na baixa-mar da praia, na qual se fuzilava às vezes por sinal dos que pediam favor aos navios. Nesta noite se veio a render à fortaleza um índio, principal dos da Ilha, que declarou o grande medo que havia em todos os fugidos e escapados da batalha, e a grande tristeza que havia pelos mortos e perda de armas e canoas. Tudo isto mais se certificou em sendo de dia, porque em toda a armada não havia bandeira alguma \*arvorada, e a capitânia tinha abatida e \*desarvorada a sua real e a do \*masto grande, nem se tocou trombeta nem caixa na alvorada, nem se disparou arma de fogo, tudo pela morte do tenente-geral de Pisiau, e pelos demais parente e amigos do senhor de La Ravardière, o qual aquele dia nem o outro falou a ninguém, encerrado em seu camarote, como homem pouco costumado a ser vencido. Estas cousas, ainda que se viam e entendiam no forte Santa Maria, não eram tão solenizadas exteriormente, porque todavia se viam com o porto tomado como dantes, e sabiam de raiz quais eram as forças do inimigo, e quão poderosas em gente, navios e \*artilheria, e o pouco poder que de presente havia para acabar de consumir tudo isto. Somente entre os índios havia ao seu modo \*bailos e cantos toda a noite, e as mulheres, apregoando pelo quartel, andavam cantando das proezas de seus maridos e publicando os nomes dos homens de guerra que haviam tomado nos contrários, quebrando-lhes as cabeças: cerimônia notável e de muita graça, pelo fervor com que as mulheres índias de aquelas partes dão à execução este rito.

Estando, pois, uns e outros desta sorte, apareceram pelas 7 horas da manhã do dia 20 de novembro 16 canoas grandes, que, uma trás da outra, em largo giro vinham chegando-se à terra e à armada, as quais traziam de socorro da terra firme de Comat 600 para 700 índios \*tupinambás, e vinham a assentar quartel da banda do rio Mum, para que os portugueses perdessem a esperança de remédio de nenhuma parte. Tanto que apareceram as canoas, logo o sargento-mor do Estado lançou fora cem arcabuzeiros com o capitão Manuel de Sousa de Eça, os quais marchando à vista da armada pela baixa-mar foram a pôr-se adonde as canoas apontavam, e os índios amigos ao longo do mato foram sempre reconhecendo o bosque, até ao mesmo posto donde aguardavam o que faziam as canoas, os quais, tomando terra da outra

banda do rio, foram advertidos dos índios que lá andavam (buscando em que salvar-se), e assim, tanto que tiveram notícia do estrago passado e viram que já os portugueses da outra parte do rio esperavam pela baixa-mar para se verem com eles, não lhes parecendo bem \*provar-se com gente que antes de eles chegar[em] já os buscava, embarcando depressa os escapados que à boamente levar puderam, se tornaram na volta de suas terras sem falarem à armada, nem ao principal da Ilha que nela estava com o General Ravardière, chamado o *Brasil*, nem lhes darem a obediência, ainda que da capitânia lhes tiraram uma peça, e os foi chamar uma lancha. Com este sucesso, se recolheram os portugueses, vindo de caminho às cercas do inimigo, queimando-as e desbaratando-as de todo, e desmanchando as trincheiras da praia, mandando juntamente dar sepultura a todos os mortos, franceses e \*tupinambás, em que todos os escravos e gente de serviço gastaram todo o dia. E assim acabaram de saquear-se os quartéis, em que houve muita farinha, e legumes, e muitas redes de dormir, e grande cópia de armas, arcabuzes, mosquetes, pistolas, \*peitos, \*rodelas, \*morriões, e \*celadas, infinitos arcos, e frechas, \*paveses, e \*rodelas dos índios, alguma pólvora em \*cabaços, morrão, \*pelouros. Também este dia se tomou uma índia moça, a qual havia vindo à guerra com seu marido, o qual, a tempo de fugir, a deixou, esquecendo-se dos amores. Mas ela teve tanta astúcia que disse aos que a acharam que era tapuia, escrava de um principal da Ilha, para que assim a cativassem e a não matassem, como sucedeu, que sendo levada por escrava de uns \*tabajarés que a tomaram, passada a fúria, disse quem era, e foi restituída a seu marido daí a poucos dias.

Passadas estas cousas, a 21 do dito mandou o inimigo um índio dos que lá tinha da primeira canoa, quando foram de paz à Ilha, e lhe deu uma carta em francês cerrada, para que desse aos seus portugueses, a qual traduzida dizia assim:

“Senhor d’Albuquerque, eu te mando esta para saber a verdade da guerra que fazes e queres fazer aos meus, porque até aqui não quis \*praticar-te nada de aquilo que toca à nossa arte, porque tu quebras todas as leis praticadas em todas as guerras, assim cristãs como \*turquescas, ou seja em crueldade, ou seja na liberdade das \*seguridades que os homens tomam uns com os outros para seus parlamentos. E tu, retendo os trombetas que te mandam pessoas livres, pelo meio de todos os inimigos, fazes que em ti vejamos e

pratiemos leis novas em nossos officios. Pelo que tu nunca terás honra jamais para com pessoas de merecimento, nem farás mais que abocanhar a carne cristã. Mas a justiça divina te castigará como tu mereces, e me dará graça que tu e os teus proveis à cortesia francesa, caindo nas minhas mãos, a qual eu te prometo em vingança de tuas crueldades, que eu poderei executar sobre ti e sobre os teus que cá tenho no forte São Luís, sendo 12 \*salvagens, a que faço melhor tratamento que posso. Portanto, não te ensoberbeças havendo espantado uns poucos de \*salvagens, os quais te deixaram nas mãos alguns 80 homens dos meus franceses, governados pelo meu tenente, mancebo e bravo capitão, e experimentado na guerra se jamais o houve, que foi morto na primeira ocasião em que aqui se achou. Também havia outro bravo e experimentado na guerra, chamado Mons. du Prat, o qual me veio achar depois da \*defensa que fez fazer aos franceses e \*salvagens, de que não tirassem em modo algum do mundo enquanto durava o parlamento, e esta foi a causa que tu a tão bom preço os tomaste[s] contra toda lei de guerra, violando todo o que nela se pratica. O Senhor du Prat virou o rosto à larma, e vendo a desordem, se pôs a resistir, e vendo o atrevimento dos teus e sua audácia, acompanhou os seus, pelejando até que te viu senhor do campo, e depois se salvou, e está com saúde, donde me assistirá bravamente a tomar razão de teus cruéis efeitos. Tu tens somente a honra de ficar com a praça, a qual eu espero haver bem cedo, porque ainda me ficou assaz gente de bem para executar meu desenho, sem ter necessidade daqueles que mandei ao Pará, os quais espero cada dia, e outros muitos de França. E assim esperarei também tua resposta sobre o que acima te digo, a qual me podes mandar sobre minha fé e palavra, que eu nunca jamais quebrei, nem o farei, porque tenho 25 anos de governador de gente. Pelo que, se te mostrares cristão, faze boa guerra aos meus, e manda-me o meu trombeta, se não queres que à tua vista te faça enforcar em 54 horas todos os teus, assim portugueses como \*salvagens. Este teu mortal inimigo.

RAVARDIÈRE.

“Diante do forte São Simão, a 21 de novembro de 1614.”

Lida e declarada esta carta pelo capitão e sargento-mor do Estado, pareceu que respondesse a ela, mostrando aos franceses a pouca razão e prática de guerra que tinham, e assim lhe se escreveu a seguinte, em nome do capitão-mor, e por ele assinada:

“Senhor Ravardière: el-Rei católico de Espanha nosso senhor me mandou a este rio Maranhão com o capitão e sargento-mor de todo este Estado do Brasil, Diogo de Campos, meu colega, e muitos homens nobres, fidalgos e cavaleiros de diversas gerações de Portugal, de que realmente eu tenho muita honra, e tanto me fio de sua companhia que tenho dous filhos comigo nesta empresa, na qual nunca me persuadi que tinha parte o cristianíssimo rei de França, nem os franceses nobres que se me nomeiam. Pois é de crer que, sendo meu rei imperador deste novo mundo há mais de cento e doze anos, que não dará parte dele a outro príncipe, e se lha der, que lha não tornará a tirar. Pelo que, sobre o título de nossa vinda não há que disputar que se os reis o hão de averiguar, mal faz quem faz a guerra, e se as armas, escusadas são palavras.

“Por averiguar dúvidas e saber quem estava nessa Ilha, mandei os dias passados os meus índios com a paz à mesma Ilha, e tomaram-mos os franceses; dela vieram outros a buscar-me com engano: dissimulei e mandei-os livres; depois disto, vieram os franceses de Itapari a esta coroa de areia que me jaz defronte, e puseram bandeira branca de paz, a que logo acudi com um barco em que ia um filho meu, e um capitão da Casa Rangel para ver sua fala: vieram com armas cobertas os franceses, e tanto que entenderam poder danar aos meus, lhes tiraram cruelmente muitos golpes de arcabuz e mosquete. Eis aqui, Senhor Ravardière, quem por três vezes rompeu e violou a lei das gentes e do primor da guerra, e quem se fez incapaz de fidelidade. Passadas estas cousas, vieram os franceses a tomar dous pobres cascos de navios desarmados a meus pobres marinheiros, os quais estavam à boa-fé no mar d’el-Rei nosso senhor, sem fazerem mal a pessoa, e foi interpresa a horas e termos pouco valentes: enfim, ficamos lastimados de tanta ou-

sadia e má vizinhança. Passado isto, Senhor Ravardière, vieram os franceses em número grande, com todas as forças do Estado dos índios destas comarcas, enganados para nos comerem e tirarem a vida à fome, e sede, e ao cutelo; e andando-nos \*apercebendo para nossa defesa, mandaram um trombeta não sei de quem, o qual queria que dentro em quatro horas nos rendêssemos; e enquanto falava com meu companheiro Diogo de Campos, a gente francesa desembarcava, e os \*salvagens se chegavam, os franceses astuciosamente se fortificavam, sendo assim que cada crime destes é intolerável. Pelo que, seguindo-se o efeito pela nossa parte, começando, a Deus graças, o trombeta ficou salvo, e a vosso serviço, e vos dou palavra de o mandar quando for tempo, por minha cortesia e vossa boa \*tenção, não pelo merecimento da causa, que já vai declarado para diante dos que da nossa arte mais entenderem. Do sangue que se derramou de franceses e portugueses, Deus é testemunha que não tenho eu a culpa, a quem a tiver ele dará a pena. Portanto, se os meus que lá estão enforcardes, mal fareis aos vossos que cá tenho, que são nove com o trombeta, e um vosso tambor, mas *il serà comme vous plairà*.

“Todos os mortos franceses fiz enterrar como pude, não como merecem, e se deles algum é necessário, ou os ossos, podem livremente vir por eles, sem nenhum interesse. A muitos salvei a vida, mas os \*salvagens que vêm comigo, confesso que são mais cruéis que os vossos, não para comerem carne humana, e assim é fábula que faltou perna nem braço a nenhum francês, e isto sobre minha honra. Antes, a um soldado meu \*valeroso de casaca \*grisante, que morreu pelejando dentro já na cerca, os vossos tapuias, ou \*salvagens, lhe cortaram um braço, e sem ele foi à terra. Nem me maravilhei disso, porque sou velho, e há muitos anos que ando nestas cousas. E por derradeiro, sei que será o que Deus quiser. Dada no forte de Santa Maria no rio Maranhão, a 21 de novembro de 1614.

JERÔNIMO D'ALBUQUERQUE.

“Andava fora à caça, portanto não mandei a resposta mais cedo. As cartas dos meus, vi: falam verdade, mas pode alguém enganar-se com elas. Torno-as a mandar, para que se vejam mais d’espazo.”

Esta carta se mandou pôr em um pau na praia, com uma bandeira branca, porque o índio que trouxe a outra não quis tornar com a resposta. Mas eles, sem perder ponto, ao outro dia mandaram a que se segue. E há-se de advertir que as cartas de que falam atrás foram as que os soldados portugueses escreviam ao Reino nos navios que os franceses tomaram, em que cada um conforme seu talento contava da Jornada, e significava as necessidades do estado presente, nas quais, e na tomada dos navios, o inimigo havia feito juízo certo das forças portuguesas, e para que soubessem que não ignorava nada do que convinha, mandava as cartas originais. Mas os capitães portugueses, não dando delas a entender nada a pessoa alguma, por não lastimar e escandalizar aos que com simplicidade as haviam escrito, as tornaram ao inimigo, dizendo que falavam verdade, mas que podia alguém enganar-se com elas. E tornando à carta do Ravardière, dizia deste modo:

“Senhor d’Albuquerque. Tendo visto pela tua a boa guerra que tens feito aos meus franceses, que eu governo, e assim estou mui alegre, e crê de mim um natural que jamais ficará vão de cortesia, e que assim tudo te pagarei em dobro, quando Deus me der ocasião. Peço-te que me mandes os nomes dos meus a quem tu salvaste a vida, e não creias que se te dará por isso um só \*enojo, e assim me avisa quando me dás tua palavra e tua fé, para que eu mande um fidalgo dos meus a ver o corpo do meu lugar-tenente-general, homem de casa ilustre, e se tu mo queres mandar buscar por alguém, eu te dou minha fé e minha honra que pode vir e tornar seguramente. E assim, se algum dos teus padres quiser vir, eu lhe farei que veja os nossos, e responderei de viva voz a todos os pontos da tua carta à pessoa que mandares, ou quem lá for sobre tua palavra, na qual me fio tanto como tu te podes fiar da minha, pois que ta dou como cristão verdadeiro e servidor fiel do meu rei, e teu amigo. Manda-me dizer se me dás a palavra para ir lá o Capitão Malharte, que tu já viste em

Paranambuco. E assim te rogo que me faças escrever em francês ou em espanhol pelos teus, que tu tens, que sabem de tudo. Dada em 22 de novembro 1614.

RAVARDIÈRE.”

A esta carta cortês, cheia de rogos, se dispuseram com parecer de todos a lhe mandar o trombeta livremente, para que mais se desenganasse do ânimo e das forças dos portugueses. E com o dito trombeta foi a carta seguinte:

“Mi Señor de La Ravardière, más obliga a los cavalleros portugueses un término cortés que la fuerza de las armas, e así doy mi palabra que, de nuestra querella en fuera, que a todo lo que fuere de gusto y servicio de Monsieur de La Ravardière de lo hazer muy a punto. Luego que recibí este segundo mensaje, imbiè dos capitanes con dos franceses y el trompeta a buscar el cuerpo de Monsieur de Pisiaus: y mal aya la fortuna y desconfianza que de mi se tuvo, que si ellos no pelearan tan valerosamente, y dar se quisieran a mi persona, que se lo rogaba tiniendo el ímpetu de los míos sobre mis armas, todos hoy fueran vivos, o a lomenos si el mismo día de la batalla yo tuviera aviso, como se acostumbra en las ocasiones, para enterrar los muertos, pudiera estar hecho lo que a la amistad y lealtad de los tales hombres se deve, y por vida de mis hijos, que yo los sepultara muy de otra manera. Pero, como cosa sin noticia, los hize enterrar como a los míos, a quien todo el bosque es muy honrada y dichosa sepultura, e así en lo de los muertos tengo hecho la debida diligencia.

“El trompeta dirá como quedamos, yo diré que mejor le tratáramos, si estuviéramos en nuestra patria; pero, como somos hombres que un puño de harina y un pedazo de culebra, cuando la hay, nos sustenta, quien a esto no se acomoda, siempre rehusará nuestra compañía.

“Con los demás prisioneros hago cierto diligencia conveniente a quien há de dar cuenta a su rey, hecha que sea, se tratará de dar gusto a todos. Entretanto si pareciere conveniente puede

venir a tierra un personaje francés, de los de más principales, para que vaya un caballero portugués de los míos a tratar de los más puntos en vox viva, como se me promete, advirtiendo que está la fe de Monsieur de La Ravardière y de Hieronymo d'Albuquerque de permedio, e que no habrá quien haga mácula en ella. Fecha en el fuerte Santa María en el río Marañon a 22 de noviembre 1614.

HIERONYMO D'ALBUQUERQUE.

“Los hombres de los franceses, a quien salvé la vida por Dios, que a todos la salva, son:

“Nué de la Motte.	Martin Bartier.
Antonio Lanclure.	Critien Marixal.
Jean Pagier.	Abraham (le funditor).
Pierre Laleman.	Un tambor garçon.”

A esta carta, que com pressa foi sem assinar, mandou o francês o trombeta logo com a que se segue:

“Meu Senhor d'Albuquerque. A clemência de aquele grande capitão d'Albuquerque, vice-rei da Majestade D. Manuel nas Índias Orientais, aparece em vós na cortesia que fazeis aos soldados franceses meus, e a sepultura que haveis dado aos meus mortos, entre os quais tenho um que amei em vida como a um irmão, porque era \*brabo e de boa casa. Eu louvo a Deus, contudo, esperando que, se tornamos às mãos, tomara minha justa causa e minhas cousas nas suas. Para responder à vossa carta, como vier assinada, a mandarei comunicar ao resto dos meus capitães, e lida se vos dará a resposta, fiando-me inteiramente na vossa fé e palavra, tanto que vier o vosso sinal posto assim como vós vedes na minha: eu vo-la mando, e não digo por ora cousa, senão que honrarei a casa e nome dos d'Albuquerque. Feita ante o forte de Santa Maria a 23 de novembro 1614 no Maranhão.

RAVARDIÈRE.”

Mandou-se-lhe logo a carta assinada, e por estar indisposto o capitão-mor, respondeu o sargento-mor do Estado com duas regras, que continham esperar-se o assento que tomavam os senhores franceses, com a qual resposta se levantaram todos os navios de defronte do forte e se foram à entrada da \*barra de Jaguarapim, ou das Guajavás, donde estiveram dous dias e meio, tratando do que lhes convinha. Entretanto, o sargento-mor do Estado tirou sua informação autêntica dos prisioneiros, sendo perguntado cada um por si, e achou que de presente os inimigos tinham 11 navios de alto bordo, em que entrava a nau *Regenta*, de quatrocentas toneladas, e quatro fortes na Ilha, com muito boa \*artilheria de bronze e ferro \*coado, e que tinham muitas munições de guerra, e comida, e que dos índios da outra costa esperavam socorro com cópia de canoas, que sem dúvida viriam com os franceses que lá andavam da banda do Pará e de Caieté, e que se deviam de achar inda com 300 homens de mar e guerra. Disseram também outras cousas acerca da viagem até o Maranhão, e dos capuchos, que chegavam a 20 frades, os quais começavam na Ilha um convento e \*seminário de importância. De modo que, com esta notícia, e com a miséria presente de fome e falta de tudo, e que a vitória em modo algum por si só não dava remédio, e com a dúvida que tinham de os barcos de aviso haverem passado a Paranambuco, em que de presente, depois do favor divino, estava o bom sucesso, sem haver remédio de se mandar outro, nem por mar nem por terra, nem a Sua Majestade, a quem tanto convinha dar-se conta, como o tinha mandado o governador, todos estavam esperando se Deus lhes administrava algum bom meio, como já milagrosamente se havia começado a mostrar, e bem sabiam todos que, se houvera embarcações depois do sucesso, com que os portugueses puderam comunicar-se com os índios da Ilha, a despeito das guardas e diligências francesas, que sempre dos índios se \*persumia alguma novidade em favor dos portugueses. Mas estava tudo tão cerrado com a ronda das lanchas, e assistência dos navios, e persuasão das línguas, e finalmente com a força dos \*presídios, que não era possível nenhum honesto meio que do mar dependesse. E bem sabia que o espanto dos índios era tal que os que fugiram pela banda do Tapucuru rio, com a desordem e medo, se afogaram mais de duzentos ao passar do rio a uma Ilha, entre os quais se afogou Caracantim de Caieté, principal dos longos-cabelos, que havia vindo a se oferecer, ele e a sua nação, assim cha-

mados a vir contra os portugueses, e como a cousa foi tão açodada, os seus não vieram, e ele ficou afogado. E outros houve que não pararam menos que pelo rio Meari dentro mais de 200 léguas, tendo os franceses, e a Ilha, e tudo por perdido, e com eles foram três franceses, porque já à sua sombra se haviam escapado da batalha. Mas tudo isto com o mar cerrado, tanto que nem se podia tomar um caranguejo, nem uma \*jangada podia tomar um peixe, era confusão e miséria grande, pelo que faltava o gosto que de razão se devia a tamanha vitória.

Passados dous dias e meio, tornaram os navios a surgir defronte de Santa Maria, e mandaram a terra o trombeta com a carta que se segue:

“Senhor d’Albuquerque. Tenho considerado os pontos principais da vossa carta, e, conforme aos discursos que vós tendes feito ao meu trombeta, parece que tudo não atende mais que à paz. Por esta banda de cá, como os nossos reis têm pela parte dela com muito estreita \*liança, e como me falaram em Suas Majestades, logo me resolvi com meus capitães que não é possível terdes socorro por mar. Todavia, vos quero ouvir sobre o que me quereis propor acerca do de cima, e isto tanto de palavras como por escrito, por aquelas pessoas que me mandardes, sejam quem forem: eu vos dou minha fé e minha honra em penhor, que podem vir seguramente e tornar quando quiserem. E se for servido o Senhor Diogo de Campos de vir, eu serei contentíssimo, porque fala francês, e nós havemos feito a guerra um contra o outro servindo nossos reis, quando ele andava com o Príncipe de Parma, segundo me disseram. Eu lhe beijo as mãos com vossa licença, e o mesmo faço a ambos. Vosso servidor.

RAVARDIÈRE.

“Peço-vos que sempre me escrevais em francês, ou bem espanhol, porque não podemos às vezes achar depressa o sentido de vossas cartas. Feita diante do forte Santa Maria, a 25 de novembro 1614.”

A esta carta se respondeu a que se segue, para dar conclusão aos parlamentos:

“Monsieur de La Ravardière. Yo soy contento de os enviar al capitán Diego de Campos, mi compañero, y outro capitán de infantería, para tratar los puntos a que por hora no respondo, confiando que se los hará la cortesía en tales casos acostumbrada; mas para que guardemos el estilo de la guerra supuesto que de nuestra fe y palabra mucho me fío, conviene que vengan a tierra de vuestra parte un Cavallero de S. Juan, que tenéis, y el capitán Mallarte, que debe conocerme, y con estos se tratará lo que conviene. El capitán de Campos y yo os besamos las manos muchas veces. Quanto a la seguridad, de mi parte siempre la daré, y doy, con los términos debidos. Dada en el fuerte Santa María, en 25 de noviembre 1614.

HIERONYMO D'ALBUQUERQUE.”

Logo que tiveram esta carta, ao outro dia, que foram 26 do dito, mandaram a terra ao cavaleiro de Razilli, da Ordem de São João, e ao Capitão Mateu Malharte, mui acompanhados até a língua d'água, donde em terra foram recebidos com a devida cerimônia e cortesia, sem entrarem no forte, antes fazendo-se uma tenda perto do mar no campo, foram ali servidos e festejados como o tempo deu lugar. O capitão e o sargento-mor do Estado, Diogo de Campos, tanto que os deixou em poder do capitão-mor, tomando licença se foi a bordo da capitânia, levando consigo ao capitão Gregório Fragoso de Albuquerque. Foi, em chegando, mui bem recebido de Monsieur de La Ravardière e Monsieur du Prat, e de muitos fidalgos que com eles estavam, com mostras de grande gosto, sem se tratar de cousa alguma do passado, mas que das damas e saraus de França. Quando foi tempo, se apartaram o Senhor de La Ravardière com o Senhor do Prado a tratar do por que se haviam juntado, e antes de se discursar muito avante disse o Senhor de La Ravardière “que estava mui sentido dos seus em sua \*absência, porem a bandeira branca de paz na coroa, para falarem, e depois fazerem mau trato, que juraria por vida de Sua Majestade que, se vivos foram, que os houvera de enforcar; mas que bem castigados estavam, pois eram mortos nas batalhas às mãos dos portugueses, de sorte que nenhuma culpa era bem que se lhe imputasse a ele, da tal desordem”. “Uma sempre trás outra, respondeu o de Campos,

e assim não há tampouco que maravilhar da tomada do trombeta, nem do assalto súbito, porque bem alto e claro era o dia.” “Passemos avante, disse o Senhor do Prado, e tratemos do que convém. Estamos todos tão desejosos de vos servir por vosso valor que já agora fazemos tudo o que à honra e vida de todos for mais conveniente. E parecendo-nos que, como gente apertada e que carece do mar, podeis desejar a paz, vede a forma, e o como vos parecer pedi-la, que Monsieur de La Ravardière está de ânimo de vos fazer todo o favor.” O do Estado fez a todos um comedimento grande, e disse: “Em verdade, Senhor du Prat, que a minha vinda cá não foi nem é mais do que por vos ver e conhecer a todos, pela afeição antiga que tenho a esta nação. E assim, no que toca à paz nem à guerra, não posso dizer palavra, que, se a Monsieur de La Ravardière, e vós, meus senhores, tendes entendido que está bem falar nela, assim como fizestes a guerra sem nos \*amoestardes, assim pedi a paz, sem nos meter em mais que em ver se está bem aceitar as condições que propuserdes, advertindo que somos gente que não podemos nadar tanto mar como há daqui a Espanha. Pelo que, ainda que hoje tendes a \*barra, nós temos a terra que pisamos, a qual sempre será de nossos corpos até que Sua Majestade el-Rei de Espanha, nosso Senhor, \*cujo tudo é, outra cousa ordene. Além disto, na guerra melhor às vezes que na paz se acham os remédios.” A isto se riu muito o Senhor de La Ravardière, e abraçou o sargento-mor, dizendo: “Vamos a comer, companheiro.” E com isto se chegaram à mesa, donde não faltou de comer, e música naval bem concertada, mostrando na autoridade e no trato um vestígio honrado, em que se enxergava despesa mais que ordinária. Nisto se praticou um pouco, e de como Sua Majestade d’el-Rei Católico de Espanha nosso Senhor pagava bem e grandiosamente aos que o serviam, maravilhando-se que até o tambor dos portugueses tivesse de praça dez cruzados cada mês. Em discursos familiares e de gosto foi passando parte do dia, até que, ao tempo do despedir-se, tornou o Senhor du Prat a dizer: “Ora sus, sobre nossos negócios, como ficamos?” “Como mandar o Senhor de La Ravardière, respondeu o sargento-mor, e assim pode, sendo servido, mandar um papel amanhã com o capitão Malharte, para que os nossos capitães saibam o que passa, e vejam o que lhes parece que todos o façamos.” Com isto, despedindo-se com mil modos de cortesias e sinais de amor, ao desamarrar do batel toda a armada disparou a \*artilheria, com grande

ruído de trombetas e vozes a seu modo. Neste mesmo tempo, embarcados em terra os capitães com semelhante estrondo que fez o forte, se foram cada qual aos seus, e Jerônimo de Albuquerque, \*ajuntando os capitães, com a vinda do sargento-mor, se propôs a todos que havia passado, para que estivessem advertidos para ao outro dia verem os capítulos ou artigos que os franceses pediam, e se antes de se assentarem, ou firmarem pazes, se tinham eles autoridade para as fazer como gente real, ou se como piratas banidos de França? Eram \*quiçais homens com quem Deus e as gentes tinham roto o gênero de tréguas, que com os tais mandava Sua Majestade que se não usasse clemência, e que assim era bem que todos com muito tento se houvessem nesta matéria. Acabado o dia, ao outro, que foram 27, veio à terra o capitão Mateu Malharte, e trouxe escrito os capítulos que se seguem, em francês, da mão e letra de Monsieur de La Ravardière, e disse “que, sendo conformes ao que convinha a todos, que o Senhor de La Ravardière os viria firmar, e selar a terra, e ver e servir a todos, como bom e leal amigo; e que entretanto os ditos capítulos ou artigos se traduzissem na língua castelhana, para que uma e outra nação se entendessem de todo claramente”, e diziam assim:

“Artigos acordados entre los Señores Daniel de La Touche Señor de La Ravardière, Lugar Teniente General en el Brasil por el Cristianísimo Rey de Francia y de Navarra, Agente de Misire Nicolás de Harley Señor de Sansi, del Consejo de Estado del dicho Señor Rey, e del Consejo Privado, Barón de Molè y Grosbuès, y por Misire Francisco de Razilli, Señor de las Haumellas, y del dicho Lugar de Razilli, entre ambos Lugar Tenientes Generales por el Rey Cristianísimo en las tierras del Brasil con cinquenta leguas de costas con todos los meridianos en islas inclusos; y Hieronymo de Albuquerque Capitán-Mayor por la Majestad Católica del Rey D. Filipe d’España de la Jornada del Marañón, e ansi del Capitán y Sargento Mayor de todo el Estado del Brasil, Diego de Campos Moreno, Colega y colateral del dicho Capitán Mayor por la Majestad del dicho Señor en esta Tierra.

“*Item.* Primeramente la paz se acordó entre ellos dichos Señores dende el día oy hasta el fin de diciembre de mil y seis-

cientos e quince; durante el cual tiempo cesarán entre ellos todos los atos de inimistades, que fueron y han durado dende 26 de octubre hasta el día oy por falta de saber las intenciones los unos de los otros, y de no se entender, donde se siguió gran pérdida de la sangre cristiana de ambas partes, y grande disgusto entre los dichos Señores.

*Item.* Se acuerda entre ellos dichos Señores, que enviarán a Sus Majestades Cristianísimas y Católicas dos hidalgos, cada uno para saber sus voluntades tocante a quien debe de quedar en estas tierras del Marañón; a saber dos caballeros, uno francés, otro portugués, irán a Francia, y otros dos caballeros de la misma suerte irán à España.

*Item.* Durante el tiempo que los dichos caballeros tardaran en bolver de Europa y traer de Sus Majestades a este lugar el acuerdo y orden de lo que se debe seguir, se advierte que ningún francés ni portugués no pasará à la Isla del Marañón, ni salvajes de los indios, ni a la tierra firme de leste, ni de una parte a otras sin pasaportes de los Señores nombrados arriba.

*Item.* Los Señores d'Albuquerque y de Campos prometen al Señor de La Ravardièrre de no tratar alguna cosa con los salvajes de la Isla, ni de Tapitaperá, ni Comat, la cual no sea tratada por las lenguas del Señor de La Ravardièrre, ni los consentirán poner los pies en tierra a menos de diez leguas de sus fortalezas, ni de sus puertos, sin la permisión del dicho Señor.

*Item.* Que tanto que las nuevas vinieren de Sus Majestades para aquellos que deben quedar-se en la tierra, la nación destinada a se partir se aprestará dentro de tres meses para dejar al otro la tierra, y los salvajes, que quieran quedar-se dentro de la tierra, y haciéndose todo con buena orden, amistad, y inteligencia, siguiendo la intención de las alianzas de Sus Majestades, a las cuales los suso dichos se remeten enteramente por todo aquello que pertence a esta Colonia del Marañón.

“*Item.* Se acuerda que los prisioneros tomados tanto de una parte como de otra queden libres, así los cristianos como salvajes, los cuales se bolverán sin ninguna rançon; y si algunos de ellos por algún tiempo quieren quedarse en la parte que se hallan, les será permitido con licencia de los suso dichos.

“*Item.* Todos los actos de inimistades pasadas hasta el día de oy quedarán olvidados, y extintos, sin que los unos ni los otros puedan ser buscados por ninguna vía que sea, quedando cada uno de ellos libre en el estado en que son.

“*Item.* De aquí en delante los dichos Señores y sus gentes vivirán en paz y buena amistad, y concordia los unos con los otros, dándose poder por sus personas, y de sus criados solamente para poder ir y venir a los fuertes de la Isla y tierra firme todas las veces y cuando bien les pareciere.

“*Item.* Ninguno accidente en controversia de lo que arriba está asentado por estos Señores será capaz de hacer romper este dicho Tratado de Paz, a causa de las grandes alianzas que hoy tenemos, entre nuestros Reyes, y por el perjuizio que puede venir a Sus Majestades alterándose tales amistades y concordia; y si sucediere algún caso entre los cristianos y salvajes de una y otra parte, la otra nación ofendida hará su queja a su General para se le dar remedio, el cual promete sobre su fe y honra de le dar satisfacción como el caso pediere.

“*Item.* En consideración de lo que queda dicho, y por testimonio de la buena inteligencia que dende esta hora habemos como cristianos y caballeros de honra, el Señor de La Ravardière promete debajo de su fe de dejar la mar libre a los Señores d’Albuquerque y de Campos, y llevar sus navíos para la Isla, tanto aquellos que están delante el fuerte Santa María como aquellos que están en la entrada de esta baya, a fin que los dichos Señores d’Albuquerque y de Campos puedan hacer venir todas suertes de vituallas para ellos y sus gentes tantas cuantas les pareciere con toda seguridad, e y se sucediere que les venga socorro de gente de guerra, o que nos venga a no-

sotros durando el tiempo de nuestra paz, los dichos Señores nombrados se obligan sobre sus honras y fe, de que cada uno tendrá su gente en paz así como está acordado, sin alteración alguna durante el dicho tiempo de la paz, y para esto se obligan de hacer guardar en todo y por todo, y delante todo el mundo; y quanto a otras cosas de menos sustancia los dichos Señores no las especifican, porque se confían en sus palabras verbales, en las cuales no faltarán jamás como gente de honra, y para seguridad de todo lo arriba declarado, mandaron hazer esta, que todos tres los suso dichos Señores de La Ravardière, y d'Albuquerque, y de Campos firmaron e sellaron con el sello de sus armas. Hecha en la armada de los portugueses en el río Marañón, em 27 de noviembre de 1614. – *Ravardière, Hieronymo d'Albuquerque Marañón, o Capitão Diego de Campos Moreno.*”

Mostraram-se os capítulos referidos, antes de se firmar, aos capitães portugueses, e fez-se um auto, em que todos assinaram, em como era bem e serviço de Sua Majestade, visto não poderem continuar a guerra por mar, faltando os meios necessários à conquista por água, em que tão superiores eram os inimigos; e quanto importava terem o mar livre para avisar a Sua Majestade sem dilatar tempo, na perda do qual estava a de todos, e assim ficarem capazes dos socorros do Brasil entrarem seguros, dos quais tinham tão fraco conceito, que nunca passariam de ser barcos da costa com só alguma farinha, e que esses conforme as promessas do governador de os mandar cada mês, que já tardavam havia cinco meses; e que realmente as pazes que com tanta instância dissimulada o inimigo \*pertendia, devia ser para despedir a nau grande, a qual devia de lhes fazer grande despesa; e que, se para isto eram, que isto mesmo parecia ser o que mais à ocasião presente convinha, porquanto a nau havia de levar a maior e melhor parte de suas forças, e que nas que ficavam já não se podia presumir dança; e que assim também as mortes de tanta gente principal em uma só ocasião de guerra, se em França se soubesse, que de força havia de esfriar os ânimos aos que quisessem vir buscar a vida; e que Sua Majestade poderia mandar com mais cômodo o que fosse servido, pois o tempo se limitava pondo-se tudo em suas reais mãos; e que assim,

sem dúvida, por estas e outras muitas e mui urgentes necessidades, era bom que as tréguas se \*acordassem, e assim se formou um escrito, para, em virtude dele, ao outro dia vir a terra o senhor de La Ravardière, para mostrar os poderes e patentes que dizia ter do seu rei de França, e assim também as missões dos padres capuchos, que tinham de Sua Santidade, ou do seu general, as quais ofereciam mostrar aos padres portugueses, e para os obrigar que também se lhe mostrariam as ordens de Sua Majestade católica d'España nosso Senhor.

Com isto se tornou o capitão Mateu Malharte a bordo, e, na madrugada de aquela noite, houve fogos de alegria e cargas de mosqueteria, que duraram muito, em que pareceu que se solenizava a passada vitória.

Aos 28 do dito, segundo estava \*acordado, veio a terra o senhor de La Ravardière, e o senhor du Prat, e o senhor de Petresi, bem vestidos todos e acompanhados, e em sua companhia traziam ao padre comissário frei Arcângelo de Pembré, com dous religiosos da sua Ordem dos Capuchos, tão venerados e de tais mostras que realmente pareciam santos, e como tais foram recebidos dos religiosos portugueses, entre os quais sobre a bênção houve cerimônias, e entre os capitães cortesias, em que foram até chegar a Infantaria, que, bem concertada e armada, estava desde muito fora do forte em duas alas que chegavam até o lugar do alojamento que estava feito aos senhores franceses de palmas e ramos, e assentos do campo. As bandeiras, por se não abaterem, estavam pelos baluartes \*arvoradas. E entrando o senhor de La Ravardière da porta do forte para dentro, se lhe fizeram com muita lealdade as honras militares que a tais cargos se costumam, até entrar no lugar que lhes estava prevenido, em que sempre ele e os demais trataram com admiração do muito que havia trabalhado a gente na fortificação. E havendo descansado e comido, com mais música que manjares, porque os não havia, trataram de assinar os acordos, e assim se mostraram as patentes e se deram os traslados autênticos uns aos outros, para mais firmeza do que à boa fé se faziam, pois sempre a vontade e honra dos reis e seu melhor entendimento ficava reservado, e eles todos sujeitos à ordem que se lhes desse.

A provisão que se leu primeiro era do Cristianíssimo Rei de França, do teor seguinte:

“Luís, pela graça de Deus, Rei de França e de Navarra, a todos aqueles que as presentes letras virem, saúde. Fazemos saber que, pelo aviso que nos deu o nosso cristianíssimo e bem-amado primo, o Senhor Dampville, Almirante de França e de Bretanha, das muitas costas e partes situadas além da linha equinocial, que ainda não são habitadas de cristãos alguns, nem de povos civilizados ou doutrinados, e que todavia são bem temperadas e de muita fertilidade, as quais se poderão povoar em pouco tempo, e trazer os naturais delas a receber o cristianismo e bons costumes, usando com eles toda a brandura ordinária em nosso tratamento, assim como o usamos com nossos sujeitos, e assim havendo também ouvido a advertência sobre isto a nós feita por nosso caríssimo e bem-amado Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, o qual tendo por prática expressa e navegação alcançado o conhecimento das ditas carreiras navegadas por ele, e juntamente pela digna relação a nós feita por nosso dito primo, de seus merecimentos, e \*coraje, virtude, suficiência, experiência, inteireza, e \*predominação em o efeito das armas do mar, e boa diligência, além das provas singulares já por ele feitas de sua fidelidade e devação; e além disto, vista a comissão do nosso dito primo, segundo o poder que tem no dito cargo, e depois de ter sabido nossa intenção e vontade sobre este caso, e que o tinha feito seu vice-almirante nas costas e terras que pudesse habitar, confirmando nós a dita nomeação, havemos de nosso abundante e pleno poder, força e autoridade real, dado ao dito Senhor de La Ravardière todo o poder e permissão de poder armar e prover tal número de navios de tal grandeza, e em tais de nossos portos, e tantas vezes quantas bem lhe parecer debaixo da licença particular de nosso dito primo, e os poder fornecer de todas as sortes de pessoas de guerra, de mar, e de mecânica, e outras cousas necessárias ao dito descobrimento e estabelecimento de colônias, como também de \*artilheria, pólvora, armas e munições de comida, provisão, e cousas necessárias, fazendo seu caminho além da dita Linha, em tais partes quais achará a seu cômodo, e que julgará expedientes para o crescimento da cristandade e bem

do nosso serviço, e assim fará naquelas que não são ainda descobertas uma diligente \*reconhecença de todas as suas avenidas, ou \*barras, e praticará todos os lugares e entradas donde houver alguns habitantes, buscando, por todos os modos de brandura e bom tratamento, de os reduzir e chegar ao conhecimento de Deus debaixo da nossa autoridade, e não querendo, lhes poderá fazer toda instância por todas as vias de armas e de hospedagem, para tudo reger e governar, conforme as \*Ordenanças de nossos reinos, ou outros menos diferentes, que servir possam para o cômodo das pessoas, e das cousas, e lugares, e essas poderão fazer e publicar em nosso nome, e de nosso dito primo, e guardar, observar, e sustentar diligentemente, e assim punir, e castigar os \*contravenientes, ou lhes fazer perdão, como melhor lhe parecer bom e necessário, e para recompensar aqueles que lhe haverão dado ajuda, ou que se haverão \*ajuntado com ele para efeito desta empresa, acrescentando-lhes a vontade de perseverar, e dar exemplo aos outros de o seguir, e de \*segundarem. Pelo que, damos, e havemos desde a presente dado, ao dito Senhor de La Ravardière todo o poder para lhes dar e repartir todas as costas que poderá conquistar 50 léguas de uma e de outra parte, de seu primeiro forte e morada, e tanto avante nas ditas terras quanto puder reduzir debaixo de nossa obediência, em que fará as repartições, dons e benfeitorias, que poderão gozar, e gozarão, eles e seus descendentes, para sempre em todos os direitos e propriedades, a saber, aos fidalgos e gente de merecimento as dará em senhoria e feudo, e em todos os títulos e dignidades a condição e cargo conveniente à nossa honra e serviço, conforme suas obrigações, para a \*defensa das ditas terras debaixo de nossa autoridade e aos trabalhadores em tal obrigação \*anais, que ele os avisará; como tornando assim das ditas viagens por ele serão \*partidos todos os ganhos e proveitos por aqueles que o haverão, assistindo a cada um segundo seu dever, qualidade e merecimentos, e nas \*avenças já ditas se reservaram: primeiramente nossos direitos e os do nosso dito primo, e os outros devidos e costumados; e reconhecendo além disto que no efeito \*suso dito poderão

ocorrer diversas ocasiões de passar cartas, convenções, artigos, acordos, títulos e provisões, nós havemos válidas e confirmadas, validamos e confirmamos todas as que serão feitas e passadas debaixo do sinal e selo do dito Senhor de La Ravardière, e dos de agora, considerando e provendo os diversos e não esperados acontecimentos, que podem acontecer em mar e em terra na expedição do tal desenho, nós lhe damos todo o poder de se \*ajuntar, ou meter com outros, seja por companhia, comissão, ou por \*tenência com igual poder que aquele por nós a ele outorgado, ou da parte dele, que quererá igualmente dar, ordenar, e dispor em todas as cousas \*suso ditas, e suas circunstâncias e dependências, tudo aquilo fazendo que nós faríamos, ou fazer poderíamos, se presente em pessoa nós estivéssemos, e como nosso lugar-tenente-general em \*absência de nosso dito primo em todas as ditas costas da distância de 50 léguas de uma e outra parte do seu primeiro assento, tanto avante nas terras quanto habitar possam, como o havemos nesta hora feito, ordenado e estabelecido, fazemos, ordenamos e estabelecemos por esta presente, seja que o caso requeira mandamento mais especial e particular, ratificando e aprovando desde a presente tudo o que pelo nosso lugar-tenente \*suso dito, ou seus ditos lugar-tenentes, ou acompanhados, será feito, tratado e negociado para esta boa e santa execução, com obrigação de bem e devidamente observar por ele, e fazer observar pelos seus nossos editos e \*ordenanças; e se alguns quiserem por impedimento atravessando-se no efeito desta presente, nós retemos e reservamos, e havemos retido e reservado, toda esta jurisdição e o conhecimento dela para o nosso Conselho de Estado privativamente; e a todos os outros nossos juízes e oficiais fazemos toda a interdição e \*defensa, como da mesma maneira a todos os nossos sujeitos desta hora em diante; mandamos que, sem a vista e sabedoria, e vontade do dito senhor, e dos seus, não possam fazer alguma viagem, tráfego, ou comércio, negociação na quantidade de terras que por ele serão escolhidas e povoadas, sob pena de confiscação de navios e mercadorias dos que contravierem depois da publicação de nossa

dita \*defensa feita: e assim damos e mandamos a todos os nossos lugar-tenentes, mestres, guardas nos portos e obras, e a todas outras nossas justiças e oficiais, e sujeitos, a quem pertencer, que ao dito Senhor de La Ravardière (do qual temos tomado o juramento para isto devido e costumado), façam, sofram, e deixem na dita qualidade de nosso dito lugar-tenente-general em \*absência do nosso dito primo o Senhor Dampuille, deixando-o gozar e usar plenariamente e aprazivelmente do pleno e inteiro efeito destas ditas presentes, dando-lhe nisto todo o favor e ajuda, cessando e fazendo cessar todos os rumos e rumores e impedimentos ao contrário, porque tal é nosso gosto; e porque das presentes poderá ter necessidade em muitos e diversos lugares, queremos que ao *vidimus* desta, feita por um de nossos amados oficiais, conselheiros e secretários, ou por notário público, lhe seja dada toda a fé como ao presente original. Dada em Paris ao primeiro dia de outubro, ano de graça de 1610, e de nosso reino o primeiro, assim firmado. LUÍS.”

E sobre outra parte, pelo Rei, a Rainha Regente, sua mãe, presente de Lomênia; e selada em cera amarela do seu selo grande, dobrada a ponta. Traduzido de francês, e assinado *Ravardière*, e o Secretário *Beauvallon*. Esta provisão do Cristianíssimo Rei de França, e outra do Senhor Dampuille Charles de Momeransi do mesmo teor, com todas as forças que em seu cargo passar podia a um seu tenente-general, que por escusar leitura aqui se não \*presenta, deu e \*presentou o Senhor de La Ravardière aos capitães portugueses. E o reverendo padre capucho Frei Arcângelo de Pembroc, comissário na dita Província do Brasil, apresentou a sua patente aos padres portugueses Frei Cosme de São Damião e Frei Manuel da Piedade acerca da comissão que tinha do reverendíssimo padre geral da dita ordem, Frei Honorato Parisino, na qual com todos seus poderes fazia comissário da Província do Brasil ao dito Frei Arcângelo; a qual patente foi trasladada de latim bem e fielmente pelos ditos padres portugueses, os quais, no pé do traslado, dizem assim:

“Os abaixo assinados certificamos e damos fé, pelo caráter de nossas ordens, que o acima escrito é o traslado *ad litteram* de uma patente escrita em pergaminho com selo ao pé, a qual pelo

reverendo Padre Frei Arcângelo de Pembroc nos foi apresentada. Maranhão, em 28 de dezembro 1614.”

Juntamente \*presentaram os ditos padres outra em francês, que, traduzida bem e fielmente pelo sargento-mor do Estado, dizia assim:

“Luís, por graça de Deus, Rei de França e de Navarra, a todos os lugar-tenentes-generais, governadores de nossas províncias e cidades, tesoureiros gerais de França, mestres de nossos portos, oficiais de nossos tratos e foros, \*bailios, ouvidores, justiças, juízes, ou seus lugar-tenentes, capitães e governadores, e condutores de nossa gente de guerra, presidentes de câmaras, e conselheiros, guardas de portos, pontes, praias, passagens e distritos, e outros nossos oficiais de justiça, sujeitos à nossa jurisdição, a quem pertença e a quem estas presentes serão mostradas, saúde. Mandamos de presente à Nova França doze padres capuchos, para nela instituírem a Santa Religião Cristã Católica e Apostólica Romana: e assim queremos e mandamos que os ditos capuchinhos levem um baú de livros, dous baús de cálices, casulas, e paramentos, e cousas de móveis da Igreja; e assim mais outro baú de livros, e cousas de \*refresco para sua embarcação; e mais uma grande caixa de estamenhas, e de lenço para se vestirem os religiosos; e mais uma caixa de papel e de candeias de cera, e de \*bugias para serviço da missa; mais outra caixa de cousas de \*refresco, e outras necessárias; três caixas de arcabuzes e mosquetes; e uma pipa de \*banduleiras, digo uma caixa, e assim uma caixa de espelhos, e uma caixa para o capitão que os leva a cargo, dentro da qual vão seus \*vestidos; e outra caixa para o seu tenente, do mesmo modo; mais outra caixa para o seu alferes, na qual vão seus \*vestidos; quatro ou cinco caixas para os soldados, em que vai o seu \*fato; três caixas para os índios, e oito \*almudes de vinagre. E assim vos mando, que os deixeis livres e francamente passar cada um em vossas jurisdições, sem lhes dardes opressão nem impedimento, antes lhes dareis toda ajuda e favor, e assistência, que necessária lhes for, que tal é nossa vontade; e requeremos a todos os reis, príncipes, \*respúblicas, potentados

por donde passarem os ditos doze padres capuchinhos, ou em terras, e parte de nossa obediência, que todos lhes façam favor e lhes deem ajuda, e lhes deem todo o tratamento que nós faríamos a seus sujeitos, se para isto fôssemos requeridos. Dada em Paris, o primeiro de fevereiro, o ano de graça 1614, e de nosso Reino o ano 4. Assinada *Luís*, por el-Rei, a Rainha Regente, sua Mãe, presente *Brubarte*, Secretário.”

Vistas estas provisões, com a mesma lhaneza os dous capitães portugueses mostraram também as que de S. Majestade Católica tinham, e do seu governador, em seu real nome, e antes Jerônimo de Albuquerque quis que viessem do dito senhor a carta seguinte, para que se desenganassem do cabedal e das \*veras com que se tomava e havia de tomar aquela empresa, de que somente eles representavam a vanguarda:

“Gaspar de Sousa, Governador do Estado do Brasil: Amigo, eu el-Rei vos envio muito saudar. Vi o que me enviastes representar em vossos apontamentos, sobre as despesas e cousas necessárias para o bom prosseguimento da conquista do Maranhão, que vos tenho encarregada. Hei por bem que façais a despesa da dita conquista do dinheiro mais \*propínquo que houver nesse Estado, que pertença à minha Fazenda, começando pelo que sobejar da renda dos dízimos dele, depois de pagar as ordinárias e ordenados, fazendo um feitor e escrivão para esta matéria, para que em livro separado se faça de tudo receita e despesa.

“E que sendo forçado para esta ocasião valerdes-vos de algum dinheiro, o possais haver por empréstimo de pessoas particulares, que o queiram fazer por me servir, ou do das imposições que os moradores puseram sobre si para o efeito de suas fortificações e igrejas, procurando primeiro havê-lo dos particulares, e da imposição, consignando-lhes a uns e outros os pagamentos em cousa certa e precisa, sem que possa haver dúvida em o haverem, o que particularmente ficará à vossa conta, e vos hei nisso por encarregada a consciência; e tereis advertência que os

empréstimos que se fizerem hão de ser voluntários, e sem haver neles constrangimento algum.

“E quanto ao que apontamos, que, por esta Jornada ser de tanta importância, e eu vo-la mandar encarregar a pessoa de confiança, como deve ser, e da mesma maneira os mais capitães, \*ministros, e oficiais adjuntos, lhes devia mandar limitar ordenado para haverem de vencer necessariamente, não os havendo tais que eles só por me servir o fizessem, hei por bem de vos \*cometer tudo isto, com declaração que [a]os capitães e mais oficiais de milícia não dareis mais que o que eu tiver ordenado para os mais desse Estado, e que o mesmo façais nos oficiais em que nele houverem exemplos, e que logo em fazendo a tal nomeação e declaração de ordenados me deis de tudo conta.

“E assim houve por bem de mandar passar provisão na forma que lembrastes, a qual com esta se vos enviará; porque mando signifiqueis que me havei por bem servido de todos os que forem na dita Jornada para lhes fazer as \*mercês e honras que conforme a seus serviços e qualidades merecerem.

“E ao Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno tenho mandado ordenar que se embarque para ir servir seu cargo na mesma Jornada com os ordenados que tinha, e que acabada ela lhe mandarei fazer as \*mercês que merecer por esse e os mais serviços que me tiver feito. Escrita em Lisboa, a 8 de novembro de 1612. *Rei*. O Conde Almirante Presidente. Para Gaspar de Sousa, governador do Estado do Brasil. Por el-Rei. A Gaspar de Sousa, do seu Conselho, seu gentil-homem da \*boca, governador e capitão-geral do Estado do Brasil. Segunda via.”

Depois desta carta se lhe mostrou a patente do dito Capitão Jerônimo de Albuquerque, do teor seguinte:

“Gaspar de Sousa, do Conselho de Sua Majestade, seu gentil-homem da \*boca, governador e capitão-geral do Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que esta virem que o dito senhor me manda, por sua instrução e carta de 9 de outubro de 612, que está registrada nos livros da Fazenda desta Capitania de Paranaíba, pelas cousas de seu serviço que nela representa, trate

com muita diligência, em chegando a este dito Estado, da Conquista e terras do rio Maranhão, para o que me \*comete poder eleger a pessoa que a mim pareça, a qual na dita Conquista faça o ofício de capitão dela, e a tenha a seu cargo. E considerando a disposição das cousas, e como não convinha deixar de perder o tempo sem trabalho logo da dita Conquista, na conformidade que me Sua Majestade manda, passei provisão em 29 de maio do ano passado de 1613 a Jerônimo d'Albuquerque, fidalgo da Casa do dito Senhor, para ser capitão da dita conquista e descobrimento, com que até agora desde o dito tempo foi continuando e levando gente ao rio Camusi e Jaguaribe, fazendo pazes com o gentio da serra de Buapava, e tudo o mais que da minha parte lhe foi encarregado para melhor disposição e efeito da Jornada. E porque ora vai o dito Jerônimo d'Albuquerque com a gente e prevenções possíveis, conforme ao tempo e estado presente das cousas, para com o favor divino prosseguir a dita conquista com todo o calor, em forma que se consiga até se pôr sobre o dito rio Maranhão, segundo leva por meu regimento, me pareceu lhe devia mandar nova provisão, como em efeito mandei passar a presente, pela qual em nome de S. Majestade, e em virtude do poder que para isso me concede, como acima se declara, hei por bem e seu serviço que o dito Jerônimo d'Albuquerque, pela confiança que dele tenho, e ser experimentado nas guerras deste Estado, e a satisfação que tem de sua pessoa os índios dele, que é de grande importância para o bom efeito que se pretende, sirva de capitão da conquista e de seu descobrimento das ditas terras e rio Maranhão, usando de todos os poderes que ao dito cargo são concedidos, e assim dos que se declaram no dito regimento que lhe mandei dar, não excedendo cousa alguma deles. E mando a todas as pessoas de qualquer qualidade e condição, cargo e preeminência, que sejam, oficiais, soldados, e \*ministros, assim da Guerra, da Fazenda da dita conquista, que durante ela conheçam e hajam o dito Jerônimo d'Albuquerque por seu capitão na maneira sobredita, e lhe obedçam e guardem suas ordens e mandados com a observância devida, por assim cumprir ao

serviço de S. Majestade, com o qual cargo haverá o dito capitão de seu ordenado em cada um ano duzentos mil réis, a metade em dinheiro, a metade em \*fazendas pagas no Almoarifado da dita conquista, os quais começara a vencer do primeiro de maio próximo passado. E me fará outrossim o dito Jerônimo d'Albuquerque preto e \*menagem em nome de S. Majestade, segundo uso deste Reino de Portugal, pela Capitania e descobrimento da dita conquista e terras dela, de que ora o encarrego, de que se fará assento nas costas desta, a qual se registrará nos livros da Fazenda desta Capitania, e da dita conquista. Dada nesta vila de Olinda, Capitania de Paranambuco, em 17 de junho. Francisco Frágoso, meu secretário, a fez em 1614 anos. O governador Gaspar de Sousa.”

A provisão do capitão e sargento-mor do Estado dizia desta sorte:

“Eu, el-Rei, faço saber aos que este alvará virem que, por eu ter mandado tratar da conquista das terras e rio Maranhão no Estado do Brasil, e confiar de Diogo de Campos, a sargento-mor dele, que ora serve, e está neste Reino, aonde veio por minha licença, que me servirá na dita conquista, como se deve esperar da muita experiência que tem de aquelas partes, e pelas de sua pessoa, hei por bem e me praz que torne a elas a me servir na dita conquista do Maranhão no dito cargo de sargento-mor, e que nela somente use e execute todas as prerrogativas e preeminências do dito cargo, e enquanto durar a dita conquista, e depois de acabada, enquanto eu não mandar o contrário, tenha e haja de ordenado com o dito cargo trezentos mil réis em cada um ano, entrando nessa \*contia o que até agora tinha com o mesmo cargo, e os começará a vencer no dia que partir desta cidade de Lisboa em diante, o que justificará no Brasil, pelos oficiais e pessoas do navio em que for ele, e serão pagos no mesmo Estado do Brasil por virtude deste somente, sem para isso ser necessário outra provisão minha, ou carta, e nas por que até agora se lhe pagava o ordenado que lhe estava taxado, e em seus registros se porão ver-

bas, de como por elas não há de haver pagamento algum, de que se fará declaração nas costas deste. Notifico-o assim, etc. Manuel do Rego a fez em Lisboa, a 19 de dezembro de 1615. O secretário Antônio Viles de Simas a fez escrever. *Rei.*”

“Gaspar de Sousa, do Conselho de S. Majestade, seu gentil-homem da \*boca, governador e capitão-geral deste Estado do Brasil, que por especial ordem e mandado do dito senhor, mando fazer a Jornada e conquista do Maranhão, etc. Faço saber que S. Majestade manda ora a Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do dito Estado, para que na dita Conquista faça e execute o dito ofício com todas as preeminências dele. E pela confiança que tenho da pessoa do dito Diogo de Campos Moreno, e sua suficiência e partes, e assim por alguns respeitos que a isso me movem, entendendo ficar S. Majestade melhor servido, hei por bem que, exercitando ele o dito ofício de sargento-mor na forma sobredita, vá juntamente por adjunto e colateral de Jerônimo d’Albuquerque, capitão, que é, da dita conquista, com igual voto nas cousas, com declaração que as ordens e resoluções se publicarão em nome do dito Jerônimo de Albuquerque, como capitão que é da dita conquista. E estando encontrados nos pareceres, se porão os negócios em conselho, seguindo-se os mais votos, e estando iguais, se seguirá a parte onde o dito Jerônimo d’Albuquerque acostar. Notifico-o assim ao dito capitão, oficiais e soldados da dita Conquista, e lhes mando que guardem esta minha provisão, como se nela contém, e ao dito Diogo de Campos dei juramento, que bem e verdadeiramente servirá o dito cargo, fazendo e aconselhando sem respeitos tudo o que entender ser mais serviço de S. Majestade e bem da dita conquista. Dada em Olinda, sob meu sinal e selo de minhas armas, em 30 de julho. Francisco Fragoso, meu secretário, a fez de 1614. – *O Governador Gaspar de Sousa.*

“Fica registrada no Livro dos Registros desta conquista a folhas 45, por mim Luís Moniz, escrivão da Fazenda de S. Majestade e da dita conquista. – *Luís Moniz.*”

Da vista destes papéis, entendeu o senhor de La Ravardière as \*veras com que S. Majestade tomava as cousas no Maranhão, e como o

dito senhor premiava as pessoas que nela o serviam, e como estava fundado o dinheiro da despesa em parte que não podia faltar; e falando muito nestas cousas, se foi para as suas embarcações, sendo de todo o \*presídio acompanhado até os batéis, que ao despedir foram festejados com salvas militares.

Ao outro dia, que foram 29, com toda a sua armada se fez à vela, salvando primeiro a capitânia, e logo todos os demais navios, ao forte Santa Maria, do qual também lhes fizeram a devida resposta. E assim se desocupou o mar e a terra, e os franceses se recolheram na Ilha e nos seus fortes, e os portugueses entenderam em fazer a sua igreja e casas do alojamento, e os índios fora do forte, tomando \*sítio conveniente, se alargaram fazendo suas aldeias e roçando para mantimento, e começaram uns e outros a sair buscar de comer. E finalmente as gentes até então oprimidas louvaram a Deus de misericórdia com procissão solene, todos com armas na mão, que bem pudesse a devoção militar parecer em toda a parte! O altar na nova igreja de N. Senhora d’Ajuda se guarneceu de um frontal e casula, que mandou aos padres portugueses o padre frei Arcângelo, certificando ser lavrado o dito ornamento pelas mãos da duquesa de Guise. Era todo \*broslado e lavrado de seda de cores sobre branco, fazendo cruces de Hierusalém, contrapostas todas de frutas, e rosas e ramos, obra bem vistosa e curiosa, e mais de estimar por vir donde vinha. Juntamente mandou o dito padre com o ornamento três retábulos pequenos de excelente iluminação, guarnecidos de cetim carmesim, tudo \*broslado, \*descarchado de ouro fino, portas e pavimento.

Dali a dous dias, mandou o senhor de La Ravardièrre ao capitão Mateu Malharte, com o seu cirurgião e \*mezinhas para curar os feridos, que se perdiam à falta de remédio. E assim mais mandou avisar aos capitães portugueses que era tempo de se embarcar a pessoa que havia de ir à França, porque se partia a nau *Regente*, e assim os que se haviam de ir a Portugal que se fizessem \*prestes. Também mandou advertir que todos os índios da ilha andavam desejosos de fugir à terra firme, porque havia passado a palavra entre eles que os concertos dos brancos eram para os cativarem a todos e partirem entre si para os venderem, como havia feito Pero Coelho na serra de Buapava, quando teve a guerra com o Mel Redondo e fez a paz com os franceses que ali se acharam; e que, para aquietar esta novela, pedia

ao sargento-mor do Estado que passasse à outra banda e levasse ao padre frei Manuel consigo, para falar aos índios, e para que vissem que os acordos eram firmes e por outros respeitos de maior consider[ação] feitos.

Neste tempo com toda a diligência estavam acabando de apresentar um \*cavelão os portugueses, para mandar a Paranambuco com três avisos ao governador Gaspar de Sousa, para que com as novas da vitória recuperasse a falta de gosto que havia de ter de não saber da gente e da Jornada, e para que mandasse com melhor aviso e ânimo o conveniente socorro. Elegeu-se para esta ida o capitão Manuel de Sousa de Eça, para que como testemunha de vista desse conta do que passava. Também o capitão Francisco de Frias, havendo acabado com a obrigação do forte, que desenhado e em \*defensa deixava, se embarcou para dar conta ao governador destes e de outros particulares, que todos realmente se podiam fiar de sua pessoa. Enfim, sendo \*prestes tudo o que convinha à partida desta embarcação, o sargento-mor do Estado e o padre frei Manuel Tavares se partiram para a ilha, e o ajudante Simão Nunes Correia, e entraram nela a 3 de dezembro pela banda do forte de Itampari, que está leste-oeste com o forte Santa Maria. Nesta parte estava o língua-mor dos índios, francês por nome *Hibacon*, pelo qual foram agasalhados os hóspedes aquela noite, que com parte do dia se gastou em fazer o padre frei Manuel da Piedade falar aos índios em seus aju[n]tamentos, e assim foram até o forte São Luís, que são nove léguas deste posto, sempre por aldeias de índios tão povoadas que a cada passo havia milhares deles de aquela costa \*tupinambás, e em cada aldeia assistia um francês nobre com quatro, e seis soldados, como por salvaguarda dos índios, ou seus \*encomendários, e estes tinham obrigação de se \*ajuntarem, havendo rebate, com todos os principais e frecheiros da sua aldeia, e eles com suas armas no forte São Luís, ou donde se lhes assinalava a praça d'armas. Passadas estas aldeias, navegaram por um braço de água salgada em uma \*chalupa até chegarem ao dito forte de São Luís, donde foram recebidos dos senhores franceses, com toda a demonstração de alegria e honra que foi possível fazer-se, estando toda a gente, até fora da ponte levadiça do dito forte, com as armas na mão, até à porta da casa do senhor de La Ravardière, donde com aparato estava aderaçado o aposento do sargento-mor do Estado, ao qual, por mostrar [a]o senhor de La Ravardière que não ficava atrás nos modos de cortesia, mandou que, em nome

de S. Majestade d'el-Rei Católico de Espanha, cuja pessoa em aquele ato o dito Diogo de Campos representava, e como a tal se recebia e honrava naquele forte, que nele desse a ordem e o nome, porque se não havia de dar outro. Sobre isto houve mais escusas juntas, e cortesias. Porém, delas passando a porfias, foi forçoso obedecer [a]o sargento-mor, por ser cousa mandada em nome do seu rei e senhor, e dedicada em sua \*absência a seu real culto, e assim deu por nome *dom Filipe*. Com isto se foram ao aposento do senhor de La Ravardière, donde não faltaram globos, livros e planiférios, quadrantes e muitas armas, com que parecia estar naquele deserto gente de valor e de ciência. Ao outro dia se foi o dito capitão sargento-mor a ver o novo convento dos capuchos, e nele ao reverendo padre Arcângelo e seus companheiros, o qual, depois de dizer missa, lhe mostrou o \*sítio do seu mosteiro, o refeitório e celas, e uma fonte de água viva que tinham descoberto, a qual antes de sua vinda não tinha aquele \*sítio.

E assim mais lhe mostraram o \*seminário dos moços franceses e índios da terra, donde se aprendiam as línguas uns dos outros, para o qual disseram que o cardeal de La Joyeuse tinha oferecido uma grande cópia de dinheiro, e a Rainha Regente uma grande ajuda. Assim mais lhe mostraram ao dito sargento-mor grande cópia de ornamentos, cálices e cousas de igreja, das quais o seguiu o dito padre Arcângelo que tinha mais de 20\$ cruzados ali, e em Paris em cofres, que estavam para vir, quando se ordenasse a volta destas cousas. Tratou o dito padre largamente da grande diligência que ele e os mais religiosos fizeram para que os franceses não fossem fazer guerra aos portugueses à outra parte, e que ele em pessoa estivera em Itampari três dias, para \*estorvar a Jornada; mas que não podendo mais se tornara para o seu convento tão desconsolado que logo dissera aos seus religiosos: “A nossa gente virá, ao que entendo, com a cabeça rota, pois \*cometem a quem os não busca, e não tomam meu conselho.” Pelo que, depois do sucesso, ficou tão desconsolado com a morte de tantos nobres, em particular a de Monsieur de Pisiaus, católico, e de grande casa, e grandes esperanças, que realmente não via já a hora em que deixar tal terra, donde todos vieram enganados de estar debaixo da mão de um herege, que ainda que era bom companheiro, e governava com quietação, que todavia era malsoante; e como tal, estava ordenado que Ravardière se fosse à França, e em seu lugar ficasse o dito defunto de Pisiaus, porém que já Deus mostrava haver-se servido de outra cousa. Pelo que, e pelas

cousas que tinha visto, se partiria sem falta com o senhor do Prado a dar conta à Rainha Regente, que particularmente lhe tinha mandado que o fizesse, e dado prendas da \*devação que tinha àquele hábito, e de como de outrem não fiaria o crédito de aquelas matérias. E assim determinava levar todos os seus frades, dos quais deixaria somente dous para remédio daqueles católicos, que ali ficavam, e de mais de 20 almas de índios, que haviam feito cristãos. Porém, que seria com tal condição que, vindo ordem para se os franceses retirarem, que os padres portugueses tomassem a cargo o favorecê-los, tendo-os \*conventualmente consigo até lhos mandarem à França, porque, a isto não ser, que os não deixaria, porque no tocante a outros proveitos, mas que os das almas, ele não havia visto entre os seus cousa de substância, mais que andarem todos embaraçados em trabalhos e esperanças, as quais mal se logriariam havendo de haver guerra. Nisto entrou o senhor de La Ravardière, com o qual, mudando-se a prática, se foram para o forte, donde, acabada a comida, vieram muitos principais da Ilha \*tupinambás, vestidos de roupas francesas azuis de pano fino coalhado de flamas de veludo folha morta \*brosladas de \*troçais de seda, e nos vazios cruces do mesmo veludo, como as de \*montesa, e entre eles vinham dous índios vestidos à francesa, de calções e casacas curtas de veludo carmesim, guarnecidas de \*passamanes de ouro fino, e gibões de tela d'ouro fino \*leonada e suas espadas douradas, e \*dargas com talabartes de veludo carmesim lavrado de ouro, sapatos, meias de seda e ligas com ouro, e tudo o demais nesta conformidade, até chapéus de castor com muitas plumas brancas, e \*bandas de Paris de \*resplendor de prata lavradas, e cruces de ouro fino ao pescoço como homens do hábito de São Luís. Traziam consigo suas mulheres moças, francesas brancas vestidas de damas com tais cotas, \*vestidos e adereços, que tudo era seda, guarnições e ouro, em que se manifestava a \*tenção com que estas despesas ditas eram feitas. E assim, depois de fazerem seus comedimentos, disse o senhor de La Ravardière ao sargento-mor: “Estes dous índios, e outro que faleceu, \*tupinambás, são desta Ilha, os quais Monsieur de Razilli, meu companheiro, levou à França, e os apresentou a Suas Majestades da Rainha Regente, d'el-Rei Luís, meu senhor, os quais lhe fizeram tantas mercês e honras que vos não saberei dizer o número delas. Somente digo que custaram mais de 10\$ cruzados os favores, \*vestidos, batismos, casamentos, até os fazerem cavaleiros, dando-lhes hábitos da nova Ordem de São Luís, que agora instituiu este rei. Os demais índios das roupas azuis são prin-

cipais desta Ilha, a saber, o Brasil e o Xapiaçu, homens que, para índios, acho de grande entendimento. E assim eles, como os demais, vos vêm ver como a homens que nos feitos lhes haveis parecido serpentes, e assim ainda hoje se não asseguram e temem por vós.” “Esse temor é mui de atrás, respondeu o do Estado; porque têm já tantas vezes fugido de nossas armas, que hoje não podem buscar mais desengano, que na Buapava ontem, e na Praíva, e no Rio Grande, donde os levava sua ignorância e a malícia dos que os \*acaudilhavam, dos quais todos têm seu castigo, como o Mingão, que havendo quatorze vezes escapado das mãos dos portugueses veio a morrer na batalha de Guaxinduba. Porém, agora somos e seremos seus amigos, se forem bons e fizerem o que devem, porque o tempo de cativar e vender índios é já passado, e Sua Majestade el-Rei Católico nosso Senhor, em tempo, e a instância do Governador-Geral dom Diogo de Meneses, passou uma lei o ano de 610, que nenhum índio do Brasil fosse cativo. Antes mandou que os usurpados fossem postos em sua liberdade, e levados a suas terras à despesa de sua Real Fazenda. E isto se fez por amor da desordem que sucedeu com estes de que tratamos na Buapava.” Acabada esta prática, que os línguas declaravam aos índios, se foram a ver o \*sítio da Ilha, e o porto, \*artilheria, e navios, e a aldeia dos pedras-verdes, índios, assim chamados, que haviam feito vir de várias partes povoar ao longo do dito forte São Luís, para ajuda de sustentarem os soldados do \*presídio, e assistirem à \*defensa, quando importasse.

Ao outro dia, levou o senhor de La Ravardière ao sargento-mor e seus companheiros a ver a nau *Regente*, que estava no porto de Guarapari à vista do forte São Luís, e debaixo de outro forte, em que havia quatro peças grossas de ferro \*coado. Na nau estava ordenado grande recebimento e demonstrações navais de \*artilheria, e bandeiras ricas de seda, que certificou o francês haverem custado mais de quinhentos cruzados, afora o \*estendarte real que dera a rainha regente, que de pinturas e ouro tinha muito custo. Depois que estiveram na nau, se foram a ver a terra e conhecenças da entrada da grande \*barra de Araçaju, e viram a terra de Tapuitapera e de Comat, da outra banda de loeste, e assim as ilhas que jazem sobre o porto de São Luís, fortes em \*sítio e povoadas de mato, mas sem água. Todas estas cousas, com permissão do senhor de La Ravardière, o sargento-mor notava e desenhava em o seu livro de memória.

Pelo que La Ravardière disse: “Vejo-vos tão curioso que me parece, para vos livrar de trabalho, que vos hei de dar o desenho que fiz de tudo isto até o Pará, em que me aventurei e trabalhei muito, e se não fora a vinda do vosso sobrinho Martim Soares, que me inquietou, e fez acudir a este forte, cuidando serdes já todos vindos, certo tivera feito grandes descobertas. Mas espero que Monsieur de La Blanjartiera, que deixei em meu lugar, me trará grandes novas e mostras de cousas estranhas, de que à vossa vinda de Espanha vos mostrarei tudo. Com este fidalgo ficarão 40 soldados franceses para melhor se seguirem nossos bons intentos. O sargento-mor lhe deu graças do desenho que lhe prometia, e assim tratando de diversas cousas se tornaram ao forte São Luís, donde assentaram que o dito sargento-mor se fosse ao outro dia com o reverendo Padre Frei Manuel, e que viesse logo o capitão que havia de ir a França, e para a viagem de Portugal. Assentaram que os soldados franceses dariam por resgate a caravela que haviam tomado na guerra passada aos portugueses, como fica contado, visto que para a viagem era o melhor navio que os franceses tinham, e os portugueses, nem pior nem melhor, não possuíam cousa em que aventurar-se pudessem. E assim se deu pela caravela algum resgate de cousas do armazém, e o demais, que se pagaria em Portugal ao capitão Malharte, que em nome de todos estava elegido para ir com o sargento-mor. E prometeu o senhor de La Ravardière de mandar consertar e aparelhar a caravela de novo, e dar duas peças de \*artilheria e o mantimento necessário, e assim toda a gente do mar portugueses, que tinham em sua companhia tomados em vários navios, e por vários \*cossários, que ali os haviam trazido e os haviam deixado cativos. Com este assento, e com muitos feijões e milho e favas para plantarem e comerem os do forte de Santa Maria, se partiu o sargento-mor do Estado e, em chegando ao forte, se aviou o Capitão Gregório Fragoso d’Albuquerque, e se veio ao forte de São Luís, donde partiu na nau *Regente* em companhia de Monsieur du Prat a 13 de dezembro 1614, levando além dos avisos e ordens de palavras a carta para o senhor embaixador de Espanha em França, que se segue, e assim mais o Regimento que se verá adiante:

*Carta ao embaixador de Espanha em França*

“Su Majestad d’El Rey Católico, nuestro Señor, entendiendo ser cosa muy conveniente a su servicio me envió el año pasado de 613 por orden del gobernador general de estas pro-

vincias Gaspar de Sousa, a que le descubriese, poblase y conquistase e esta costa del Brasil, que llamamos de Leste-Oeste, teniendose por cierto que en ella se fortificaban para dañar al Perú algunos cossarios de las naciones del Norte. Partiendo yo pues con pequeña asistencia de las cosas necesarias, solo hice y reparé algunos presidios en la dicha costa, haciendo paz con aquellos salvajes. Este año de 614 abiendo seme dado alguna más asistencia, y dandose me por colega al Capitán y Sargento Mayor de todo este Estado Diego de Campos, soldado viejo de Flandres, que S. Majestad para esta Conquista envió desde España, venimos a nos alojar en el río Marañón, que divide el Perú del Brasil por la parte del norte, y porque tuvimos nuevas que avia franceses, nos fortificamos, y tratamos de ocupar por Su Majestad Católica en sus tierras, lo que nos pareció a su servicio conveniente. Pero fuimos de subito cercados de sus grandes naus, patachos, y lanchas franceses, con tanto aparato de guerra, que casi perdimos la esperanza de poder ser socorridos, y más que siendo de súbito acometidos nuestros navios \*mancos, que sin gente ni artilleria estaban vazios para volverse, nos tomaron tres, de que quedamos lastimados y más imposibilitados de ningun socorro. Pero los señores franceses, juntando las fuerzas del Estado de los indios de una isla que tienen ocupada en este río con cuatro o cinco fortalezas, vinieron en 19 de noviembre pasado con más de 2.200 indios flecheros en 50 canoas, que son como bergantines, y con más de 400 soldados y caballeros de Francia en siete embarcaciones de alto bordo, con artilleria de bronce y de hierro colado para batirnos nuestro fuerte, en que, como digo, estavamos en tierra de S. Majestad, y con su orden y banderas menos de 200 soldados portugueses, y mucho menos de 200 indios de guerra nuestros amigos. Pero como era fuerza acudir a lo que tanto convenia, guarneciendo el fuerte, como se pudo, salimos en campaña, y los dimos la batalla, en que Dios se sirvió mirar por nuestra justicia, de que le damos infinitas gracias, quedando señores del campo y del sitio, y de todas las embarcaciones de remo que fueron cuarenta y seis, a que di-

mos fuego. Murió Monsieur de Pisiaus y otros muchos nobles y soldados, en número de más de 115. De los nuestros también murieron algunos, pero como de la buena guerra sucede la buena paz, viniendo los franceses con orden de Monsieur de La Ravardière a pedir sus muertos para darles sepultura, lo que ya por nosotros estaba hecho, tras este trato se consiguió que supimos que Su Majestad Cristianísima d'El Rey de Francia sin dar parte a V. S. y Monsieur de Momeransi Almirante desse Reino, había enbiado a hacer esta Conquista o Colonia, dicen que a persuasión de Monsieur de Razilli, vecino de Loudun y Chinun, y del Señor de Sansi Nicolás de Harley, del Consejo d'Estado de ese Reino, de quien el dicho Ravardière se nombra factor o compañero, y como de ambas partes tuvimos precisa necesidad, de que los tratos fuesen adelante, pareció que se diese aviso a Sus Majestades, habiendo, hasta su real respuesta, suspensión de armas, que durará hasta el mês de diciembre de 615, ordenando que un caballero portugués y un francés vaya a Francia, otro tal à España, y así fue elegido para ese Reino y para el servicio de V. S. mi sobrino el capitán Gregório Fragoso de Albuquerque, y para España mi compañero el Capitán y Sargento Mayor Diego de Campos, que con Su Majestade sabrá en España tratar lo que conviniere. Suplico a V. S. que en este lugar oiga a mi sobrino, pues son materias tan importantes al servicio de Su Majestad, y de V. S., y de todos tan desamparadas, y en lo que se ofreciere, V. S. se sirva mandarlo encaminar para que todos acertemos, porque es hombre dessas partes, y tiene poca práctica de esas; mas él y todos nosotros tenemos mucha confianza que V. S. nos hará la merced que merecemos, para que con respuesta breve seamos favorecidos. Los franceses llevan los papeles y acuerdos de una vía, el capitán de Campos lleva la outra a Portugal y a España, donde V. S. será más largamente advertido, que esta solamente sirve de aviso. Dios guarde V. S. del río Marañon, en el fuerte Santa Maria de los portugueses, a 13 de diciembre 1614.

HIERONYMO D'ALBUQUERQUE. ”

O Regimento que juntamente se deu ao dito Gregório Fragoso foi o seguinte:

*Cousas que, por serviço de Sua Majestade, há de advertir o Capitão Gregório Fragoso d'Albuquerque, em Reino de França ao senhor embaixador de Espanha*

“Primeiramente continuará a casa do dito senhor embaixador sempre servindo e acompanhando a S. Senhoria, até com efeito ser respondido, e fará todas as diligências que pelo dito senhor lhe forem mandadas sobre os negócios desta conquista.

“Advertirá a S. S. que o Maranhão e suas terras, e assim as de Tapuitapera, Comat e Pará e todas as demais de \*aquestas costas são à parte do norte do Peru e do Brasil, as quais províncias hoje não são desertas, mas desocupadas de portugueses ou castelhanos, por infortúnios notáveis, e perdas de navios e gentes, como as crônicas estão cheias; porque neste Maranhão estão os fundamentos dos primeiros portugueses que aqui povoaram, a saber: os filhos de João de Barros, e os Melos, e outros, a que, pelos trabalhos de Portugal, se não pôde dar socorro; e que não são despovoadas, pois o Brasil tem mais de 30\$ portugueses, e tantas cidades e vilas como se sabe, e o Peru, o que é notório, sendo o Império do Novo Mundo de Sua Majestade; de modo que, se por não ter moradores uma terra, se há de tomar a seu dono, Silves no Algarve, Algisiras, junto a Gibraltar, estão sem moradores no coração de Espanha, e aqui nesta parte, que o é do Peru, se forma uma nova França, ou está já formada, com 20 capuchos, de que é comissário o Padre Frei Arcângelo de Pembroc da dita ordem, do qual S. S. pode saber muitas cousas; e que estavam 800 franceses metidos nesta colônia, com mulheres, e custo incrível, e com pouco proveito até agora, segundo dizem; que o senhor de La Ravardièrre tem dado terras e índios a fidalgos e soldados seus, os quais vivem fazendo \*fazendas, e as possuem como suas na terra d'el-Rei de Espanha, cousas que denotam mais fundamento do que se pode dizer neste negócio.

“Que temos entendido que, se não foram as \*lianças de Espanha e França, estiveram já nesta colônia mais de dous mil homens franceses.

“Que na cidade de Paris em carros triunfais foram levados os índios \*tupinambás, e os apadrinhou o Senhor de Guise, e Sua Majestade d’el-Rei de França lhes deu mulheres francesas, e muitos \*vestidos e dádivas, com que os tornou a mandar ao Maranhão por seus vassalos, sendo d’el-Rei nosso senhor, e além destes e outros muitos \*liados que tem, trazem línguas francesas em todas estas províncias, com que nos têm feito e fazem muito dano.

“Que o Cardeal de La Joyeuse tinha oferecido para esta colônia a despesa de um \*seminário, como o dirá o Padre Arcângelo, e assim a Rainha Cristianíssima Regente uma grande ajuda; que tudo, com capa de religião cristã, vem a ser em dano do serviço de Deus e destas províncias, nas quais dizem que têm descoberto minas de \*lápis-lazúli e nova pescaria de pérolas, e têm achado pedraria de valor, sobre que há preitos entre eles, e que cada dia de novas madeiras e tintas dos índios tratam de tirar a substância com que levar avante estes princípios, acolhendo aqui da mesma maneira aos \*cossários, que, de roubar as terras do Brasil e da Mina, vêm aqui desgarrados a buscar mantimento e remédio a suas viagens.

“Que resgatam, por machados e fouceas, e outras cousas de pouca substância, muitos escravos dos mesmos índios, que uns a outros se comem, e se cativam, e com eles se vão engrossando em modo de fazer \*fazendas; e que tratam de mandar ao mar de Angola a tomar os navios que vêm com escravos ao Brasil e às Índias, para meter nesta colônia, e fazerem sem despesa mais que a agência dos \*cossários um riquíssimo reino; e que achamos aqui seus cativos, com ferros nos pés, muitos portugueses nossos de três anos de escravos, que como tais lhes roçavam e plantavam, e serviam no campo, os quais para sempre estavam condenados a esta vida, cousa que nem em Barbaria se usa. É isto porque não dessem notícia do que haviam visto nesta colônia, na qual têm metido tanto cabedal, que seguramente entendemos e sabemos que pedem favor à Ingla-

terra oferecendo-lhe o feudo e \*menagem, e em caso que de França lhe falte assistência, porquanto o senhor de La Ravardière, além de ser da religião, é cunhado do Conde de Mongomeri, que tem em Inglaterra mil parentes e cunhados, homens de \*substância, poderosos e ricos. Também por sua natural inclinação de conquistar e povoar cousas estranhas e novos descobrimentos, é de arreçar que não viverá quieto, se a força o não obriga, ou benefícios. Pelo que, parecendo a Sua Senhoria que os pobres franceses católicos e mecânicos, que aqui estavam casados com suas mulheres e filhos, que de França trouxeram, e alguns solteiros, e dos nobres acomodados na terra, que fiquem os que quiserem possuindo o que têm, como vassalos d'El Rei Católico nosso Senhor, e aos que não tiverem terras, que possam dar-se-lhes, sem embargo da proibição feita, que trata dos estrangeiros, estes tais sempre serão de grandíssimo efeito, porque como tão práticos em todas as cousas de aquela conquista e nas execuções dos desenhos de seus maiores e juntamente \*liados e vindos com os índios, de que não temos ainda hoje notícia alguma, ficaram entre nós outros fazendo um efeito maravilhoso, e os índios, que dependem de suas linguagens e promessas, não terão alteração alguma; e por este meio, mais breve e mais quietamente, e com menos despesas, seremos senhores do que a Sua Majestade tanto importa, e lançaremos os holandeses do Cabo do Norte, nesta costa, donde se fortificam na boca do rio das Amazonas, sem que de Espanha seja necessária buscarem-se e mandarem-se homens a grande custa, ignorantes do que estes sabem, e nisto não há dúvida ser mui conveniente tomar-se um bom assento.

“Há-se de notar e entender, além destas cousas, com grande diligência e todo o segredo, o que tratam e maquinam os senhores de Sansi e de Razilli, e se juntam gente e se tornam a mandar a sua nau *Regente*, que é de 400 toneladas e leva 300 e 400 homens, e é sua, e dedicada a esta colônia; porque, se assim for, convém qualquer cousa, por pequena que seja, que se souber disto, avisar a Espanha para prevenir Sua Majestade, o que convém, e que nos não tomem \*desapercebidos, donde com altares e mosteiros de capu-

chos, e clérigos, curas d'almas, se vai continuando com a obrigação do Santo Evangelho, pregando-se em todo este barbarismo.

“Isto que aqui se adverte ao senhor embaixador é o mesmo que em Espanha se há de tratar pelo capitão e sargento-mor deste Estado com Sua Majestade, que Deus muitos anos guarde, e sempre engrandeça. A 13 de dezembro 1614.”

Neste mesmo dia foi com o dito Gregório Frago, para a Ilha, Matias de Albuquerque, filho segundo do Capitão Jerônimo de Albuquerque, para assistir com os franceses, enquanto no forte Santa Maria dos portugueses assistia Mons. de Lastre, cirurgião-maior dos franceses, que curava os feridos portugueses, nos quais fez notáveis curas sem algum interesse, porque ainda que quisessem não tinham com que pagar tais benefícios, mais que acudirem todos a Deus, a quem se devem as graças, pois (*dedit salutem ex inimicis nostris, et de manu omnium qui oderunt nos*).

A 16 do dito dezembro partiu a nau *Regente* para França, com Mons. du Prat, e o P. Arcângelo com dezessete religiosos da sua ordem, ficando na colônia dous somente, e um clérigo de missa. Também se embarcou Mons. de Canonville e outros até número de cem pessoas, em que entrou Gregório Frago, que ia com Mons. du Prat, como está dito. Ao largar a vela, a nau *Regente* salvou ao forte São Luís, do qual, fazendo-se a devida resposta, arrebentou uma peça grande de ferro \*coado inglesa, e matou cinco homens nobres, e o Condestabre, e estropiou dous. Toda esta gente era da obrigação do senhor de La Ravardière, o qual mostrou sentir tanto esta desgraça, como a passada da rota que lhe deram.

Partida a nau *Regente*, logo se pôs com diligência mão no conser-to da caravela, e em se prevenir algum mantimento de farinha e água para o sargento-mor, a quem seu companheiro Jerônimo de Albuquerque dava uma notável pressa a que se partisse, ou por se ver sem quem lhe pudesse ir à mão, ou porque esperasse desta ida mais remédio que de todas as dos outros, de que tinha pouco conceito. Finalmente sendo já todas as cousas reduzidas ao estado melhor que o tempo dava lugar, e feitos todos os assentos e papéis necessários em como Jerônimo de Albuquerque ficava quieto de posse de sua fortaleza acabada sobre o Maranhão, com religiosos, igreja, casas de vivenda, roças, plantas, dous barcos e dous batéis, que um dos barcos se havia comprado aos franceses por haver na fortaleza mais serviço, e assim redes para pescar,

e mais de 40 \*jangadas feitas para as pescarias e mantimentos dos índios, veio o Capitão Malharte, ao qual se deram pela caravela 500 cruzados, a saber, em cousas de resgate cento e trinta mil réis, e em um escrito a pagar em Lisboa o resto, com o mais que custou o mantimento para a viagem, de que se fez assento ser tudo por conta da Fazenda de Sua Majestade, pois a caravela não se tomava para mais que para seu serviço. E assim, feitas estas cousas, se despediu o sargento-mor do Estado dos soldados e seu companheiro, e com a bênção dos reverendos padres capuchos partiu do forte Santa Maria à terça-feira, depois da derradeira oitava do Natal, e se veio por um mar reconhecendo os \*baixos e \*barras, até o forte de São Luís pela \*barra grande de Aracaju.

Depois de embarcado o sargento-mor na caravela, se deteve dous dias a respeito das vasilhas para água, que se não achava ordem de as acomodar, e porque nesta parte havia mais cômodo de mantimentos que no forte dos portugueses. Neste tempo houve ordem de se tratarem algumas cousas do serviço de Sua Majestade com alguns daqueles particulares, os quais deram ao dito sargento-mor as mostras de todas as cousas que achado tinham naquelas partes. E o senhor de La Ravardière lhe deu um traslado da relação que mandava à França de seus sucessos com os índios, a qual traduzida diz desta sorte:

### *Sumário*

#### *Do que fiz nestas terras do Brasil*

“Primeiramente tenho assegurado os povos dos gentios, tanto da Ilha como da terra firme, \*ajuntando-os e unindo uns com outros debaixo da obediência do meu Rei, \*estorvando-os que não fujam de medo dos portugueses, e reduzindo-os a tal obediência dos franceses qual desejar se pode. Porque além de que já não comem carne humana em todas estas comarcas até 200 léguas de aqui, donde fenece a dos \*tupinambás, e nenhum principal destes não empreenderão guerra contra outros seus contrários, chamados *tapuias*, sem primeiro lhes pedirem licença, para o que lhes mandam seus agentes ou vêm eles mesmos a pedir-me a dita licença, e de próximos oito dias antes que chegassem os portugueses aqui vieram três principais do Pará e de Cajeté a me pedirem licença para irem fazer guerra a uma nação a 400 léguas de aqui, chamada *Camarapi*, sobre um rio chamado *Pacajari*.

“Logo que a nau *Regente* foi partida, que foi em 8 de dezembro de 1612, no mês seguinte mandei ao Meari, rio aqui vizinho, quarenta franceses buscar aos \*tabajarés, nação de índios inimigos, que estavam 200 léguas de aqui sem haver deles alguma notícia. Nesta primeira viagem deixaram os meus dous índios nossos escravos da dita nação, os quais, ficando no mato com mantimento para os irem a buscar, porém feita diligência, se tornaram sem achar nada. E isto tenho advertido em outras memórias minhas, que esta nação havia sido muito maltratada dos outros nossos \*tupinambás. E finalmente, depois de sete ou oito meses, havendo feito muita mais diligência com quatro viagens que ali fizeram os franceses, deram com esta gente e disseram logo que havia duas castas deles, desta mesma nação \*tabajarés, que viviam em guerra e comiam uns a outros cruelmente; e como se \*ajuntaram a mim, vivem hoje nesta Ilha em paz e todos juntos com os \*tupinambás naturais, que antes de uns e outros eram inimigos.

“Depois, tendo aviso que havia outra nação dos \*tabajarés mesmos em um rio, que a sua \*barra é de aqui cem léguas, mandei ao meu Lugar-Tenente General Monsieur de Pisias com 35 franceses, os quais acharam a dita nação mais de 200 léguas pelo rio acima, a qual se chama *Vuarpi*, e deixando alguns franceses para os trazerem, vieram até às terras de Comat e serão desta parte em entrando as chuvas, porque já os principais estão comigo; e desta mesma tenho aviso de outra nação tapuia, chamados *Igarã Vvanvá*, que estavam nas terras defronte de Pacuripanã, os quais não desejam mais que chegar-se a nós outros pela notícia que têm de alguns escravos nossos de sua nação, aos quais lhes mandamos livres para que entendessem que queríamos paz com todos os naturais; e sobre este aviso mandei com outros escravos alguns franceses com um língua por nome o *Mingão*, o qual os fez vir até às terras de Pacuripanã, e estão hoje de paz e mistura com os \*tupinambás, e fazem roças de mantimentos, em toda a paz e amizade com aqueles com os quais pouco antes havia tal guerra, que se comiam uns aos outros.

“Depois disto feito, mandei Monsieur du Prat a um rio chamado *Guajabug*, a 200 léguas de aqui, com 30 franceses e

alguns escravos de uma nação de tapuias que fica sobre este rio. A qual gente, havendo navegado com imaginação certa de os achar, ou perto ou longe, tanta diligência fizeram até que os nossos línguas os descobriram, e lhe deram a entender como os quereríamos por amigos perto de nós outros, e assim os obrigaram a trabalhar em fazer canoas para se virem, e nas que tinham se embarcaram logo três ou quatro aldeias; e se vieram a esta Ilha, e depois deles os demais com o dito Senhor du Prat, o qual os trouxe aqui, com que me achei bem embaraçado pelos acomodar e sustentar juntos, que nunca quiseram dividir-se pelas aldeias dos outros, de medo que os não comessem, como tinham de costume. \*Entonces me resolvi de largar uma aldeia que tinha de minha gente a uma légua daqui, e os mandei aposentar nela, fazendo sair os meus; e lhes dei todas as roças de mandioca para seu sustento, e eles me prometeram fazer-me outras, e ainda que já por este ano é tarde, será ao outro, com o favor de Deus, se a terra nos fica como espero. Demais disto, tenho mandado vinte e cinco franceses com um de meus escravos, principal de sua nação, a buscar uma de tapuias 250 léguas dentro do rio Pará, que são em tanta quantidade que me oferecem cem canoas grandes, como os principais me têm prometido, aos quais eu falei em Parijop sobre a terra dos pacajases, quando fui às Amazonas: aguardo por esta gente no mês de maio, se não tiverem algum estorvo, esperando recado meu, pois hão de saber que estão já aqui os portugueses, os quais, se tardarem mais um ou dous anos, já tinha dado ordem para que se \*ajuntarem aqui conosco mais de dez outras nações, que entre elas há uma sobre um rio da nossa baía, que é maior nação que toda a dos \*tupinambás.

“Não digo o número das viagens e caminhos que tenho feito e mandado fazer em estas terras e rios pelos meus, nem digo da minha viagem que quis fazer às Almazonas, porque ficou imperfeito pela vinda, a esta terra, de Martim Soares Moreno, português, que veio a descobrir estas terras e baías do Maranhão no mês de agosto de 613 de parte de Jerônimo d’Albuquerque, que em ela está presente, como parece em nossos artigos de paz. Demais disto,

tenho mandado fazer quatro fortes sobre as principais partes e portos desta Ilha, donde em todos tenho \*artilheria, principalmente em este de São Luís, donde tenho muita quantidade. Não ponho aqui minhas penas e trabalhos, e perdas, que tenho corrido indo e vindo 300 léguas desta costa dentro em uma canoa, atravessando as \*barras e baías, e dobrando as pontas de todas elas no tempo das brigas, nem falo em três cruéis e compridas enfermidades que me causaram estes trabalhos, porque quem quiser considerar tudo isto, e julgar com igualdade, rogará a Deus que o gratifique e nos sustente em paz dentro do nosso mundo ártico. Feito no forte de São Luís no Maranhão, a 29 de dezembro 1614.

LA RAVARDIÈRE.”

Além destas informações e papéis, viu o dito sargento-mor as terras da Ilha e roças de algodão de que os franceses tiram algum proveito, e o tabaco, ou erva-santa, do qual fazem quantidade com tão boa têmpera que vale uma libra em França um escudo de ouro. Também viu a canafístula do rio Meari, da qual levam a França quantidade em reserva, e seca. Também viu as pérolas que Mons. de Pisiaus trouxe do rio Zoaurpi, que são maiores que grãos, e da feição de cabacinhas algumas, em que viu uma mui grossa. Também trouxe Mons. de Pisiaus desta sua jornada enxofre mineral, o qual asseguram que se não acha senão donde há mina de ouro ou prata, e para isto fizeram vir de França na nau *Regente* um capucho, grande mineiro, chamado *Frei Ivo*, o qual adoeceu, de sorte, na Ilha do Maranhão, que não pôde ir às minas, antes, por não perder a vida, se tornou a França.

O Cavaleiro de Razilli, da Ordem de São João, e seu irmão Monsieur de Lone, e o senhor de La Blanjartière, e outros fidalgos, aprendem e falam a língua dos índios, obrigados de esperanças, que ninguém declara, e todos as confessam, e assim vão lançando mão de todas as miudezas que achar podem, fazendo caso da tinta vermelha do \*urucu, e da outra mais fina chamada \*carajuru, e do pau-amarelo chamado \*tatajuba, e de todas as madeiras que de diversas cores acham para se poder fazer obra ou tinta. Também no rio Meari têm descoberto salitre, com que já hoje refinam sua pólvora, e isto de minas e terra salitrosa, que o dá em grande abundância. Têm da mesma maneira descoberto marinhas naturais de sal mui perfeito,

em quantidade que podem carregar quantos navios quiserem, o qual está 40 léguas do forte São Luís, da outra banda da terra firme de \*loeste.

Têm estas terras muita \*almécega, de que se valem muito, e mui fino incenso, do qual há uma espécie de árvore, que dão tanto, que breiam com ele os navios e canoas. Tem infinito óleo de \*copaíva em toda esta costa, de que os franceses tiram a quintessência para suas \*mezinhas, e fica como água. Também nestas partes dizem que a temporadas acham muito \*âmbar gris, e o ano de 1610 achou um francês, soldado de La Ravardière, por nome Mons. de Bault, na terra dos pacajares da banda do Pará, duas pedras, uma como um ovo de pomba, outra menor, pela qual dizem que dá el-Rei de Inglaterra vinte mil libras *sterlings*. Uns dizem ser \*balais, outros lhe dão diferentes nomes.

As aves e animais silvestres desta terra são inumeráveis e estranhos, de que se toma grande abundância para sustento das gentes. E assim, no mar e nos rios, são infinitas as sortes e quantidades de peixes, os quais se tomam às mãos muitas vezes, e às pancadas, e de peixes-bois, cuja carne é como de vaca, da mesma cor, sabor e cheiro, e é tão abundante este \*sítio, que só de um rio tinham os franceses tirado 250. E com estas e outras cousas que viu e entendeu, o dito Diogo de Campos se partiu do forte São Luís a 4 de janeiro de 1615, trazendo consigo ao Capitão Mateu Malharte, francês, com o qual, para refém e testemunho do que dito fica, se apresentou diante do senhor arcebispo vice-rei de Portugal em 5 de março do dito ano, sendo o primeiro português que, do Maranhão, em \*direitura veio a Lisboa, de tantos quantos intentaram aquela empresa, de que a Deus sejam dados eternos louvores.

FINIS

.....

*Jornada do Maranhão,*

Atribuída a Diogo de Campos Moreno,  
capitão e sargento-mor do Estado do Brasil

ANÁLISE FILOLÓGICO-ESTILÍSTICA

ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO  
da Academia Brasileira de Filologia  
e da Academia Maranhense de Letras

A

1. O EVENTO

CONTECIMENTO maior do ano da graça de 1984 na vida cultural do Estado do Maranhão, por iniciativa do Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, e graças à paixão do publicista Joaquim Campelo Marques pelas cousas de nossa terra, os maranhenses, a partir dali, passamos a ter ao alcance da mão o texto atualizado do primeiro documento vernáculo sobre o nascimento político do rincão natal – a *Jornada do Maranhão por ordem de S. Majestade feita o ano de 1614*.

De há muito afeito aos segredos e sortilégios da comunicação de massa, seu editor preferiu propiciar aos leitores da antiga raridade bibliográfica uma leitura moderna, a manter-se fiel aos ditames e rigores da ciência ecdótica. Se, por um lado, nos foge a oportunidade de defrontarmos um ç inicial em *çapato*, para marcar-lhe a pronúncia africada ts<sup>1</sup> que

---

1 TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*, p. 26. Lisboa, Sá da Costa, 1982. Trad. de Celso Cunha e Claire de Oliveira. Ts. (escrito ç e c diante de e e i) çapato, paaço, cinta, cen).

já vinha desde o medievo, por outro lado abriu caminho para um maior número de leitores navegarem por “entre tantos parcéis e alfaques ainda não conhecidos” (p. 52) do texto quase quatro vezes centenário.

## 2. O AUTOR

Sobre quem foi esse deslembado Diogo de Campos Moreno, autor de dupla proeza – braço direito do de Albuquerque e cronista da santa guerra nossa –, nada nos informa o diligente abade Diogo Barbosa Machado, em sua merecidamente famosa *Biblioteca lusitana*, cujos quatro alentados volumes na primeira edição (de 1741) saíram da oficina de Antônio Isidoro da Fonseca. O acadêmico José Sarney, cujas lides políticas não lhe arrefecem o *animus scribendi*, no-lo disse na exegese que enriqueceu e ilustrou a obra como perfeição, junto à de outro não menos ilustre conterrâneo, o acadêmico Josué Montello, que tão brilhantemente, na sua, mostrou a falsa linha do horizonte, em que a realidade finge encontrar-se com a ficção.

O sabedor Bernardo Pereira de Berredo, nos seus *Anais históricos do Estado do Maranhão*,<sup>2</sup> com a sensibilidade e argúcia do historiador que foi, mostra-nos como esse Diogo de Campos Moreno soube chamar para si as glórias da jornada contra os franceses de Ravardière quando, escolhendo o foco narrativo externo, de simples observador, deixou que os fatos falassem por si mesmos em seu favor.

## 3. A OBRA

O frontispício da edição lusitana de 1812 da *Jornada do Maranhão* dizia visar ao fornecimento “de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas”.

---

2 Obra pela primeira vez impressa em 1749. Lisboa, na Oficina de Francisco Luiz Ameno; a 2ª ed., com prefácio de Gonçalves Dias, é do Maranhão: tipografia Maranhense, 1849; a 3ª ed., promovida pelo Governo do Estado do Amazonas, foi impressa em Florença, na Tipografia Barbèra, 1905; a 4ª e última edição integra a coleção Documentos Maranhenses, da Alumar: Rio de Janeiro, impressa por Tipo Editor Ltda., 1988. Com notas introdutórias de José Sarney e Josué Montello. Bernardo Pereira de Berredo governou o Maranhão no período de 1726 a 1729. Seus *Anais* abrangem desde o descobrimento do Maranhão até o ano de 1718.

Saída dos prelos da Academia Real das Ciências, em Lisboa, hoje é uma raridade. Raridade, também, tornou-se sua 1ª edição brasileira, inserida por Cândido Mendes de Almeida, em 1874, no 2º volume de suas *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*. Esgotada também já se encontra a 2ª edição brasileira da obra, com a qual, em 1984, a Alumar, dando prosseguimento ao que o pesquisador Jomar Morais já vinha fazendo através do SIOGE, iniciou sua reedição de obras fundamentais sobre nosso Estado, que se haviam tornado raridades. Basta este fato para fazer-se necessária e urgente nova reedição da *Jornada do Maranhão*, não só pela importância do documento, mas também para que, à vista de uma bela edição crítica bem cuidada, possa a obra ser fecundada pelos filólogos, estilicistas e gramáticos, pelos afiliados à linguística românica, com seu espanhol antigo e miscigenado; pelos tupinólogos, com sua imensa cópia de nomes próprios e comuns; pelos sociólogos e historiadores da cultura, com os usos e costumes de antanho; pelos historiadores de nossos meios de transporte e pelos estrategistas navais, com a parafernália bélica seiscentista e suas escaramuças; enfim, pelos artistas e criadores, com todo o rol de sugestões que, provida, lhes oferta.

Quanto à poesia, ressumbra da escolha vocabular do cronista, ao fixar as ideias de espaço e tempo, como só à época.

De tempo: (...) até que no quarto antealva, indo todos com o prumo da mão, muito vento, e grande escuro, se acabaram em três braços (...) (p. 45).

Ou de espaço: Está diante do forte Santa Maria um oiteiro eminente à distância de um tiro de falcão (...) (p. 70).

#### 4. A DEFESA DA LÍNGUA

Estrategista de mão cheia e conhecedor da língua de seus coevos, admirável é a preocupação com que esse Diogo escritor vai vertendo para seu idioma as cartas francesas de La Ravardière. É a preocupação confessional de quem, sob a dominação espanhola, pensava com Antônio Ferreira:

Floresça, fale, cante, ouça-se e viva  
a portuguesa língua e, já onde for,  
senhora vá de si soberba e altiva,

a fim de que sobrevivessem, como sobreviveram para a posteridade, suas palavras e suas conquistas. *A defesa da língua* que já vinha de tradição medieval, com Dom Duarte,<sup>3</sup> e da tradição quinhentista, com Fernão de Oliveira e João de Barros,<sup>4</sup> para Diogo era, também, e da melhor, a própria defesa das terras da coroa lusa (ele o sabia) sob o indesejado e temporário domínio estrangeiro.

O leitor da *Jornada* que saiba ler nas entrelinhas haverá de descobrir que, consciente ou inconscientemente, o Senhor de La Ravardière já dera a guerra como perdida, quando, vencendo seu orgulho de efêmero dominador e de falante de uma língua considerada das mais cultas da Europa, conquanto rogasse a Jerônimo de Albuquerque lhe escrevesse em francês, de boa mente admitia poder ler seu opositor também em espanhol (p. 87). Dada a semelhança, maior à época, entre essas duas línguas ibéricas, depreende-se a falácia da petição. Quanto a Diogo, esmera-se, pondo em linguagem a onomástica peregrina. Mudava Pratt em Prado, Dieppe em Dieppa, Flandes em Frandes, Bitencourt em Betancor, submetendo-os à índole de nosso idioma.

## 5. O LÉXICO

Para a leitura integral do texto (leitura aqui entendida como apreensão global de seu sentido) é de mister o acesso aos vocabulários da época, posto que os dicionários e manuais de que geralmente dispõe o leitor comum costumam escoimar de seus verbetes os termos antiquados. Para alcançar-se o exato sentido de termos como *almécega*, *anime*, *avença*, *atalado*, *atoar*, *bailio*, *ensalmo*, *sozzo*, *suso*, e outros que tais, faz-se necessária consulta aos tesouros lexicais maiores – como, por exemplo, o de Rafael Bluteau –, dos quais se fará menção no lugar adequado deste trabalho.

3 CARVALHO, J. C. Herculano de. *Estudos lingüísticos*, 3º v., p. 200. Coimbra, Atlântica, 1969: "...a língua portuguesa sofria, numa corte profundamente bilíngüe, séria concorrência da parte do espanhol".

4 EDUARTE, Dom, *apud* CARDOSO, Wilton & CUNHA, Celso. *Estilística e gramática histórica*, p. 142. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978: (...) "nom ponha palavras latinadas, nem doutra linguagem, mas todo seja em nosso linguagem escrito" (...).

Eis que me voltam aos ouvidos vozes que muitas vezes escutei quando me entendi por gente em terras de Viana, berço de meu pai, e nas andanças juvenis por terras de Guimarães, onde nasceu minha mãe: *adonde, arribar, avoar, bailo, banduleira, contia, corage, crescença, devação, entonces, frauta, ganhado, homenage, liança, mezinha, persumir, pertender, presentar, quebrança, reconhecença, resplandor, sujigar, tenência, tenção, troçal*, e quantas mais.

Nos glossários regionais, muitos desses arcaísmos estão contemplados. Só para exemplificar, *tenência* e *sujigar* comparecem nas três edições de *A linguagem popular do Maranhão*, de nosso saudoso Domingos Vieira Filho.<sup>5</sup>

#### 6. ALGUNS CASOS DE FONÉTICA SINTÁTICA

Sousa da Silveira, mestre de alguns dos meus mestres, mostrou à saciedade como a fonética sintática é responsável pela modificação de muitas palavras, em virtude da contigüidade com outras.<sup>6</sup>

Soa-nos, assim, esdrúxulo este trecho da *Jornada* por força da preferência da próclise à ênclise, como se usaria hoje, de que resulta o hiato inusitado (...) “como estava na cerca em sua casa, e assim e foi a o buscar (...)” (p. 76).

Combinação antiquada é a que se fazia quando a preposição regia um infinitivo e se combinava com a forma *lo* do pronome objeto direto do mesmo infinitivo”,<sup>7</sup> encontrável várias vezes na *Jornada*, como aqui: (...)

5 Domingos Vieira Filho (São Luís, 25 set.1924 – 11.3.1981). Professor universitário, folclorista, historiador. Pertenceu à Academia Maranhense de Letras. Entre outros cargos públicos, exerceu os de diretor do Departamento de Cultura do Estado e de presidente da Fundação Cultural do Maranhão. *A linguagem popular do Maranhão*, sempre em edições do autor, e com data de São Luís, apareceu em: 1953, 1ª ed.; 1958, 2ª ed.; e 1979, 3ª ed.

6 SILVEIRA, Sousa da. *Fonética Sintática*, p. 13. Rio de Janeiro, Simões, 1952. “Fonética Sintática: o estudo das modificações fonéticas que sofrem as palavras por influência de outras com que, na frase, estão em contato ou formam unidade fonética.”

7 *Op. cit.*, p. 69

“tanto porfiaram, que, pelos contentar, ficaram ali as mulheres e alguns dos seus índios” (p. 46).

Reputo fenômeno de crase, salvo melhor juízo (la+arma), como ocorreu em *alarma* e *alarme*, o termo *larma* deste trecho da obra: *O Senhor du Prat virou o rosto à larma, e vendo a desordem, se pôs a resistir* (...) (p. 83).

A preposição *até*, por se juntar procliticamente ao advérbio *agora*, faz este perder a vogal inicial (aférese) nas três ocasiões em que ambos se juntam no texto, como aqui: (...) *entrando nessa contia o que atégora tinha com o mesmo cargo* (...) (p. 107). Aqui um caso de queda da vogal final (apócope) que acabou por fundir os dous termos: *dando por nome Virgem de Guadalupe e gritando Sant'Iago, cerrou com as trincheiras da praia* (...) (p. 74).

Fenômeno fonético contrário, no termo *ametade* – registrado, pelo menos, nos léxicos mais antigos do vernáculo, em que o artigo se aglutinou ao nome: (...) *senhor, que, se falta qualquer de nós do campo, que ametade dos soldados hão de desaparecer* (p. 76).

## 7. A MORFOSSINTAXE

Sabendo-se que, dos diversos níveis da gramática, é a sintaxe o mais conservador de todos, há muitos torneios medievais da *Jornada* ainda encontráveis nas obras literárias clássicas dos coetâneos: frei Luís de Sousa, Rodrigo Lobo, Dom Francisco Manuel de Melo, e Vieira e Bernardes.

Falo de casos como o da concordância do participio com o objeto direto, acompanhado dos auxiliares *haver* e *ter*, como em: (...) *cousas necessárias para o bom prosseguimento da Conquista do Maranhão, que vos tenho encarregada* (...) (p. 103-4). Ou do agente da passiva regido da preposição *de*, como em: (...) *passando avante foram no caminho salteados dos Tapuias da serra* (...). Ou do uso do verbo *ser* por *estar*, como em: *Sou contente de as perder – disse o do Estado* (...) (p. 69). Ou da colocação do pronome átono objetivo antes da palavra anterior ao verbo (apossínclise) como em: (...) *por vos não darem mais desgosto do que tendes* (...) (p. 67). Ou do verbo *haver* empregado com os mais diversos significados, como em: *hajam o dito Jerônimo d'Albuquerque seu capitão na maneira sobredita* (...) (p.106). Ou ainda do verbo *assistir* por *morar* como em: (...) *em cada aldeia assistia um francês nobre com quatro, e seis soldados* (...) (p. 110). Ou no caso de

participios regulares hoje substituíveis por suas variantes irregulares como em: *em nome de todos estava elegido* (...) (p. 114).

Flexão estranha para nós hoje a de pouco neste passo: (...) *nem o mantimento era mais que uma pouca de farinha de guerra seca* (...) (p. 57); ou a do adjetivo só, neste outro, em que pese à correção da concordância nominal: *se lhe armou de feição, que sós dous, que se lançaram ao mar escaparam* (p. 64); ou deste outro, em que o substantivo cabaça, com o sentido que hoje tem, ainda era masculino: (...) *alguma pólvora em cabaços, morrão, pelouros* (...) (p. 82). Quanto à hoje inusitada flexão de *montês* no seguinte passo: (...) *cruzes do mesmo veludo, como as de montesa* (...) (p. 112), Moraes (2ª ed.) dá-nos conta, sob suspeição, de que assim se encontra flexionada no Canto X do *Naufração de Sepúlveda*, de Jerônimo de Corte Real, e na *Vida do arcebispo*, de frei Luís de Sousa. Meus ouvidos juvenis muito ouviram em Guimarães a palavra amor com o sentido de causa, como na seguinte frase: *e isto se fez por amor da desordem que sucedeu com estes* (...) (p. 113).

Do período caudaloso, desdobrado à força da partícula *que*, tão ao gosto da prosa barroca, eis pequeno trecho extraído de um período de 22 linhas:

(...) *pelo que era de parecer que se fortificassem logo, e juntamente que mandassem reconhecer a Ilha e sítios a ela vizinhos, e que dali avisassem ao governador de como estava no Perejá a salvamento, para que soubesse com tempo donde havia de mandar os socorros* (...) (p. 54).

Não se peça a um capitão de campo, e preposto de um maioral, as louçanias sintáticas de um Vieira nem a transparência semântica de um Bernardes. Os períodos barrocos de nosso bravo herói-escritor nem sempre brilham pela perfeição. Tal como está na edição de 1812, veja-se este passo em que um *e* aditivo liga uma oração subordinada reduzida de infinitivo a uma distante reduzida de gerúndio, desrespeitando a regra de que não se devem somar quantidades heterogêneas e desestruturando qualquer raciocínio lógico:

“(...) *e contaram [os do presidio] que, havendo convidado em dias passados a uma guerra com certos tapuias seus inimigos,*

*que foram dos soldados daquele forte, e dar-lhes ajuda, com a qual teve vitória; e comeu, e trouxe à sua terra quantidade de cativos”* (p. 49).

Por outro lado, se nosso Gonçalves Dias, fazendo estilo na célebre maldição do velho guerreiro do I-Juca Pirama, por estarem eles distante um do outro, não só flexionou o verbo auxiliar modal *possam*, mas também *serem*, verbo principal dessa oração (com que aquele forma uma locução verbal), por que nosso Diogo (ou o copista) não poderia esquecer que ficou lá atrás um *que* integrante, e repeti-lo adiante, com se segue neste passo? Ei-lo:

*“(...) sucedeu que, enquanto se reconhecia, e o capitão Francisco de Frias e os demais buscavam sítio para a fortificação conveniente, que o alferes Pestana, da bandeira de Martim Calado, esquecido da ordem que se havia dado a todos, de não saírem a terra as bandeiras senão já de dia, ele, com a sua às costas [...] foi o primeiro que saltou em terra”* (p. 52).

Assim como sentiu ele necessidade de repetir o *que* integrante, sentiu também a de apontar para o sujeito – o alferes Pereira – através do sujeito pleonástico (ou pleonasma do sujeito) *ele*, para não restar a menor dúvida sobre de quem se tratava. Cousas do barroquismo seiscentista. Nem se lhe pode condenar como cacofônica a locução verbal *havia dado*, visto que, no Brasil daquela época, não se sabia o que vinha a ser o vocábulo resultante da ligadura dessas duas palavras, casos em que se usava a palavra *fanchono*.

Com essas breves anotações, fiquemos por aqui no tocante à morfossintaxe do texto.

## 8. ORTOGRAFIA E PONTUAÇÃO

Quando foi escrita a *Jornada*, não se pode dizer que a língua portuguesa dispusesse de um ortografia uniforme e homogênea como a de que hoje dispomos. Nos meados do século XVI, as *Gramáticas inaugurais* de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1539) dedicaram uns modestos parágrafos a esse assunto. Embora a de Barros tenha seguido em muitos pontos a *Gramática castelhana* de Elio Antônio de Nebrija (1492),

no tocante à sua prática ortográfica, tem ele algo de original. Através de vírgulas sotopostas ao *e*, e acento agudo sobreposto ao *o*, o humanista João de Barros, primeiro donatário da capitania do Maranhão (até o Rio Grande do Norte), ensaiou assinalar assim o timbre aberto dessas vogais.

Nosso primeiro ortógrafo propriamente dito foi Pero de Magalhães Gandavo. Suas *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa* (1574) esmeram-se em fazer a descrição fisiológica da produção das consoantes, a fim de ajudar os tabeliães (que não sabiam latim) a redigirem com correção seus documentos, mas quase nada nos diz sobre pontuação.

É à *Ortografia da língua portuguesa*, do licenciado Duarte Nunes de Leão (1576), com olhos sempre voltados para a etimologia, que vamos dever duas dezenas de regras para o uso das consoantes, e outra dúzia de regras para o dos sinais de pontuação. Os parágrafos das narrações seiscentistas costumavam ser muito longos, porque os escribas da época respeitavam as regras do uso da vírgula ( , ), do *coma* ( : ) e do cólon ( . ) – apresentadas nesses tratados ortográficos. O sinal de *coma*, diferente dos atuais empregos, seguia a regra: “quanto está dito tanto, que dá sentido; mas fica ainda mais para dizer, para perfeição e acabamento da sentença” (p. 74-75). Sentença, aí, significava conjunto de períodos, e correspondia ao atual parágrafo. Na maioria dos casos, a função principal do *coma* estava muito próxima à do atual ponto-e-vírgula.

A edição da *Jornada* feita por Joaquim José da Costa reproduziu a antiga pontuação do texto, que se baseava no ritmo respiratório da leitura em voz alta, e não nas regras sintáticas, como hoje se faz comumente. Por isso, essa função de ‘cortadura’ exercida pelo *coma* é hoje exercida pelo ponto de período ou, como muitos preferem, ponto-período. Creio que, com a intenção de evitá-lo, o curador da presente edição, Sebastião Moreira Duarte, tomou a iniciativa de trocar todas as aspas duplas iniciais de linhas seguidas (assinaladoras dos diálogos diretos) por apenas um traço de diálogo ou travessão inicial, abrindo períodos novos; bem como, sem pretensão de fazer uma edição crítica, mas com o objetivo de torná-los mais palatáveis aos leitores contemporâneos, sempre que possível pulverizou esses períodos imensos em períodos bem menores.

Foi tão fidedigna a pontuação da leitura da *Jornada* feita por Joaquim José da Costa em 1812 que, a nosso ver, parece o mesmo haver acontecido em relação à ortografia do texto original. Até para resguardar-se da possibilidade de cometer algum erro na grafia de antropônimos e topônimos de origem tupi, com que não estava familiarizado, parece ter ele preferido transcrevê-los com todos seus anacronismos ortográficos, tais como se apresentaram no manuscrito original, sem impor-lhes nenhuma *emendatio*. Só para termos uma ideia do problema, citemos um exemplo devidamente contextualizado:

“(...) foram navegando enquanto durava a maré por uma grande baía toda cercada de ilhas com barras ao mar grande, a que os franceses chamavam grandança, na qual, em descabeçando a maré, logo minguando o mar 19 palmos de água, se acharam os navios grandes em seco (...)” – 1812:37 (p. 56 da presente edição).

A citação longa é necessária ao desenvolvimento do que aqui diremos. Ortografamos o texto. Entre outras providências, tiramos-lhe os agás desnecessários, trocamos *agoa* por *água*, e *z* por *s*; acentuamos e pontuamos modernamente, mas deixamos aquele *c* cedilhado de *grandança*. Ora, tudo leva a crer que ele é do autor da *Jornada*, ou de seu copista. Quem o usou pela primeira vez ouviu aos franceses *grande anse* (enseada grande), juntou as duas palavras num só termo, procedendo à elisão do *e* final do adj. fem. *grande*; e centralizou, abaixando-o, o *e* final átono do substantivo *anse* (do lat. *ansa*). Resultado: por analogia com o sufixo vernáculo – *ança*, formador de substantivos (compare-se: festa/festança, comilão/comilança), pespegou um *c* cedilhado (em lugar do *s* etimológico) que vem atravessando os séculos em todas as edições do texto.

Para ser fiel à fonologia da época, o presente editor da *Jornada* ajustou as palavras antigas à roupagem ortográfica atual, tomando como norma mantê-las tais como se ‘ouviram’ no princípio do século XVII. Por isso, se tem de considerar que essas atualizações são meras ficções lexicais, não podendo figurar de maneira alguma em nenhum dicionário da língua como lexias formais existentes nalgum século de nossa história.

Foi o processo encontrado pelo editor para atingir um público maior, sem sacrificar a verdade completa do português falado naquele tempo, e sem utilizar as cansativas nótulas de rodapé de uma edição rigo-

rosamente crítica, com índices de antropônimos e topônimos em lugar apropriado, acompanhados por sua caracterização. Ou seja, não tendo a intenção de preparar uma edição diplomática, ou de dirigir seu esforço ao deleite de especialistas, Sebastião Moreira Duarte, com vista ao pragmatismo, fez opção pela acolhida do grande público. Terá valido o sacrifício, sobretudo se levarmos em conta a preciosidade histórico-informativo do documento a que pretende dar maior divulgação.

### 9. RECURSOS ESTILÍSTICOS

Nem cabia a um capitão e sargento-mor fazer estilo, mas Diogo era também senhor desses segredos.

Entre os vários pleonasmos, o do adjunto adnominal indicativo de posse, após o possessivo de 3ª pessoa como em: (...) houve cartas suas deles em latim (p. 34) – era comum aos clássicos todos.

É capaz de elipses curiosas, como a da conjunção nas orações comparativas, em frases onde atualmente o termo ocultável é a preposição, deste modo: (...) havendo-se feito ao mar mais do necessário (...) (p. 44). Ou, mais comum, o da preposição que deveria reger adjuntos adverbiais, como em: Dada em Paris, o primeiro de fevereiro (...) (p. 103), encontrável também no título da obra. A zeugma lhe ocorre com elegância e economia para a mensagem: (...) nem o perderão até nos consumirem, ou nós a eles (...) (p. 66) – em que o objeto direto preposicionado da segunda oração se destaca antes da pausa.

Um traço do estilo bíblico lhe é muito familiar. Costuma dobrar em polissíndeto os elementos de uma enumeração, para evidenciar-lhe os membros: (...) de modo que no mar, e na terra, e no monte, e na praia tudo eram bombardadas (...) (p. 75).

A enálage – emprego, aqui, de um tempo verbal por outro –, tão ao gosto de Camões, reponta de vez em quando pela obra: (...) juraria por vida de S(u)a Majestade que se vivos foram [=fossem], que os houvera [=haveria] de enforcar (...) (p. 91).

A inversão do termo determinante em relação ao determinado – a anástrofe –, de longo curso na prosa seiscentista, nele é recorrente: (...) nesta pressa e bateria mais atrevida do que dizer-se pode, deram uma mosquetada no Turcou (...) (p. 77).

Para fechar com chave de ouro seu relato, Diogo não abdica de um hipérbato, inversão violenta muito própria da colocação das palavras em latim literário, língua obrigatória nos estudos humanísticos de todo aquele que se prezasse então: (...) o primeiro português que, do Maranhão, em direitura veio a Lisboa, de tantos quantos intentaram aquela empresa (...) (p. 126).

Por não desejar exaustivo este exemplário, fico nesta pequena amostragem de seus recursos e ponho-lhe um ponto final.

#### 10. PARA LER A JORNADA

Quase simultâneas ao lançamento da *Jornada*, em São Luís, fiz publicar, na edição de 26 de agosto de 1984, do jornal *O Estado do Maranhão*, daquela cidade, umas notas sobre a morfossintaxe e o estilo da obra, bem como, na medida em que me permitissem as poucas horas de ócio, prometi elaborar um glossário útil à elucidação de seu léxico, no que ele tinha de curioso, antiquado, novidadeiro (para a época), ou, por antigo simplesmente, no que ele tem de obscuro para o leitor atual.

Aqui as reproduzo ampliadas, e apresento o prometido glossário com as fontes de que me vali para fazê-lo.

Se se pudesse comparar uma língua com algo familiar a meus conterrâneos, lembraria as diversas camadas geológicas que se sobrepõem na Ponta do Jaguarema. Um idioma é constituído também de várias sincronias que se superpõem como num corte sedimentar de rocha. Assim, procurei ater-me aos léxicos mais próximos dessa obra do início dos seiscentos, escrita por alguém que trazia, como a seguir se verá, leituras quinhentistas como lastro cultural.

À medida que releio a *Jornada*, cresce-me essa convicção em face das variantes mórficas de palavras já então em via de abandono pelos falantes dos centros culturais mais desenvolvidos, como: ausência, aqieste, defesa, entonces, estendarte, garita, persumir, pertender, respública, troçal, vareda, valeroso e quantas mais.

Pesquisador dominical, de entre preparo de aulas universitárias e pesquisas ortográficas, à época, antecipo meu pedido de desculpas aos especialistas que porventura me lerem, por não ser completa nem conclusiva esta coleta, em virtude de só ter eu podido recorrer às fontes ao alcance da

mão. Por ser pequena a contribuição pessoal, advirto, este trabalho não é original, nem pioneiro, mas sim de simples divulgação. Conquanto seja eu o primeiro a sabê-lo, não desejo dilatar por mais tempo a leitura da *Jornada* por parte dos que me são caros; daí eu liberar de logo para publicação este trabalho como está, ou como diria nosso Diogo, “como dito é”.

A fim de despojar os verbetes de pormenores e dados cansativos, começarei por relacionar as obras que acredito serem fundamentais ao trabalho. Previno, todavia, a bem da verdade, que, em face de ainda estar-se processando a pesquisa, poderei aí incluir obras de consulta de que possa vir a prescindir, bem como poderei lançar mão de outras que, por lapso, haja esquecido, caso em que as citarei no próprio verbete. De qualquer modo, se se der a primeira hipótese, o elenco valerá como sugestão para os pesquisadores de obras escritas no início de nossa história.

Os dous vocabulários quinhentistas bilíngues de Jerônimo Cardoso – o Latino-Lusitânico (LALU) e o Lusitânico-Latino (LULA) –, os seiscentistas bilíngues, todos de autoria de jesuítas, o atribuído a João Rodrigues e aos Irmãos da Ordem em Nagasaqui (Japonês-Português), o de Bento Pereira, de Évora, o mais extenso e mais reeditado de todos estes (Latim-Português e Português-Latim) e o de Antão de Proença, de Ambalacata, na província de Malabar, Índia (Tamul-Português); bem como os dous trilíngues – o quinhentista dos jesuítas de Amacusa, no Japão, e o seiscentista de Amaro de Roboredo, de Lisboa – servirão para abonar as variantes ortográficas da época e, mais raramente, o sentido de uma que outra palavra.

Se, por um lado, os vocabulários bilíngues e trilíngues quinhentistas e seiscentistas lusitânicos poucos subsídios nos oferecem além da ortografia e dos semas principais dos nossos vocábulos, ali e então, por outro lado, conforme pessoalmente me esclareceu Toru Maruyama, pesquisador e docente da Faculdade de Letras da Universidade de Nagóia, no Japão, em virtude de terem os termos do idioma japonês escritos em caracteres românicos (‘roma-ji’), esses léxicos são dos raros e valiosíssimos documentos que atestam a pronúncia japonesa daquela época naquele grande país.

Via de regra, só recorro a outros léxicos quando a grande, e hoje rara, enciclopédia setecentista da língua portuguesa do padre teatino Dom Rafael Bluteau não mencionar o vocábulo, ou for lacunosa a conceituação

deste. Faço-o em virtude de ser, nas suas mais de seis mil páginas, o primeiro léxico vivo, de nossa língua, com definição dos termos, abonação com passos de mais de 250 autores, tradução dos termos para o latim abonados por autoridades, e, ao final de cada verbete, uma cópia de adágios com a palavra estudada, para mostrar-lhes a vivência na boca do povo tal como, embora doutro modo, já fizera o Padre Bento Pereira no século anterior, e, mantendo a tradição, faria século e meio depois no seu *Tesuro*, o doutor Frei Domingos Vieira. O *Vocabulário* do Padre Bluteau, enfim, é o arquétipo direto ou indireto de todos os grandes dicionários de nosso idioma até hoje.

Supondo viável publicação dos verbetes, à medida que os ia preparando, no mesmo jornal de grande circulação em que publiquei as notas iniciais sobre a *Jornada* com vista ao grande público não especializado, modernizei a ortografia das definições dos verbetes, especialmente as oriundas do *Vocabulário* de Bluteau, desde a palavra abarbadado até jangada.

Não sendo possível esse tipo de divulgação, interrompido o trabalho e, quando a ele retornei, não me dei conta de que assim havia procedido quando o interrompi. Assim, passei a transcrever literalmente essas definições desde o termo lamarão até o fim do glossário. Daí resultou procedimento diverso de transcrição nas duas metades do trabalho. Como a uniformização em favor do segundo procedimento, tecnicamente aconselhável, retardaria a presente publicação em pelo menos um mês, decidi liberar o texto ao preço dessa divergência.

Àqueles que ainda não tiveram a oportunidade de travar contato com a ortografia daquela época, fique o consolo de poder cotejar a ortografia atual das definições bluteaunianas com a original setecentista, e observar quanto se despojaram nesses quase três séculos as normas ortográficas da língua escrita.

## 11. BIBLIOGRAFIA DE APOIO

Amac – *Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Japonicum*. Amacusa [Japão], Collegio Japonico Societatis Jesu, 1595.

Apost. – VIANA, A. R., Gonçalves. *Apostilas aos dicionários portugueses*. 2 v. Lisboa, Clássica, 1906.

- Blut. – BLUTEAU, Padre Dom Rafael. *Vocabulário português e latino...* Coimbra...1712-1728. 10 v. (2 do Suplemento).
- Brun. – BRUNSWICH, H. *Dicionário da antiga linguagem portuguesa*. Lisboa, Lusitana, 1910.
- Canc. – PAXECO, Elza & MACHADO, José Pedro. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional/ Antigo Colocci-Brancuti*. 8º vol. (Glossário). Lisboa, Revista de Portugal, 1964.
- Cor. – COROMINAS, Joan & PASCUAL, José A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. 6 v. Madrid, Gredos, 1980-1991.
- Cunha – CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo, Melhoramentos, 1978.
- Dalg. – DALGADO, Monsenhor Rodolfo. *Glossário luso-asiático*. 2 v. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919-1921.
- Dozy – DOZY R. & ENGELMANN. *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe*. 2ª ed. Leyde & Paris, Brill & Maisonneuve, 1869.
- Etim. – CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- Freire – FREIRE, Francisco José. (Cândido Lusitano) *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa, Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842. 3 partes.
- Garc. – GARCIA, Rodolfo. *Glossário das palavras e frases da língua tupi contidas na Histoire de la mission des pères capucins en Isle de Maragnan et terres circonvoisines, do Padre Claude d'Abbeville*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926.
- Infl. – MACHADO, José Pedro. “Influência árabe no português”, 2 v. Lisboa, *Revista de Portugal*, 1953-1961.
- Lalu – CARDOSO, Jerônimo. *Hieronymi Cardosi Dictionarium Juventuti Studiosae Admodum Frugiferum*. Conimbricæ, Apud Ioannem Alvarum, MDLXII (1562).
- Leão – LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e origem da língua portuguesa. Intr., notas e leit. de Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa, Impr. Nacional, 1983.
- Lor. – LORENZO, Ramón. *La traducción gallega da la Crónica general y de la Crónica de Castilla*. vol. 1: *Introducción, texto anotado e índice onomástico*; vol. 2: *Glossário*. Orense, 1975-1977.
- Lula – CARDOSO, Jerônimo. *Hieronymi Cardoso Lamacensis Dictionarium ex lusitanu sermonem. Ulissipone, Ex officini Ioannis Alvari*. MDLXII (1562).
- Mach. – MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa, Livro Horizonte, 1977, 5 v.

- Mart. – MARTIUS, Dr. Carl Fred. Phil. de. *Glossaria linguarum brasiliensium/Glossários de diversas línguas e dialetos, que falam os índios do Brasil*. Erlangen, Druck von Junge & Sohn. 1863.
- Mic. – VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. “Cancioneiro da Ajuda”. In: *Revista Lusitana*, v. XXIII, 1920, nº 1-4, p. 1-95.
- Mor. – SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa/recopilado/dos Vocabulários impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa, Lacerdina, 1813. 2 v.
- Nasc. – NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Edições do Autor, 1932 (Nomes Comuns) e 1952 (Nomes Próprios).
- Nang. – [RODRIGUES, Padre José et alii]. *Vocabulário da língua de Iapam/com a declaração em português*. Nangasaqui [sic], Colégio de Iapam da Companhia de Ióesus, 1603.
- Nun. – NUNES, J. J. *Digressões lexicológicas*. Lisboa, Clássica, 1928.
- Per. – PEREYRA, Padre Dom Benedicto [ou Bento]. *Prosodia in vocabularium bilingue, latinum, et lusitanicum digesta*, etc. 10ª ed. Eborae, Typographia Academiae, MDC-CXLI (1741). *Contendo o Tesouro da língua portuguesa; e mais a 1ª e 2ª partes: Das frases portuguesas, a que correspondem as mais puras latinas... e Dos principais adágios portugueses, com seu latim proverbial correspondente*.
- Proe. – PROENÇAS, Padre Antão de. *Vocabulário tamílico com a significação portuguesa*. Malabar [Índia], Ignacio Archamoni, 1679.
- Rob. – ROBOREDO, Amaro de. *Compendium Calepini, vel Potius Thesauri linguae Latinae cum interpretatione Lusitanica & Hispanica*. Lisboa, Pedro Craesbeck, 1623.
- Sub. – CORTESÃO, A. A. *Subsídios para um dicionário completo da língua portuguesa*. Coimbra, França Amado, 1900-1901. 2t.
- Tes. – VIEIRA, Dr. Frei Domingos. *Grande dicionario portuguez*. Porto, Chardron & Moraes, 1871-1874. 5 v.
- Vasc. – VASCONCELOS, José Leite de. “Observações ao Elucidário do Padre Santa Rosa de Viterbo”. In: *Revista Lusitana*. Tomos XXVI, p. 111-46, e XXVII, p. 243-77.
- Vit. – VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases*, etc. Ed. Crítica por Mário Fiúza, Porto-Lisboa, Civilização, 1965-1966. 2 v.

## 12. GLOSSÁRIO

- ABARBADO p.a. *Já neste tempo a gente estava abarbada com a primeira trincheira*, p. 75. *Blur*: “Abarbar. Chegar uma cousa a ficar igual com outra, e estar com ela como barba a barba”. Eis uma digressão: abarbar (pref. a + barb(a) + ar) remete ao verbete

barba do Lалу, onde barba tem o sentido de queixo: “*Mentum, 1 – A barba sem cabelo*”. E ainda, pêlos pubianos, no cap. intitulado *Vitia membri*: “*Pubes, is, sive pecten, inis. – Barba inferior*”.

ABONANÇAR v. *Sobre a tarde abonançou o vento algum tanto*, p. 54, *Blut.*: “Fazer-se o tempo bonança.”

ABSÊNCIA s. ...*faziam corrilhos e se descompunham em ausência dos superiores*, p. 55. Latínismo, por *absentia*. *Mor.* Registra remetendo para o vernáculo ausência.

ACAUDILHAR v. ...*donde os levava sua ignorância e a malícia dos que os acaudilhavam*, p. 112. – ou ACAUDELAR: *Mor.* “capitanear, comandar alguma tropa”.

ACORDADO p.a. ...*segundo estava acordado, veio a terra o senhor de la Ravardière*, p. 97. *Mor.*: “Resolvido, determinado por acordo, ou acórdão.”

ACORDAR v. ...*era bom que as tréguas se acordassem*, p. 97. *Blut.*: “Resolver, e determinar de comum consentimento, em uma junta de ministros reais, como na Relação, na Câmara, etc.”

AJUNTAR v. ...*mandando ministros por todas as partes ajuntar farinha*, p. 39. *Blut.*: “Acumular. Ajuntar prata, ouro, tesouros, como os avarentos fazem.”

ALARDO s. *Na tarde deste dia houve alardo geral*, p. 52; ou ALARDE: *Blut.*: “Resenha da gente de guerra.” Revista que se passa à tropa.

ALFAQUE s. ...*entre tantos parcéis e alfaques ainda não conhecidos*, p. 54. *Blut.*: “Na Década 4, p. 293, diz João de Barros que os navegantes deram esse nome a umas ilhas de areias, que levadas das correntes se mudam de um lugar para outro”. *Dozy*: “*banc de sable, basfond*”, e não dá a etimologia, mas *Infl.* registra: do ár. al-fakk, “mandíbulas, fauce”.

ALMÉCEGA s. ...*outras gomas aromáticas de diversas árvores, e muita almécega*, p. 50. *Blut.*: “Almécega. É uma casta de goma ou resina que destila em lágrimas luzidas e transparente, da planta a que os latinos chamam de *lentiscus*, e nós aroeira. O melhor vem da ilha de Chio. Ajuda o cozimento, e apertando as fibras do estômago, suspende o vômito. Também se aplica exteriormente, em óleos, unguentos, emprastos”. *Mach.*: “Do árabe *almaçtakâ* (que, por sua vez, provém do grego *mastiche*, ‘goma boa para mascar’)”.

ALMUDE s. ...*oito almudes de vinagre*, p.102-103. *Blut.*: “Medida de vinho, que contém doze canadas”. Canada: (id.). Medidas, de cousas líquidas, como vinho, azeite, e contém quatro quartilhos”. Quartilho. *Viz.*: “um quarto de vinho são oito canadas: pois que [diz o Censual da Sé de Lamego] seis quartos de vinho são quatro almudes, que constam de 48 canadas; em 48 há seis vezes oito: logo o quarto de vinho é a oitava parte dos quatro almudes, que são as ditas oito canadas”. *Dozy*: “nom de mesure: de *al-moudd*”.

ALVA s. ...*que a investissem no quarto d'alva encamisados*, p. 69. *Blut.*: “Deriva-se do lat. *albus*, alvo, porque ao apontar do dia, no [h]orizonte, o céu se faz alvo.” Quarto está como a primeira das quatro partes do dia: cada uma das seis horas. Aqui o dicionarista apenas se aproxima do étimo real: *alba*.

ÂMBAR GRIS, s. e adj. ...*nestas partes dizem que a temporadas acham muito âmbar gris*, p. 124. *Blut.*: “Espécie de betume brando pardo, e leve, ou viscosidade marinha, formada da natureza para as delícias do olfato, a qual subindo da água, se endurece ao ar, e pelas ondas é lançada às praias. [...] Há três castas de âmbar. Âmbar virgem, vulgarmente âmbar gris: este é branco, ou cinzento, mais duro e melhor que os outros”. *Dozy*: “Âmbar, alambar, pg. alambre, fr. Ambre, it. Ambra, de al-‘anbar qui était à l’origine de nom d’un poisson, de la semence duquel on tirait l’ambre gris.”

AMOESTAR v. ...*assim como fizestes a guerra sem nos amoestardes, assim pedi a paz*, p. 92. *Blut.*: “Admoestar ou Amoestar. Repreender com brandura. Vid. Repreender, ou advertir a alguém algum mal moral, ou político, para o evitar, ou algum bem para o fazer.”

ANAL adj. ...*e aos trabalhadores em tal obrigação anais, que ele os avisará*, p. 99. *Blut.*: “Cousa, que se dá no espaço de um ano, ou que todos os anos se repete. Um anal de missas é a instituição de uma missa para todos os dias de um ano”.

ANGUSTURA s. ...*fazendo-se a armada à vela pelas angusturas ou interrompeduras de aquelas ilhas tão estreitas*, p. 59. *Tes.*: ‘s. f. ant. (para a etim. vd. angusto). Estreiteza de lugar, aperto de tempo. \_ ‘...com esta angustura começaram de fugir’. *Azurara (Crônica da Conquista de Guiné, cap. 65 = Recolhido de Morais)*”.

ANIME s. ...*e também se achou muito anime, e outras gomas aromáticas de diversas árvores*, p. 50. *Blut.*: “é o nome de uma goma cheirosa, de que há duas castas. Uma que se parece com mirra, que alguns imaginam ser o *Minca* de Galeno, ou a *Aminca*, de Dioscórides. Nasce a outra nas Índias de Castela, e nas Índias Orientais, e se parece com incenso, com esta diferença, que a segunda tem os grãos mais pequenos, nem é tão amarela, nem tão transparente, como a primeira. Destila de uma planta que dá folhas, como ameixeira, e frutas da feição de bolotas. Serve esta goma ou resina para perfumes, e contra as dores de cabeça procedidas de frialdade”. Étimo obscuro.

ANTEALVA s. ...*até que no quarto da antealva, indo todos com o prumo na mão, muito vento, e grande escuro, se acharam em três braças*, p. 47. *Blut.*: “Alva. Deriva do latim *albus*, alvo, porque ao apontar do dia, no horizonte, o céu se faz alvo (vd. *Alva*).

APERCEBER v. ...*e andando-nos apercebendo para nossa defesa*, p. 85. *Blut.*: “Aperceber-se. Prestar. Preparar [...] ‘Mandou aperceber um caravelão’. *Jacinto Freire, lib. 2, nº 23*”.

AQUESTA pron. ...*e todas as demais de aquestas costas são à parte do norte do Peru*, p. 116. *Vit.*: “Aqueste, este.” Barros e Camões o empregaram. Não confundir com *aquesta*, com tónica de timbre aberto, que significava *caso, acontecimento*.

- ARQUEBUZEIRO s. ...*Melchior Rangel com 60 arquebuzeiros e 30 frecheiros índios*, p. 69. J. P. M.: “Do fr. *arquebuse*, este do neerlandês *hakebus*, notar que o voc. neerlandês é composto de *hake*, ‘gancho’ (para fixar o canhão da arma) e *bus* ‘caixa, canudo’”. Batisti e Alessio informam no seu *Dizionario etimologico* italiano haver surgido o objeto e o termo na 1ª metade do séc. XVII, mas Fernão de Oliveira já nos fala dele em sua *Gramática* pioneira, que é de 1536.
- ARRÁTEL s. ...*tão pouca pólvora, que não chegou a dous arrátéis*, p. 37. *Blut.*: “Arrátel. [...] entre os árabes é um peso de duas libras [...] entre os portugueses pesa o arrátel dezesseis onças.” *Vit.* ‘o arratel mourisco tinha 32 onças’. *Inf.*: “Do ár. Ar-raTL”.
- ARRIBADO p. a. ...*e assim, à quinta-feira, se tornaram arribados ao forte São Luís*, p. 64. Arribar. – *Blut.*: “Tomar porto, desviado do caminho, antes de chegar ao fim da carreira. Arribar o navio por força da tormenta, ou do vento”.
- ARTILHERIA s. ...*três peças de artilheria de ferro coado, duas de 13 quintais, uma de treze (...)*, p. 43. Do fr. *artillerie*. Engenhos de guerra. Antes dessa variante anterior à atual e vernácula, houve ainda esta, datada do séc. XV: “e a elRey soamente ficou cuidado e sua artelharia e armas”. Gomes Eanes de Zurara, *Crônica da tomada de Ceuta por el-Rei dom João I*, cap. 29, p. 89.
- ARVORADO p.a. *As bandeiras, por não se abaterem, estavam pelos baluartes arvoradas*, p. 97. *Blut.*: “Val o mesmo que levantar, e por direito tomada a metáfora da árvore, quando se planta [...] Arvorar no muro o estandarte [...] . Arvorou na porta do seu palácio as armas delRei. [...] Viam-se as insígnias reais arvoradas em cima dos pavilhões.”
- ATALADO [*sic*] p.a. ...*os demais, fazendo que vinham de paz, quando se viram atal[h]ados* p. 65. Salvo melhor juízo e comprovação, creio erro de leitura do ms. por *atalhados* na acepção de: *Blut.*: “Confuso, perplexo, embaraçado, sem saber o que há de dizer, ou responder”. *Tês.*: “Como neste passo de Vieira: ‘Viu-se perplexo e atalhado São Pedro, porque não sabia qual fosse a tenção de seu mestre.’”
- ATOAR v. ...*chegaram à Ilha dita de Santa Ana, contra as correntes dos mares atoando-se pelas árvores na terra*, p. 59. *Blut.*: “levar à toa, trazer à toa”. [...] toa: “Ir o barco à toa é quando sem leme, nem vela, anda o barco, ou outra embarcação, segundo a água o leva.”
- AVENÇA s. ...*cada um segundo seu dever, qualidade e merecimentos, e nas avenças já ditas se reservaram*, p. 100. *Blut.*: 1. “Pacto ou convenção de algum preço certo, em lugar de lucros incertos.” 2. “Concerto, ou assento entre partes.” 3. “União, concórdias.”
- AVOAR v. ...*quem avoar, que há de avoar antes dela*, p. 68. *Blut.*: “É pouco usado. No discurso familiar dizemos avoou, por fugiu, desapareceu”. Mas *Vit.*: “vb. tr. (Do lat. *avoláre*, fugir voando: retirar-se precipitadamente, desaparece”. A variante *auoar* é do século XIII.

- BAILIO s. ...*oficiais de nossos tratos, e foros, bailios, ouvidores, justiças, juizes*, p. 102. (Balio, Balão ou Bailio) *Blut.*: “o Juiz, ou Conservador, o Veedor, a quem os homens nobres de uma província cometiam o cuidado de suas fazendas, ou direitos contra os que lhos queriam usurpar”.
- BAILLO s. *Somente entre os indios havia ao seu modo bailos e cantos toda a noite*, p. 81. Bluteau só registra *baile* como sinônimo de *dança*. Mas essa forma é já registrada no *Lula*, o 1º dicionário bilíngüe do português em três verbetes: Bailo, Bailo vilão e Bailo rústico. Registra-o também no seu não menos pioneiro *Lalu* no verbe *“Saltatio onis = Ho bailo”*. Morais também dá-nos conta de sua existência. A forma é, todavia, quatrocentista. *Amac* registra no verbe: *Saltatorius, a, um*, “Lus. Cousa que pertence à dança ou bailo. Jap. Vodori, I; maini ataru coto”.
- Baixo s. ...*não viam baixos, nem pedras, nem escarcéus de mar*, p. 46. *Blut.*: “Baxos de Barbaria. Bancos de area na costa de Africa”. [...] Pode-se navegar por ele, sem perigo de Bayxos. Fr. João dos Santos. *Etiópia Oriental*, 1ª parte, fl. 140, col. 2. Para que as naus, que vinham, por seu esteiro, desse resguardo ao Baixo. Jacinto Freire, livro 1, nº 37”.
- BALAIS . s. ...*uns dizem ser balais [a pedra], outros lhe dão diferentes nomes*, p. 124. *Blut.*: “Balax ou Balais. [...] é uma das espécies do rubi. É maior que o rubi oriental, e é de cor-de-rosa encarnada. Os lapidários lhe chamam *Ballatius, ii*. Querem alguns que *balais* seja espécie de *berilo*.”
- BALRAVENTO s. ...*aquele mar navegável para balravento ao longo da costa*, p. 50. *Blut.*: “vid Barlavento. ‘Força, e manha os de Luso exercitaram, / Procurando ganhar o Balravento’. *Málaca conquistada*, livro 4, oit. 56”. Barlavento. (Termo náutico). “A parte donde o vento assopra. Deitar a barlavento / ou tomar o barlavento”.
- BALSELHO s. ...*foi necessário navegar com balsehos correndo em popa com muito trabalho*, p. 54. *Tés.*: “Em linguagem náutica, pano cassado por causa do demasiado vento, ou para navegar pouco. Também se escreve *bolselbo*. Recolhido em Morais”. Suponho ser recolhido de edição posterior à 2ª, que não a registra.
- BANDA s. ...*até chapéus de castor com muitas plumas brancas, e bandas de Paris*, p. 111. *Blut.*: “Pedação de seda mais comprido, que largo, com que as mulheres cobrem os ombros, e que os homens antigamente traziam atado à cintura.”
- BANDULEIRA [*sic*] s. ...*uma pipa de banduleiras, digo uma caixa*, p. 102. *Blut.*: “Bandoleira. Correia larga com uma mola, em que se traz pendurada a cravina (= arma de fogo)”.
- BARBACÃ s. *Logo mais abaixo desta coroa ou cerca fizeram outra [...] a qual, como barbacã da outra, lhe dava resguardo*, p. 71. *Blut.*: “Antigamente as barbacãs eram muralhas baixas, perto do fosso, que estava diante do muro, e por isso lhe chamavam Antemural.”

- BARBEIRO s. ...*nem mezinhas, nem físico, nem barbeiro*, p. 39. ...*e eles pediam nela barbeiro e mezinhas para se curarem*, p. 52. *Blut.*: “Barbeiro, que sangra. Os práticos lhe chamam, barbeiro *Phlebotomano*. Por falta de palavra própria latina, será necessário usar do grego, *Phelebotomus*, i *Masc.* vid. Sangrar.”
- BARLAVENTO s. ...*em nenhum modo convinha largarem o posto de Perejá, por ser barra de barlavento das outras*, p. 55. – vd. Balravento.
- BARRA s. ...*mandar ganhar a barra primeira do Maranhão chamada Perejá*, p. 40. *Blut.*: “[...] é uma entrada de porto, que por nenhuma outra parte se pode entrar, nem sair dele, senão por ela. Ou: Barra é uma entrada de porto em que entre duas terras corre a enchente e vazante. A barra de Goa é uma das melhores do mundo, mas não se pode entrar, nem sair sem maré”.
- BASTIMENTO s. ...*e outras munições de guerra e bastimentos de que estavam providos*, p. 67. *Blut.*: “Todo o gênero de munições, e petrechos de guerra para abastecer uma praça”.
- BISCOUTO s. ...*mandou dar em pé aos soldados um bocado de biscouto*, p. 71. *Blut.*: “Pão do mar, chamam-lhe assim do *Bis*, duas vezes, e de *coctus*, cozido, como quem dissera, *pão duas vezes cozido*. Para as pequenas viagens se coze duas vezes o *Biscouto*, e quatro vezes para as grandes”. Segundo Cunha, chegou-nos talvez através do fr. ant. *bescuit*.
- BOAMENTE adv. ...*lançar as balizas mais avante, o que a boamente faria se pudesse*, p. 42. *Blut.*: “De boamente. Com boa vontade”. *Per.*: nas *Frases portuguesas* (p. 1.095) registra-o: “Boamente – *Libenter Ultrò*.”
- BOCA s. *Gaspar de Sousa, do seu Conselho seu gentil-homem da boca, governador e capitão-geral do Estado do Brasil*, etc., p. 104. Será expressão remanescente do feudalismo? *Tês.*: “Um vassalo deve a boca e a mão a seu senhor, isto é, com voto de sujeição põe as suas mãos nas do seu senhor.” Não será, pois, o mesmo que gentil-homem da câmara, a quem estavam afetos até os cuidados de vestir o rei.
- BRABO s. ...*tenho um que amei em vida como a um irmão, porque era brabo e de boa casa*, p. 88. Até onde me levou a experiência de 32 anos de Maranhão, esta variante popular denota *zanga*, irritação, revolta, ferocidade, como quando se diz: – Ele ficou brabo comigo (= zangado). Na abonação acima, está com o sentido de audaz, valente, intemorato, como quando se canta no hino “Brava gente brasileira...” Os diversos sentidos de brabo podem ser colhidos em CABRAL, Tomé. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza, Univ. Federal do Ceará, 1982.
- BROSLADO p. a. *Era todo broslado* [o ornamento do altar] *e lavrado de seda de cores*, p. 108. *Blut.*: ‘bordado’. Etim. di-lo vocábulo quinhentista: “Brosalar vb. ant. bordar, guarnecer, ornar. XVI. De uma forma germânica como: \**bruzdón* ‘abafar’, aparentada como a. al. *gaprortón*//*broslado* XVI.”

- BUGIA s. ...*e mais uma caixa de papel e de candeias de cera, e de bugias para serviço da missa*, p. 102. *Mor.*: “castiçal pequeno. § vela de cera fina, que se acende nas bugias”. (Metonímia: continente pelo conteúdo.)
- CABAÇO s. ...*alguma pólvora em cabaços, morrão, pelouros*, p. 82. *Blut.*: “vaso de casca de abóbora de carneiro seco, e sem miolo, em que os rústicos costumam guardar as sementes”.
- CANASTRA s. ... *20 canastras de sardinhas*, p. 43. *Blut.*: “no princípio se faziam canastras de canas delgadas e grossas. [...] Mulher que anda com uma canastra”. *Mor.*: “Espécie de caixa tecida de varetas, e aparas de um pau flexível com tampa do mesmo chata. § Destas algumas são encouradas de pele de cabelo ‘canastras encouradas”.
- CARAJURU s. ...*tinta vermelha do urucu, e da outra mais fina chamada carajuru*, p. 124. *Cunha*: “*Var.*: *cariuru, carajuru, carujurú, cajirú, crajuru* (Tupi \**karai’ru*). Planta da família das bignoniáceas, cujas folhas submetidas à fermentação produzem matéria corante de tonalidade vermelha.”
- CARAVELÃO s. ...*que logo se partissem dous caravelões*, p. 42. *Blut.*: “Caravela grande. (*Mandou aperceber um caravelão*. Jacinto Freire, p. 91.)”
- CARNECERIA s. ...*executar em ti e nos teus todas as sortes de carnicerías*, p. 74. *Blut.*: “Carniceria, ou carneçaria. [...] Carnagem. Matança.”
- CATIVO adj. ...*que não podia deixar de perder, preso com tão desguarnecidas e cativas embarcações*, p. 45. Com o sentido antigo (e hoje desusado) de “insignificante, de pouca consideração”. Caldas Aulete (1925, 2º tomo): “Prendes-te com cousa tão cativa?” Do lat. *Captivus*, -a, -um, tirado do v. *capere*, tomar.
- CELADA s. ...*mosquetes, pistolas, peitos, rodelas, morriões, e celadas*, p. 82. *Blut.*: “Espécie de capacete, ou elmo, assim chamado do latim *celatus*, porque nas celadas mandavam os cavaleiros gravar as cabeças, e figuras dos animais que venciam”. A ed. Alhambra (1984) e a de Cândido Mendes (1874) reproduzem a leitura de Joaquim José da Costa e Sá (1812), que lança *colladas*, em lugar de celadas em contexto igual (p. 44, linha 26), onde o creio incorreto. O erudito maranhense talvez lhe atribua o étimo latino de *collum* (= pescoço e ombros), para dar-lhe o significado de pescoceira, peça protetora do pescoço, o que acredito constituir-se lapso conjectural. *Collada* era o nome de uma das duas famosas espadas de Cid, o Campeador (a outra era Tiçô) e, no espanhol, se generalizou em *colada*, com um *l* só, tal como, no português, a Durandal de Roldão (ou Rolando, o da Canção) se generalizou em *durindanda*. A propósito, consulte-se *Lor.*, 1º v. (índice onomástico, e remissões) e o *Diccionario de la lengua castellana* etc. (ou de *Autoridades*, como é mais conhecido) de la Real Academia Española (Madrid, Francisco del Hierro, 1726), que a conceitua (“*Vale en lenguaje vulgár espáda*”) e a abona com exemplos tomados a Cervantes e Quevedo.
- CHALUPA s. ...*navegaram por um braço de água salgada em uma chalupa*, p. 109. *Blut.*: “E uma pequena embarcação, destinada para o serviço, e comunicação dos navios

maiores.” Evaristo Leoni, em *Gênio da língua portuguesa* (Lisboa, Panorama, 1858) reg. *xalupa* (1º v., p. 66).

COADO p. ...*nove peças de alcance de bronze, e muitas de ferro coado*, p. 41. *Blut.*: “Coado. Derretido. Ferro coado (*Ferrum fustle*, ou *fusum*)”.

COLEBRINA s. ...*e assim, alcançando duas colebrinas*, p. 36. Variante de *colubrina*. *Blut.*: “É um gênero de peça de artilharia, inventada, para tirar ao longe na campanha, e principalmente nas praças marítimas: chama-se *colubrina* de *coluber*; que em latim significa cobra, porque esta espécie de canhão é muito comprida, a imitação de cobra, quando se estende.”

COMETER v. *A nossa gente virá [...] com a cabeça rota, pois cometem a quem os não busca*, p. 110. *Blut.*: remete para acometer com este sentido: “arrojar-se com ímpeto contra alguém. Acometer o inimigo. [...] Acometem o inimigo, em suas tendas”. A forma prostética é do século XVI, com o sentido acima.

COMPАЗ s. ...*naquele compaz governaram outra hora pelo norte*, p. 46. Não encontrei abonação para essa variante de compasso. Em *Mor.* encontro sentido análogo: “Ir, ou navegar pelo rumo, e perto doutro navio”. É forma mais próxima do seu provável arquétipo francês *compas*. *Amac.* Registra-o com um só *s*, à espanhola: “Circinus: 1. Lus Compaso. Iap. Bunmanaxi”.

CONTIA s. ...*entrando nessa contia o que atégora tinha com o mesmo cargo*, p. 106. *Blut.*: “Segundo o autor do *Teatro genealógico da Casa de Sousa*, *cuntia* (ou seg. a ortografia do dito autor), *contia* é palavra antiga portuguesa, que queria dizer certa porção que a generosidade dos reis despendia com os cavaleiros, que os serviam em palácio, ou na campanha de mais, ou menos valor, segundo a qualidade do cavaleiro, que quando menos precisamente devia ser nobre, e como tal o honrava el-Rei com o título de vassalo, participado só então aos ilustres e que como tais sacrificavam generosamente em seu rei a vida e fazenda. E era de tanta estimação a *contia*, que logo, que a algum fidalgo lhe nascia algum filho, lhe mandava el-Rei com a carta de *contia* pedir alvissaras, que ele satisfazia com o obséquio de a pendurar no peito da criança no berço, para primeira insígnia de nobreza.”

CONTRAVENTIENTE s. ...*e assim punir, e castigar os contravenientes*, p.99. *Blut.* só registra o verbo contravir: “às leis, ordens. [...] Para que nenhum homem contravenha a isto”. *Mor.*: “O que infringe a lei.” Deriva-se por conversão do participio presente de contravir.

CONTRAVENTO s. ...*já se vinha chegando com toas, por ser contravento*, p. 64. *Blut.*: “Contra a força do vento. [...] ‘Os pássaros, que não tinham força para contravento voarem’. *Arte da caça*, p. 114”. Id. *Amac.*: Contravento, is Lus. Contraporse. Iap. Tatezquímucō.

- CONVENTUALMENTE adv. ...*que os padres portugueses tomassem a cargo o favorecê-los, tendo-os conventualmente consigo*, p. 111. (= De maneira conventual, ou com conventualidade). “Blut.: Conventualidade. Morada firme, em algum convento.”
- COPAÍVA s. ...*não tinha cousa que lhe pôr mais que azeite comum, ou de copaíva*, p. 78. *Têm infinito óleo de copaíva em toda esta costa*, p. 124. Blut.: “Copaíba. Planta, assim chamada, dos índios do Brasil [...] Produz esta árvore o bálsamo, ou óleo de duas maneiras, um pelo ardor do Sol, que é o óleo branco, outro pelo golpe, que lhe dão no tronco ou nos ramos, e este é mais cheiroso e denegrido.” (Em cerca de duas longas colunas seguem-se as receitas curativas.)
- CORAJE s. ...*por teu coraje de haver ousado vir dentro aos limites franceses*, p. 73. Blut.: “Coragem. Corâgem ou coraje. Ânimo. Valor. Aqui cessou um Mavorte, e da viseira o fumo da coraje ardendo exala. *Ulisséia*, de Gabriel Pereira, cant. 1, oit. 34. Observe-se que ainda era masculino o termo à época da *Jornada*.”
- CORRILHO s. ...*começaram os soldados em corrilhos, com palavras atrevidas, a dizer...*, p. 57. Blut.: “Ajuntamento de gente. Conventículo. “Uns em corrilhos divididos falam referindo às grandezas pervenidas.” *Templo da memória*, livro 4, Est. 22.”
- COSSÁRIO s. *E aqui, como escala de tantos cossários, importa terem freio...*, p. 48. Blut.: “falando em correria de piratas ou se deriva de *Corsário*, dos *Corsos*, ou gente da Ilha Córsga, que foram os grandes piratas [...]”. Mor.: *Cossaira e Cossairo. Ulisséia*, fl. 41. O mesmo que cossáro e corsário. Nun. diz ser essa assimilação comum em Portugal: “O nome Alpiarsa da vila estremenha é pronunciado de *Alpiassa* pelo povo, em virtude da mesma lei que de *adverso, corsairo, dorso, verso*, etc. fez *avesso, cossairo, dosso, vesso*, etc. (p. 166-167).”
- CRESCENÇA s. ...*com a crescença do dia, entrando a viração do leste*, p. 54. Blut.: “Crescença [*sic*]. O que cresce de alguma cousa. O que fica de mais do número, ou da medida.”
- CUJO pron. ...*Sua Majestade el rei de Espanha, nosso Senhor, cujo tudo é*, p. 92. Aqui está usado com o sentido atual, mas numa função sintática que lhe é estranha nos nossos dias. Escutemos ao filólogo SEQUEIRA, F. J. Martins. *Aspectos do português arcaico*, Lisboa, União Gráfica, 1943, p. 156: “Além da sintaxe atual, o vocábulo tinha no português antigo funções predicativas, quer intervindo como pronome relativo, quer entrando como pronome interrogativo.” Exemplifica com Dom Dinis, o rei-poeta, e com Camões, o poeta-rei, respectivamente. “Assi que por vosso sou,/cujo semp’ eu já serei (*Canc. Vat.*, nº 150, p. 62) e “Cuja será [uma carta]? Não sei certo cuja é”. (*Filodemo*).
- CUTIARÁ adj. ...*ali entravam algumas embarcações pequenas a resgatar o pau-cutiará*, p. 51. A menos que se trata de outra madeira, Cunha não registra essa variante em seu *D.H.P.P.T.*, a saber: Cuatiara s. f. Var. 6 *cotiara, cutara, 8 cuatiára*. Cp. Ibiracutiara [*Tupikuáriara - Vocabulário da língua brasílica II* 78: *Pintada cousa, adiectivo*

= *Ycoatiaripigra*. *Ibidem: Pintura, substantivo* = Coatiara, 1 Ycoatiara.] § Madeira rajada. Ibiracuatiara. Terá por base o verbo tupi: “coatiár – juntar, escrever, Malen, Schreiber”. *Mart.* p. 42.

DARGA s. ...*espadas douradas, e dargas com talabartes de veludo carmesim*, p. 111. *Mor.* Dá-nos conta de que assim aparece a variante de adarga nos tomos dos *Inéditos da história portuguesa* editados pela Real Academia das Ciências. *Blut.*: “Espécie de escudo [...] em África e Espanha os ginetes que pelejam com lança e adarga, com a adarga se cobrem as costas. É escudo de couro, e leve; consta de braçadeiras e muitos debruns, tem miras, cavas, golpe, por onde se mete o dedo polegar, para segurar, e correia, por onde se pendura.”

DEFENSA s. ...*conforme suas obrigações, para a defesa das ditas terras debaixo de nossa autoridade*, p. 99. *Blut.*: “A ação de defender, e proteger.//Tomar a defesa, ou proteção de alguém.//No passo acima da *Jornada* e noutros trata-se de “defender-se com armas”, um pouco diversa de *defesa*. É o que nos mostra *Freire*, às p. 61-62 da 2ª parte: “*Defensa e defesa* confundem muitos, segundo ao vulgo. *Defensa* é para a ação de defender alguma cousa com armas, ou com palavras. [...] *Defesa* é mais próprio nos casos em que se alega justiça.”

DERROTA s. ...*segundo a derrota desviados da terra as léguas ditas*, p. 46. *Blut.*: “Entre nós [...] é a viagem que os navios fazem por mar, e chama-se *derrota* por estar sinalada no roteiro, ou mais geralmente, é o caminho, que se faz, por mar, ou por terra, ou por qualquer outra parte.”

DESARVORADO p. a. ...*capitânia tinha abatida e desarvorada a sua real*, p. 81. *Blut.*: “Abater, ou derrubar o que está arvorado. *Desarvorar* uma cruz. [...] *Desarvorar* uma nau dos mastos.”

DESAPERCEBIDO p. a. ...*e que nos não tomem desaperecidos*, p. 119. *Blut.*: “Desprovido de alguma cousa. [...] *Desapercebido* de tudo. [...] *Desapercebido* para tão grande jornada [...] de pólvora, e desfeitos de armas. Lucena, *Vida de Xavier*, 530”.

DESCARCHADO p.a. ...*todo broslado, descarchado de ouro fino*, p. 108. *Mor.*: “Escarxado. adj. O *escarxado* nos veludos de três altos é lavor como anezinhos; usa-se como subst. Dom Francisco Manuel sem ver pontas escarchadas [*sic*] salvo as dos arremesões; crespos, frisados.”

DESCOSTUMADO p.a. *como gente descostumada destes transes navais, vinham lastimosos*, p. 47. *Blut.* Registra *descostumar* remetendo para *desacostumar*. *Mor.*: “p. pass. de Descostumar. Insólito, desusado”.

DEVAÇÃO s. ...*achava que tinha muitos franceses, e fortalezas, e infinitos índios à sua devação*, p. 39. *Blut.*, no verbete *dovoçam*, ou Devação, após apontar a etimologia e o antigo sentido, diz: “sujeitar-se a obediência, sacrificar-se à vontade, consagrar-se por voto, que estas são as verdadeiras obrigações da verdadeira devoção do cristão

- a Deus, e aos Santos da Igreja”. *Freire*, à p. 65 da 2ª parte, aponta-o como variante “preferida por Vieira, Brito, Frei Luís de Sousa, dom Francisco Manuel, e outros”.
- DIREITURA s. ...*sendo o primeiro português que, do Maranhão, em direitura veio a Lisboa*, p. 124. *Blut.*: “como quando se diz, vão as naus em direitura às Ilhas, ou a qualquer porto de mar”. O mesmo que direção.
- DIVERTIR v. ...*que se presentassem à fortaleza para divertir o dano*, p. 76. Com o sentido de moderar, como em *Mor.*: “divertir a pena: moderá-la um pouco”.
- DOBLE adj. ...*aquela noite houve grande vigia, e guardas dobles*, p. 81. Afigura-se-me espanholismo por *dobre*, sinônimo de [em] *duplas*. Não me parece aqui haver o significado de dobre na expressão *espia dobre*, seg. *Blut.*: “aquele que serve falsamente ambas as partes, descobrindo a uns os segredos dos outros”.
- EMPACHAR v. ...*para mais não era vindo que para reconhecer e empachar os portugueses*, p. 74. *Blut.*: “Embaraçar. [...] A força do vento os *empachou* no tomar das velas. Barros, 1ª *Década*, fol. 201, col. 2”.
- ENCOMENDÁRIO s. ...*e seis soldados, como por salvaguarda dos índios, ou seus encomendários*, p. 109. Variante de : “Encomendeiro, s.m. *encomendeira* f. Pessoa que toma comissão de encomendas, e as executa”. *Mor.*
- ENOJO s. ...*não creias que sete dará por isso um só enojo* p. 86. *Mor.*: “s.m. Enfadamento. Camões, *Filodemo*, cena 2. § Aborrimento. [...] tirada a metáfora do nojo, ou luto, *sejam mais os cuidados e enojos que os prazeres*. Arrais, 5, 13”.
- ENSALMO s. ...*e panos d’água com ensalmo, que para tão terríveis feridas, [...] era coisa lastimosa*, p. 78. *Blut.*: “oração supersticiosa para curar enfermidades, ou para outros efeitos, que ordinário se compõem de alguns versos tirados dos Salmos e por isso lhe chamam *Ensalmo*”. 18.12: *empсалmos*.
- ENVOLTA s. ...*e nesta envolta foi morto Monsieur de Pisiau*, p. 75. *Morf.*: “Envólta: [...] Confusão”.
- ENTONCES adv. *Entonces me resolvi de largar uma aldeia*, p. 123. *Blut.*: “vd. Então”. *Mor.*: ‘Então’. É palavra usada por Bernardim Ribeiro, na novela *Menina e moça*, mas, *Leão* (p. 292) a inclui, já em 1606, no cap. XVII que trata “De alguns vocábulos antigos portugueses que se acham em escrituras e sua interpretação”.
- ESCORTINAR v. ...*com 12 soldados se vigiava e escortinava tudo*, p. 62. *Blut.*: “Escortinado (Termo de fortificação) guarnecido com cortina, que nas obras de fortificação é parte do reparo. [...] ‘Com fortes redutos bem escortinados’, Damião de Góis, 16”.
- ESCOSER v. ...*vindo às mãos fora de sua cerca, os escoseram de feição, que...*, p. 37. *Blut.*: não registra o verbo, mas o part. adj. abonando-o sem defini-lo: “Escosido: Palavra antiquada. Mas, eles andavam tão escosidos das nossas armas, que de noite se

passaram todos à terra firme.” Barros, I, *Décadas*, fol. 21, col. 1. *Mor.*: registra-o e define-o: “Escoser, v. at. Ferir, magoar: v.g. escoser o corpo com golpes.”

ESPALDA s. *assegurar as espaldas para qualquer sucesso*, p. 56. *Blut.*: “Espádua. Ombro”. [...] ‘Nem como os esgrimadores, os quais têm as espaldas grossas, e as pernas delgadas’. Vasconcelos, *arte militar*, 28”. Daí, *espaldar* (de cadeira).

ESPARCELADO p.a. *Sendo[...] esta enseada das Tartarugas esparcelada, perigosa e de pouco abrigo*, p. 60. *Blut.*: “mar, donde há muitos parcéis, que são como bancos de pedra debaixo da água”. *Freire*, na 2ª reflexão da 1ª parte, “sobre o uso de algumas vozes antiquadas”, diz em meados do século VIII: “Este termo, pela falta que faz, devia tornar a florescer, se bem que entre alguns ainda não é antiquado (p. 26)”.

ESTÂNCIA s. ...*nomeando de novo embarcações e estâncias*, p. 45. *Blut.*: embora defina imperfeitamente “estância de naus”, como “na enseada” não a aprofunda, nem a abona. *Mor.*: “O lugar onde estão as naus no porto. ‘Em todo o circuito (da Ilha Sorocotá) não há porto, nem estância (para o navio).’” Em latim, *Blut.* traduz por *statio, onis*.

ESTENDARTE s. ...*haverem custado mais de quinhentos cruzados, afora o Estendarte Real*, p. 112-113. *Blut.*: não registra esta variante antiga, mas o atual “Estandarte. Ainda que sinônimo de bandeira, para bem havia de ser nome próprio, e particular da bandeira imperial, ou real, porque a mesma dicção assi o pede.” É forma quatrocentista. J. P. M.: “Do fr. ant. *estandart*” .. Século XV: “e em a mão seestra hum *estendarte* das nossas armas em signal de seu laudilhamento”. *Ord.* I. título 54, § 4º, p. 321.

ESTIBAR v. ...*e todos os caravelões fossem a entrar no Rio Grande para ali se estibarem os navios*, p. 44. *Blut.* não registra o verbo mas o deverbais: “Estiba. Fazer *estiba* do arroz, que se recolhera. Década 8 de Couto fol. 244, col. 2.” Abona o verbo com o mesmo sentido: “Se ficarem por meu mandado e estibeis dos perigos. *Regim. dos contos*. Cap. 38, p. 29. Duarte Nunes de Leão, no cap. Reformação de algumas palavras que a gente vulgar usa e escreve mal, de sua *Ortografia e origem da língua portuguesa* (introd., notas e leit. de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Casa da Moeda, 1983), p. 164, corrige *estiba* e *estibar* para *estima* e *estimar*.

ESTORVAR . ...*estorvando-os, que não fujam de medo dos portugueses*, p. 120. *Vit.* não registra o v. mas o deverbais: “Estorva. Embaração, estorvo. ‘Nem sereis em nosso damno, [sic] e estorva!”

FALCÃO s. *Está diante do forte Santa Maria um oiteiro eminente à distância de um tiro de falcão*, p. 70. *Blut.*: “Peça de artilheria, que tem três polegadas de diâmetro, e [a]tira com bala de libra e meia. [...] ‘Achou de noite furto um bartangim nosso com um falcão e seis berços.’” Carros, *Déc.* 4, fol. 264.

FALCONETE s. ...*puseram dous falconetes de bronze*, p. 43. *Gastou-se o dia de segunda e terça-feira em acomodar os reparos de falconetes*, p. 67. *Blut.*: “Peça de artilheria, mais pequena que a peça, a que chama falcão. O . P. de Charles na sua *Pirotecnia*, para se fazer melhor entender, lhe chama *falcunculus*.”

- FARINHA DE TERRA ... *2.200 alqueires de farinha da terra*, p. 38. Como, para *Blut.*, farinha era de “grãos de trigo moídos, e feitos pó”, e ainda “de cevada”, e “de favas”, ao falar das “farinhas do Brasil”, ele remete o leitor para: “*Vitinga*. Certa farinha do Brasil. Desta sorte lavram esta farinha, que sustentando geralmente todo o Estado do Brasil, obram os índios de três castas, a que chamam, *Vitinga*, *Vieçaco-atinga*, *Viatá*; e nós fresca, a que se come no mesmo dia: seca, a que dura seis meses; torrada, a que passa de um ano”.
- FATO s. ...*cinco caixas para os soldados, em que vai o seu fato*, p. 102. *Blut.*: “A roupa, vestidos e móveis portáteis do nosso uso”.
- FAZENDA s. ...*houve homem que só de sua fazenda gastou dez mil cruzados*, p. 41. *Blut.*: “Riquezas, dinheiro, cabedais. [...] Bens de raiz, terra, quintas. [...] O Conselho da Fazenda. Na Corte de Portugal é um tribunal, composto de três títulos, ou fidalgos de grande satisfação, com nomes de *vedores* [= fiscais] da Fazenda, e outros tantos desembargadores, que chamam conselheiros, que todos têm voto, e um procurador da Fazenda, e quatro escrivães, onde se despacham todos os negócios tocantes à Fazenda Real, e bens da Coroa, e conquistas, e os contratos, e arrendamentos, que a ela pertencem.”
- FEIÇÃO s. ...*mas o navio de Gregório Fragoso deu em seco de feição, e a tais horas*, p. 59. Salvo melhor juízo, de frente, de proa, por extensão a feição do rosto. Não encontramos abonação desse sentido em nenhum dos léxicos consultados.
- FÍSICO s. ...*nem mezinhas, nem físico, nem barbeiro*, p. 39. *Vit.*: “Assim chamavam ao médico, como por excelência, pois deve ser perfeito e consumado em o conhecimento da natureza, começando a sua arte onde a física remata a sua.”
- FRAUTA s. ...*houve missa solene de canto de órgão e frautas*, p. 52. *Blut.*: “Instrumento músico com certo número de agulheiros, que com o sopro que lhe dá por alto, vaream [= variam] o som ao mudar dos dedos.”
- FRONTE s. ...*com a mor parte de gente fazendo frente de armas*, p. 54. *Gastou-se o dia em [...] pôr a gente em terra com frente de armas*, p. 62. *Mor.*: “§ A parte dianteira que entesta com outra; daqui, *estar defronte de outro*, ou com *outro*: defrontar, estar no lado oposto, com rosto, fronteira, ou frontaria para a cousa que está no outro lado: estar fronteiro.”
- GANHADO p. a. ...*faziam ganhado o Perejá*, p. 40. Com o sentido de conquistado. Deduzi por este passo anterior da *Jornada do Maranhão*, “...*com a vinda de Sebastião Martins, se acabou de deliberar o governador a fazer mais alguma despesa e mandar ganhar a barra primeira do Maranhão, chamada Perejá*”, p. 38. Abonação: *Tês.*: “E de mi lhe sei dizer, não por parte da honra, porque a Deus mercês com vossa ajuda, eu a tenho ganhado para poder ir contente para o Reino.”
- GARITA s. ...*e cada baluarte, duas garitas no alto da cerca para as sentinelas*, p. 62. *Blut.*: “Guarita ou guarida ou gurita [...] uma espécie de torrezinha, assentada sobre umas

pedras, que saem incorporadas de dentro da muralha, nos ângulos do baluarte, e meio da cortina. Serve para as vigias descobrirem os lugares distantes, sem estarem sujeitos às inclemências do tempo”. J. P. M. informa-lhe o étimo: “Provavelmente do it. *garitta*; a respeito deste voc. cfr. lat. mediev. *garita* (a. 1397, *Statuti d’Ancona*), *garida* (genovese XV século), *garida* (veneziano XVI século, provavelmente dal provenzale *garida*, difesa, protezione). *Mor.*: registra a variante quinhentista *gorita*. É o mesmo que atalaia ou miradouro.

GRISANTE adj. ...*a um soldado meu valeroso de casaca grisante*, p. 85. Adj. formado de *gris* e o suf. *ante*. *Blut.* (Supl.): “uma cor entre branco e negro. Os tintureiros da França dão a esta cor vários graus, e chamam *gris* uma cor cinzenta”. *Tes.* registra ainda as cognatas *griséu* e *griseo*.

INTERROMPEDURA s. ...*fazendo-se a armada à vela pelas angusturas ou interrompeduras de aquelas Ilhas tão estreitas*, p. 59. Neologismo formado de *interromper* e o sufixo *ura*, sinônimo de *angustura*, como se pode depreender do texto. Não encontrei abonação outra, além desta.

JANGADA s. ...*em uma jangada chegou o Machado, e foi por um canal muito mais estreito que os até ali passados*, p. 59. *Dalg.* “O seu verdadeiro étimo é o malaiala *changādam* ‘Balsa, dous barcos ligados para passagem dos rios? *Stoltz*. Entre os vários significados de jangada nas obras quinhentistas e seiscentistas (catamarão, cangalha – de fogo, de madeira, e outros) parece-nos, em face do contexto, ser o seguinte: “leve construção de traves e tábuas sobrepostas, levada à toa ou impelida à vara nos rios ou no mar sem o marulho. Tem a vantagem de ser menos pesada que os barcos, de oferecer grande superfície plana e de demandar menos água”.

ATENÇÃO: Daqui por diante, respeito a ortografia de Rafael Bluteau. Aprecie-se a ortografia do século seguinte ao da *Jornada*.

LAMARÃO ...*dando de novo em seco no lamarão o navio do sargento-mor*, p. 58. *Blut.*: “Lamarão vid. Lamaçal. Lugar baxo, cheyo de lama.”

LÁPIS LAZUR s. ...*nas quais dizem que têm descoberto minas de lapislazur*, p. 117. *Blut.*: “*Lapis Lazuli*. [...] He uma pedra azul, pesada opaca, semeada de algumas palhinhas de ouro, ou de cobre. A boa vem das Indias Orientais & da Persia. A que se cria em alguns lugares da Europa declina a verde, e é grosseira. Usão della para fazer azul ultramarino. Na Pharmacia he hum dos ingredientes da confeição de Alchermes. Purga o humor melancolico, fortifica o coração.” Feito o desconto para a evolução dos conceitos científicos da Medicina e da Farmácia, a primeira conceituação se ajusta ao contexto abonador.

LEONADO adj. ...*gibões de tela d’ouro fino leonada*, p. 111. *Blut.*: “De cor que tira a russo, como a do cabelo do leão. [...] (Huã cota leonada traz vestida. *Ulyss.* de Gabr. Per. Cant. I Oit. 54)’ Hoje se escreve *ruço* nesse sentido.

- LEVADA s. ...*E os portugueses, vendo o sucesso da levada dos navios*, p. 67. *Mor.*: “§ O ato de levar: v.g. a levada *dos gados para fora do Reino*.” *Orden.* – L.T. 112 e 115 *princ.*
- LIADO p.a. ... *e além destes e outros muitos liados que têm, trazem línguas franceses*, p.117. *Liado* aqui está como variante de aliado. *Blut.* remete para a variante atual.
- LIANÇA s. ...*os da Ilha topinambás [...] sempre haviam de temer esta liança*, p. 56. *Freire* testemunha (p. 99, 2ª parte): “*Liança e alliança*. A pronunção do primeiro modo se acha nas *Décadas* de Barros e na *Monarquia Lusitana* em diversos logares.” *Blut.*: “União. Liança do sangue. Parentesco, ou afinidade, contrahida por casamento.”
- LÍNGUA s. ...*homem nobre, teólogo, e grande língua dos índios*, p. 40; *quatrocentos índios Topinambás, com o língua Turçou*, p. 71. *Freire*, p. 71. 3ª parte diz: “*Faraute* traz Cardoso em seu Dicionário por língua, ou por intérprete.” *Blut.*: “Tomar língua de alguém para se informar de alguma cousa”, Fernão Mendes Pinto. (Barros, *1 Dec.*, 11. 58, col. 1).
- LÓ s. ...*o caravelão do Machado meteu tanto de ló por sujigar o recife*, p. 46. *Blut.*: “(Termo nautico). He a parte do navio desde o masto até hum dos bordos; ou mais claramente, he a metade do navio igualmente dividido por huma linha, que se considera de popa a proa, deixando huma ametade a estibordo do masto grande, & outra ametade de a bombordo. Meter de ló. He quasi o mesmo que ir pela bolina.”
- LOESTE s. ...*caminhou a armada ao noroeste quarta de loeste*, p. 50. O mesmo que oeste. *Blut.*: “He o vento occidental, & algumas vezes quer dizer o ponto cardinal do horizonte, onde se põem [*sic*] o Sol”. — Note-se o pragmatismo da definição onde se põe a força eólica, antes do conceito de lugar. *Blut.*, *Per.*, *Vit* e *Tes.* não registram senão a variante composta *loessudueste*: mas a variante *loeste* se encontra assim grafada nada menos que nove vezes no *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*, etc., que é do século XV (Teixeira, Luís. Ed. do INL preparada por Max Justo Guedes, Rio de Janeiro, 1968).
- LOJAMENTO s. ...*aos 18 dias do dito, tornaram ao alojamento*, p. 69. Variante de *alojamento*, que é quatrocentista. De *alojar*. Século XV: ‘...*que cavalgasse logo a pressa, e se fosse para seu alojamento*’: *Condest.*, cap. 24, p. 55”. J.P.M.
- MAÇAME s. ...*todas as canoas [...] que eram quarenta e seis, com todo o seu maçame e remos*, p. 76. *Blut.*: “Termo nautico. He todo o encordoamento da nao, assim dos brandaes como da sirgideira, brioens, apagasanaes estrinques, & toda a mais enxárcia.”
- MALORA s. ...*por evitar estas inevitáveis maloras*, p. 74. Infortúnio, infelicidade. Composto resultante da aglutinação de *mala* + *hora*, com apócope do *a* final do primeiro termo (fenômeno de fonética sintática) *Cor.* registra no espanhol *enhoramala* (e não *enmalora*) já verbetado no célebre *Diccionario de Autoridades*, a que nos referimos antes, com abonações do *Quixote* e da *Pícara Justina*.
- MANCO adj. ...*também navios mancos e não mui capazes*, p. 43. *Mor.*: “§ *Embarcação manca*; por falta de remos, ou remeiros, e de velas, e outros aparelhos.” *E. Mendes*,

c. 146, fim. *Navios, embarcações, mancas de vela: que se atrázão por mal veleiras*. B. 2.6.2 e 3-8-6- “derrabar-lhe algum navio manco”.

MASTO s. ...*a capitânia tinha abatida e desarvorada a sua real e a do masto grande*, p. 81. *Blut.*: “masto, ou mastro. [...] Divide-se em três partes, huma, que propriamente he masto, outra, que he o mastareo das gaveas, & outras que he o mastareo dos joanetes. Todo o navio redondo ha de ter quatro mastos, a saber, masto grande, masto de traquete, masto do gurupés, e masto da mezena”. Freire, 2ª parte, p. 102-103: “*Masto* e não *mastro*, achamos nas edições mais corretas dos nossos melhores autores, assim como *masteação*, e não *mastreação*; *enitnastear*, e não *emmastrear*. Hoje pretendem alguns, que se diga *mastro*, mas para irem coerentes, porque não pronunciam também *mastraréo*?” Poder-se-á responder que aqui ocorreu a dissimilação do primeiro *r*, fenômeno comum à língua falada.

MENAGEM s. ...*pedem favor a Inglaterra oferecendo-lhe o feudo e menagem*, p. 118. *Blut.*: “Vid. Homenagem. (Não deve de quebrar a menagem da camara para fora. *Guia de casados*, p.165) (A vassalagem do Japão, nem é lá profissão solene, nem menagem em vida. Lucena, *Vida de Xavier*, 474, col. 1) *Freire.*: *Menagem* e não *homenagem*, disse D, Francisco Manuel na sua *Carta de Guia de Casados*, p. 165, e o Padre Lucena na *Vida de Santo Xavier*, p. 475. Era então o usado: “depois deles homenagem teve mais seguidores, e é a pronúncia que domina”: Aqui, a lição moderna da norma linguística dominante.

MERCÊ s. ...*todos os que forem na dita Jornada para lhes fazer as mercês*, p. 104. Deriva-se do latim *merces*, que na sua genuína significação quer dizer “paga do mercenário, ou galardão, e recompensa, que se dá ao merecimento de alguém”. No passo acima, e à p. 162, *mercês* é usado com o primeiro sentido.

MEZINHA s. ...*nem mezinhas, nem físico, nem barbeiro*, p. 36. *Blut.*: “Qualquer medicamento, bebido como xarope ou purga, ou applicado como emprasto.” Mezinha, no primeiro sentido [...] (He melhor a mézinha pela boca, & tomará xarope rosado. *Recop. de Cirurg.*, pág. 224) Mezinha no segundo sentido [...] (As mezinhas que se hão de aplicar nas feridas dos nervos. *Recop. De Cirurg.*, pág. 166.)

MINISTRO s. ...*mandando ministros por todas as partes ajuntar farinha*, p. 39. Aqui está com o sentido genérico de ajudante, intermediário, assim *Blut.*: “Aquelle que ajuda a alguém em alguma cousa. [...] Pedia hum ministro, que o ajudasse, & não hum adversario.”

MOMO s. ...*todos fazendo os seus motins e momos se vinham chegando*, p. 72. Aqui com o sentido de disfarces, estratagemas, fingimento, assim *Blut.*: “...com razão se pode chamar momos, toda a invenção, e afetação no gesto, e trato humano. Também poderá derivar *momo* do grego *mommo* que quer dizer *máscara*, porque tudo no invencioneiro são disfarces & apparencias contrarias à realidade. Queixa-se o invencioneiro, sem sentir mal algum, affecta admirações, e medos sem causa, & c.”

MONTESA ...e nos vazios cruces do mesmo veludo, como as de montesa, p. 111. Era comum o feminino desse termo. *Blut.*: “Montêz. Cousa do monte. [...] Caça monteza. [...] (onde há variedade de caça monteza, como porcos, veados, & c. *Agiolog. Port.* tom. 2, 296)”. Aqui tem o sentido de pelúcia, cousa felpuda.

MOR adj. ...na maior pobreza dava o mor provimento, [...] no tempo da mor fraqueza o maior esforço, p. 40. *Blut.*: “Val o mesmo que mayor, cuja syncopa, porém entre estas duas palavras tem o uso introduzido esta diferença, que môr se poem por adjectivos de certos substantivos, como Capitão môr, Mordomo môr; & a outro genero de substantivos se applica o adjectivo mayor, v. g. o mayor trabalho, o mayor gosto, as mayores riquezas”.

MORRIÃO s. ...dos mais bravos soldados dela, com peitos e rodela d’ aço, morriões e celadas, p. 71. *Blut.*: “Arma, defensiva da cabeça, casco, ou elmo, sem viseira. Os italianos dizem *morione*, & os franceses, *morion*.” [...] (Vid. “Capacete”).

ORDENANÇA s. ...governar, conforme as Ordenanças de nossos reinos, p. 99. *Blut.*: “Milicia da ordenança. Mudando-se com o tempo a ordem da Milicia antiga deste Reyno, & ficando somente os officios mayores quasi só com os titulos honorarios, pertendeo ElRey Dom Manoel melhorar, & assentar por lista a gente, que havia em todos os lugares do Reyno; & ElRei Dom Sebastião trabalhou mais nesta materia, fazendo hum largo, Regimento, que mandou guardar com grande observância, para adestrar o povo na disciplina militar, & o ter prestes para quando fosse necessario servirse delle. Ordenou que os Alcaldes môres, & Senhores dos lugares fossem Capitaens môres delles, & que onde os não houvesse, fossem eleytos em Câmara pelas pessoas do Governo; & do mesmo modo os Sargentos môres, os quaes depois com os votos da governança elegessem os Capitães, & officiaes das companhias, que o Capitão môr repartisse a gente do seu lugar, & termo em companhia de duzentos & cincoenta, & que cada Domingo sahissem ao campo a se exercitar, conforme as armas, que cada um trouxesse, havendo premios para os mais destros, & penas aos que faltassem, & que os homens de cavallo fizessem cada mez resenha debayxo dos Capitães de cada lugar, & que cada anno se fizessem dous alardos geraes, hum pelas oitavas da Pascoa, & outro por dia de São Miguel, & que se ajuntasse toda a gente do termo na cabeça da Capitania, onde pelo Capitão môr & Sargento môr fossem ordenados, & se exercitasse, assim a gente de cavallo, como de pé. E para bom governo da milicia tinha o Capitão môr seu Regimento (ou Ordenança), que mandava executar pelos ministros das companhias, em cada uma das quais havia seu meyrinho, escrivão, & recebedor. Esta Ordem (ou Ordenação) se guardou em tempo delRei Dom Sebastião, até todo o delRei Dom Felipe o Prudente, & depois se renovou algumas vezes. Nos lugares maritimos, & no Reyno de Algarve está isto em mais observância. Man. Severim de Faria, *Not. de Portug.*, pág. 57. & c. Milicia, ou gente da ordenança.” A transcrição foi longa, mas necessária a iluminar as relações da hierarquia militar não só na *Jornada*, mas também em todos os relatos históricos da época da colonização do Estado do Brasil. (Desfiz aqui as abreviaturas.)

- PARAR<sup>1</sup> v. ...*haviam sido apertados com cordéis para dizerem o que parava entre os portugueses*, p. 63. *Mor.*: “§ Descontinuar: v. g. paráráo as obras, a fábrica, o engenho, § v.n. Cessar de mover-se, ou de correr ou de andar: v.g. parou a pedra, o cavallo, o rio: parou o sangue (que corria), a chuva.” Afigura-se aqui o sentido de *acontecer, ocorrer*, cuja abonação não encontrei em nenhum léxico.
- PARAR<sup>2</sup> v. ...*vendo do mar o que parava, mandou na fúria do conflito aos navios mais ligeiros*, p. 76. *Blut.*: “Suspende os panos. Não ir mais adiante. Não continuar o próprio movimento”. Cândido Mendes (1874) procedeu a uma *emendatio* neste ponto. Leu se passava, em vez de *parava* como está dito em 1812.
- PARCEL s. ...*está trinta léguas do Rio Grande, donde se acabam os parcéis de São Roque*, p. 47. *Blut.*: “Banco de pedra debaixo da água. [...] (Se achou no parcel de Sofala com seis velas desaparelhadas de mastos. Barros, 1, *Déc.* 89, col. 2) (Não havia dia, que não dessemos em seco nos bayxos dos parciais. *Hist.* de Fern. Mend. Pinto, 47, col. 2)”
- PARTIDO p. a. ...*por ele serão partidos todos os ganhos e proveitos*, p. 99. Aqui com o sentido de *repartir, dividir, distribuir*. *Blut.*: “Partir igualmente os despojos . [...] (Parti com Ticio minha herança. [...] Não partistes bem, estes tem o melhor cordeyro. Partir os homens o seu dinheiro”.
- PASSAMANES s. ...*casacas curtas de veludo carmesim, guarnecidas de passamanes de ouro fino*, p. 111. *Mor.*: “fitas tecidas de fio de prata, ou oiro, de que os armadores úsão: é mais raro que o galão”.
- PATACHO s. ...*mandou se tomasse mais uma caravela e um patacho francês*, p. 43. *Blut.*: “Pataxo. He navio de guerra, que de ordinario anda em companhia de outro mayor, & serve de guardar a boca de um porto, ou de hum rio. Também sahe a descobrir o mar, & a reconhecer embarcações, que demândão a costa”.
- PAVÊS s. ...*infinitos arcos, e frechas, paveses, e rodela dos índios*, p. 82. *Blut.*: “Pavêz. Arma defensiva dos antigos. Era hum escudo largo, que cobria todo o corpo do soldado, pela parte donde lhe podia vir algum dano. Nas eleyções militares levantávão os soldados sobre huns pavezos os seus cabos, & os aclamávão Emperadores. [...] Como o pavez era o mayor dos escudos, parece que he o a que Virgilo chama, *scutum longum*”.
- PEGADO p. a. ...*Luis de Guevara, que de duas arcabuzadas caiu em terra morto pegado nos paus da cerca*, p. 77. *Blut.*: “Contiguo. Proximo. Visinho. Casas pegadas humas nas outras. [...] Comprou humas terras pegadas à sua fazenda. [...] (Chegarão a humas casas pegadas na mesquita. Barros, 2 *Déc.*, fol. 56, col. 3)”. Esse é o significado corrente em minha terra, que não encontro registrado em nenhuma das três edições de *A linguagem popular do Maranhão*, do saudoso antropólogo conterrâneo Domingos Vieira Filho.

- PEITO s. ...*e grande cópia de armas, arcabuzes, mosquetes, pistolas, peitos*, p. 82. *Blut.*: “Peyto d’armas, peyto d’arco, ou peyto forte. Armadura de ferro que cobre o peyto. [...] Também era hua especie de peyto de armas que usávão os antigos.
- PELOURO s. ...*dos inimigos, aos quais ao pelouro haviam de tomar a comida e a água, se faltasse*, p. 57. *Blut.*: “Pelouro, ou Pilouro. Pequeno corpo metálico; & espherico, com que se carrégão mosquetes, & outras armas de fogo”.
- PERSUMIR v. ...*sempre dos índios se persumia alguma novidade*, p. 89. Julgar, suspeitar, esperar. Se não for erro devido à analogia do próprio Diogo (*pre*: antes; *per*: através), foi-o do leitor do ms., pois não encontro abonação dessa forma em lugar algum. (Do lat. *praesumere*.)
- PERTENDER v. ...*as pazes que com tanta instância dissimulada o inimigo pertendia*, p. 96. Desejava, queria, almejava. *Blut.* registra a variante dos cognatos *pertendente* e *pertendido*, remetendo-os para as formas atuais. As variantes antigas sofreram metátese.
- PONTEIRO adj. ...*com vento sueste rijo, que naquela barra é mui ponteiro*, p. 44: “Adjectivo. Val o mesmo que contrario & c. Ventos ponteiros, como são entre si o vento norte & o vento sul. (A Capitânia, que com os ventos ponteiros vinha forçando as ondas. Jac. Freire, livro 2, num. 40)”.
- POSTILA s. ...*pondo no Regimento da Jornada uma postila: que a Jornada fosse ao Pará*, p. 43. *Blut.*: “antigamente éráo notas, postas na margem dos livros de Direyto, ou outra Sciencia, as quais notas éráo interpretações, & às vezes addições, ou additamento do que lhe faltava”. Aqui está com o sentido de *acrécimo* a outro documento. Mercedamente famosas as obras citadas por *Blut.* com esse nome. Acrescente-se-lhes as, não menos famosas, *Postilas de grammatica geral, applicada à língua Portugueza/pela/ analyse dos classicos*, do nosso humanista Francisco Sotero dos Reis, de que mais de uma edição fez a Tip. de Belarmino de Matos, em São Luís, na 2ª metade do século XIX.
- PRATICAR v... ...*até qui não quis praticar-te nada de aquilo que toca à nossa arte*, p. 82. *Blut.*: “Conversar. Praticar com alguém. [...] Os dous discipulos praticávão na morte do Senhor. Vieira, tom. 1, p. 640”.
- PREDOMINAÇÃO s. ...*coragem virtude, suficiência, experiência, inteireza, e predominação em o efeito das armas do mar*, p. 98. Neologismo para a época, com o sentido de *ação de predominar, mostrar pujança e poderio, capacidade de subjugar*. Não o vejo verbetado nos léxicos antigos. O mesmo ocorre com *interrompedura* (vd.).
- PRESENTAR v. ...*mandou na fúria do conflito aos navios mais ligeiros que se presentassem à fortaleza*, p. 76. Variante de apresentar. *Blut.*: “Presentar huma pessoa a outra, ou diante de outra. Presentou a Jacob os dous Irmãos” (Vieira, tom. 3, p. 87).

- PRESÍDIO s. *Neste presídio de N. Senhora do Amparo estava com dezesseis soldados portugueses*, p. 48. *Blut.*: “A Praça, ou Fortaleza presidiada”. Também pode significar, por metonímia, a gente da guarnição que guarda e defende do inimigo.
- PRESTES adj. *...logo vos hão de vir pôr cerco por mar, e por terra, porque tudo está prestes*, p. 66. *Blut.*: “Preparado, Prompto. Somos prestes, temos tudo o que nos he necessario. [...] Fazey com que tudo seja prestes para quando eu voltar. Exército prestes, posto em ordem para marchar”.
- PROPÍNQUO adj. *Hei por bem que façais a despesa da dita Conquista do dinheiro mais propínquo*, p. 103. *Blut.*: “Chegado, vizinho que está perto, & c. (Estava esta capella muyto propinqua ao rio Douro *Mon. Lusitan.* tom. 2 fol. 58 vers.)”.
- PROVAR v. *...não lhes parecendo bem provar-se com gente*, p. 82. Pôr à prova, defrontar-se, enfrentar, encarar, como se diz vulgarmente hoje aqui no Sul.
- QUARTAU s. *...com a maré veio uma das lanchas a reconhecer os quart[aus]*, p. 64. *Blut.*: “peça pequena de artelharia, que faz uma quarta parte de canhão. Há canhão, meyo canhão, & quarto de canhão. Pelo muro vão postas outras peças pequenas, como os nossos falcões, & quatro quartos grandes, & dezoito trabucos. (Barros, *Déc.* 4, pág. 352)”. A edição de 1984 repete o erro de leitura de Joaquim José da Costa e Sá, na de 1812: *quartaus*, pl. de *quartau*, e não *quartões* pl. de *quartão* (medida de vinho de três canadas ou o quarto de um almude). Não me parece crível que em meio à refrega os inimigos procurassem identificar meras medidas de vinho.
- QUEBRANÇA s. *...e o mar andou mais brando nesta quebrança das águas*, p. 52. Embate das águas, quando rebentam na praia. Na edição de 1874 o erudito humanista maranhense propôs acertadamente o étimo *anse* (= enseada) como segundo elemento do composto *grandança* – à p. 76 que se lhe assemelha. *Etim.* verbeta: quebr. ançoso adj. “ant. quebradiço” XIV. *Mor.* Abona, elucidando o significado: “As embarcações estãvão de largo na praya, por causa da *quebrança* da água”. Por evitar o rolo d’agua. Couto, 10-7-18 e 6-10-18.
- QUIÇAIS, QUIÇAES. adj. *...gente de mar e guerra, quiçais diferente da dos portugueses na prática naval*, p. 56. *Eram quiçais homens, com que Deus e as gentes tinham roto o gênero de tréguas*, p. 93. Advérbio de dúvida, igual a *talvez*, *quem sabe*. *Leão* recomenda a 1ª forma com ditongo /ay/ em lugar de *quiçá*, como hoje se usa, no Cap. da “Reformação de algumas palavras que a gente vulgar usa e escreve mal”, mas *Freire*, mais de século após, contesta (p. 124, 2ª parte): “*Quiçá* e não *quiçás* ou *quiçais*, como diziam os antigos”.
- QUINTAL s. *...vinte quintais de pólvora*, p. 43. *Blut.*: “Peso de quatro arrobas, que fazem cento e vinte & oyo arrateis, porque cada arroba he de trinta & dous arrateis”.
- RECONHECENÇA s. *...e assim fará naquelas [...] uma diligente reconhecença de todas as suas avenidas*, p. 99. *Blut.*: “Vid. Reconhecimento (Honrávoolhe os lugares, que fazião seus por esta reconhecença. *Mon. Lusit.* tom. 5. 159, col. 2)” A respeito da gra-

fia de *honrávoolhe*, com pronome enclítico sem hífen, é comum encontrar-se assim grafado nos livros antigos, apesar de *Leão* (p. 182) já recomendá-lo na ligação dos compostos lusos e latinos. Em lugar do hífen para ligar, através de uma assimilação, o pronome átono unia-se encliticamente ao verbo. *Proen.*: “Fazer reverencia tocando *cõ* atesta no chão, aplicasse particularmente a mouros” (p. 188). Outras vezes não se dobra o s: “Hum castigo que dão a os rapazes *cõ* as mãos crusadas pegando nas orelhas abaixandose, levantandose co o corpo direito tocando quasi as nadegas, as pernas” (*Id., ibid.* p. 189).

- REFRESCO s. ...*mais outro baú de livros, e cousas de refresco para sua embarcação*, p. 102. *Blut.*: após dar-lhe o sema principal de *refrigeração*, subdivide em dous significados específicos: “de mantimentos para exercitos, armadas, & e. [...] Mandar refresco ao exercito); e – de soldados. Nova gente de guerra, que acode a um exercito cançado [*sic*] No tempo da batalha, que durou muyto, os inimigos cançados se retirávão, & acudião outros de refresco.”
- REPONTA s. ...*e eles para se embarcarem naquela reponta da maré*, p. 69. *Blut.*: “Princípio de maré enchente. [...] (Porque com a reponta da maré. Damião de Góis, fol. 68, col. 3)”.
- RESPLANDOR s. ...*bandas de Paris de resplandor de prata lavradas*, p. 111. *Blut.*: “Resplandôr, muyto clara, qual he o Sol, & outros astros celestes, que tem luz viva & não reflexa.”
- RESPÚBLICA s. ...*e requeremos a todos os reis, príncipes, respúblicas, potentados*, p. 103. Alomorfe do atual *república*. *Blut.*: “Estado governado por magistrados, eleitos, & confirmados pelo povo: ou mais amplamente, Estado governado por muytos. Dizia um antigo, que as respúblicas, por serem governadas por muytas cabeças, estão sujeytas a muytas enfermidades.” Mas, testemunha: “Tão grande foy nos antigos o receio da tyrania que sempre procurárão fazer do seu Estado Republica”. E continua, desconsolado, já nos idos de 1720: “Hoje rara he a republica verdadeyra, com governo totalmente popular”. A história, às vezes, se repete, às vezes, involui...
- RODELA s. ...*cobertos de paveses e rodela tintas de mil cores*, p. 69. *Blut.*: “He hum escudo redondo, que embraçado no braço esquerdo, cobre o peyto & serve de arma defensiva a quem peleja com espada”.
- ROMBO adj. ...*tudo estava varado, e tiradas as tábuas, e rombas*, p. 80. Adjetivação do substantivo *rombo*, com a acepção de *arrombadas* (embarcações), *que faziam água*. *Blut.*: “Rombo. (Termo de navio) (Tinha-se aberto hum rombo junto à quilha da nao. Vieyra, tom. 5, pág. 319)”.
- SALVAGENS s. ...*tenho um número infinito de salvagens*, p. 73-74. Eis a estranha visão europeia de *Blut.*, em 1720, quanto ao termo: “Tem cara quasi de feyção de homem, com o nariz chato, & revoltado, cabeça grossa, peyto sem cabelo, & as costas cubertas de cabelo negro [os Quojas Morrou, nativos de Angola]. Tem este animal muyta

força, & muyta agilidade. Sabe porse em pé, & quasi sempre anda direyto. Há salvagem macho, & femea: esta tem peyto, & ventre a modo de mulher. Em Hollanda trouxêrão ao Príncipe Federico Henrique hua salvagem fêmea do tamanho de hua rapariga de tres annos, ainda que gorda, & repleta, era muyto agil, bebia & comia com aceyo, & dormia em cama com lençóis como gente”. Os sacerdotes que vieram conhecer os nossos, como Anchieta e Vieira, amaram-nos e sofreram por eles. São ainda hoje, e sempre, gente como a gente.

SALVAJES s. ...*salvajes, que a todos fazem o mesmo* p. 31. Vd. Salvagens.

SEGUNDAR v. ...*dar exemplo aos outros de o seguir, e de segundarem*, p. 99. *Blut.*: “Repetir. Reiterar. Fazer segunda vez o mesmo. [...] (Não segundar na ordem da História estas guerras. *Mon. Lusitan.* Tom. 1, fol. 183, col. 3)”.

SEGURIDADE s. ...*ou seja em crueldade, ou seja na liberdade das seguridades*, p. 82. *Blut.*: “Segurança. [...] (E se lógrão com mayor seguridade. *Cartas de D. Franc. Manuel*, 300)”.

SEMINÁRIO s. ...*mais lhe mostraram o seminário dos moços franceses*, p. 110. *Blut.*: “A casa, em que se crião, & se ensinão moços em bons costumes & virtudes para o serviço de Deus, & da Igreja” também podia significar “viveyro de plantas, pomar”.

SEXÁGONO s. ...*logo traçou destramente um sexágono perfeito, capaz de alojar em si toda aquela gente*, p. 61. Neologismo híbrido de latim (*sex* – seis e) e grego (*gōnos* – ângulo), foi expulso pelo composto grego *hexágono* (gr. *hexágono*, neutro de *hexágonos*).

SÍTIO s. ...*o qual, depois de dizer missa, lhe mostrou o sítio do seu mosteiro*, p. 110. *Blut.*: “Espaço de terra descuberto. O chão, em que se pode levantar edificio.”

SOCAIRO s. ...*querendo-se antes estar-se ao socairo do forte Santa Maria*, p. 72. *Blut.*: “Ao socayro. Termo nautico, antiquado. Val o mesmo que ao longo. Ir ao socayro da fortaleza, com barco, ou navio.[...] (Se abrigou com a armada de remo, ao socairo da nao, & do galeão. *Lemos, Cercos de Malaca*, 15, vers.)”.

SOSSO adv. ...*com sete trincheiras de pedras em sosso, altas e grossas*, p. 71. Pedras em sosso ou pedras em *sossa*, aliás a única forma acolhida por *Mor.*: “usamos desta palavra adverbialmente; v. g. *pedra em sossa*, sem cal, nem outro liame. *Mend. Pinto*, c. 17 e 93”. Em Cândido Mendes (edição de 1874, p. 208), está *soosso*, mas há registro, em nota, das duas flexões.

SUBSTÂNCIA s. ...*Monsieur du Prat, grande soldado, e pessoa de substância da câmara do Cristianíssimo Rei de França*, p. 64. Ou de *sustância*, de força, de projecção: importante, respeitável, substancial.

SUJIGADO p. a. ...*para dobrar os baixos de São Roque levando a terra sujigada a quatro léguas*, p. 46. O mesmo que *subjugado* ou *sujeitado*. *Mor.* Registra o derivado *sugigador* (= subjugador). *Blut.* Registra *sogeição*, *sogear*, *sogeito* e *sojugado*.

SUJIGAR v. ...*o caravelão do Machado meteu tanto de ló por sujigar o Recife*, p. 43 . Vd. *sujigado*, que deriva do verbo acima.

SUSO s. ...*no feito suso dito poderão ocorrer diversas ocasiões*, p. 100; *dar, ordenar, e dispor em todas as cousas suso ditas*, p. 100. *Leão*, à p. 292, assinala *asuso*, ou melhor *acima*. *Vit.*, no verbete *Jussãa*, diz: “He o contrário de *susãa*. *Carta de Jussãa*, Carta de baixo: *Carta de Susãa*, Carta de cima. Doc. de Tarouca de 128... Antigamente se disse *juso*, abaixo: e *suso*, acima. Ainda hoje (1798) se diz *juzante*, a maré, que baixa; e *montante*, a maré que sobe”.

TABAJAR adj. ...*no socorro dos índios tabajares da Buapava*, p. 51. *Garc.*: “Tabajares (fl. 158 v.) Indiens. – Tabajáras, de taba aldeia, Yára senhor; os senhores das aldeias, os aldeões. Tobayára, que ocorre em outros autores, significa o que está na frente, fronteiro, estrangeiro, ádvena, inimigo”.

TABAJARÉ s. ...*entrava o Maniocapuá com os tabajarés*, p. 72. Vd. Tabajar.

TATAJUBA s. ...*do pau amarelo chamado tatajuba, e de todas as madeiras*, p. 124. *Cunha*: “Var. *tatajiba, tatajuba, tataiobá, tatagyba, tatajúba* (T.tata’iua – VBL 1.34: *Amoras brancas de árvore* = Tatagiba. Ib. 1. 126: Espinheiro o das amoras brancas = Tatagyba). Planta da família das moráceas.”

TENÇÃO s. ...*tudo era seda, guarnições e ouro, em que se manifestava a tenção com que estas despesas ditas eram feitas*, p. 111. *Blut.*: Vontade, intento, propósito de dizer, ou fazer alguma cousa. // “Declaravos-hey a minha tenção.”

TENÊNCIA s. ...*meter com outros, seja por companhia, comissão, ou por tenência com igual poder*, p. 100. *Blut.*: “o cargo, que se dá de algum presidio, fortaleza, ou cidade, a quem a tenha, & mantenha com fidelidade. Ou officio & cargo de tenente. (Restituído à *tenencia* da cidade da Guarda. *Mon. Lusit.* Tom. 5, fl. 134).”

TEREMEMBÉ s. ...*também porque os índios Teremembés do Pará ou Ototói ficavam mais perto*, p. 51. *Garc.*: (fl. 189) Indiens. – Tremembés, indígenas que habitavam o litoral do Norte, desde a foz do rio Camocim até a Ilha do Maranhão, e que foram destruídos em 1679 pela expedição ao mando do mamaluco Vital Maciel Parente filho natural de Bento Maciel Parente, o qual tinha o posto de capitão-mor. – Berredo, nos *Anais históricos*, chama-os *Taramambases*: Baena, no *Compêndio das eras*, dá-lhes o nome de *Taramambezes*: mas a designação seria em princípio *Tirimembés* (de que C. d’Abbeville fez *Tremembez*) contração de *tyriri-membé*, água ou líquido que se escôa molemente, designando o local embrejado, ou encharcado, como era o *habitat* da tribo, conforme plausivelmente explica Sampaio.

TEREMEMBE s. ...*os Tapuias do Parameri, chamados teremembes*, p. 34. Vd. Teremembé.

TESO s. ...*para que sem parar lhes tivesse a escaramuça em teso aos capitães franceses*, p. 76. *Blut.*: “Hum lugar alto, no campo. Havia numa planície um teso de bastante

grandeza. [...] Hua grande arvore, que estava em um teso. Barros, I *Déc.* fol. 36, col. 1)”.

TIJIPAZ s. ...e os índios de fora, em seus tijipazes, ou cabanas, ao longo da água, p. 50. *Cunha*: “Cabana de índios, choça; por extensão, toda e qualquer construção rudimentar. Note-se quantas variantes derivadas do tupi: te’iu’paua: 1. *tugipar, tiyupar, tajupar, tijupar, tujupar, togibar, tuiupar, tejupar, teiupar, tigibar*; 2. *teigupába, teigupaba*; 3. *tigepau, tegipau, tegipão, tejupá*. (*Id.*, *ibid.*).

TOA s. ...indo neles o dito Sargento-Mor para aprestar toas, p. 44. *Blut.*: Ignora o sentido base. *Mor.*: “A cõrda que o navio grande dá a alguma embarcação menor para esta o rebocar, e trazer à sirga, quando não ha vento”. “Recolhião a toa do cabrestante. *F Mendes*, c. 68. *Albuq.* 4. p.c. 6 *Cast.* 3.36”.

TOPINAMBÁ s. ...os da Ilha Topinambás [...] sempre haviam de temer esta liança, p. 56. Vd. Tupinambá.

TOPINAMBÓ adj. ...Mr. de la Fos Benart, com mais quatrocentos índios Topinambós, p. 71. Vd. Tupinambá.

TÓSSIGO s. ...tais desordens, as quais, para quem as entendia sem lhes poder dar remédio, eram tóssigo, que consumia a vida e o gosto. p. 58. *Mor.* e *Tes.* somente registram *tossigoso* e *tossegoso* e silenciam aquele substantivo, que serve de base ao adjetivo que verbetam. Cândido Mendes (1874) conjectura ser variante de tóxico, o que, além de semanticamente plausível, tem evolução fonética análoga na palavra *sintaxe* (/ks/ > /sl/).

TROÇAL s. ...vestidos de roupas francesas azuis [...] brosladas de troçais de seda, p. 111. Metátese de *torçal*. *Blut.*: “Cordaozinho de seda. Seda torcida. [...] E da fermosa cor Assyria tinto, E de Torças Attalicos lavrado. *Camoens, Eleg.* 1, *Estanc.* 14.”

TRUXAMANTE s. ...por ser grande truxamante ou língua entre eles, p. 34. O mesmo que intérprete. Cândido Mendes de Almeida diz com acerto ser empréstimo do francês.

TUPINAMBÁ s. ...dentro do Maranhão, defronte da Ilha dos tupinambás, p. 55. *Garc.*: “Topynambá (fl. 61 *et passim*) indiens et sauvagens. – *Tupinambá*. – Dos escriptores antigos o que mais se aproximou da graphia tupi desse nome, entre os estrangeiros, foi C. d’Abbeville. Léry escreveu *Toioupinambaout*; Hans Staden *Tuppinambas*, Y d’Evreux *Tapinambos*, etc. – O vocábulo tem sido explicado diversamente. Burton, na Introdução ao *The Captivity of Hans Staden*, faz derivar o nome de *tupi-ana-ma-aba* “people related to tupis”, Sampaio de *tupi-nã-mbá*, descendentes do tupis. Qualquer das duas interpretações é satisfactoria tanto etymologica como ethnograficamente”.

TURQUESCO adj. em todas as guerras, assim cristãs como turquescas, p. 82. *Blut.*: “Cousa de turco. *Turcicus, a, um*”.

- UCO s. ...*a resposta que deu foi meter a carta no uco do chapéu*, p. 75. A menos que seja erro de leitura da edição de 1812, não encontrei abonação para o termo. Por contexto, pode significar *oco, concavidade*.
- URCA s. ...*s partiu em uma urca*, p. 36. *Mor.*: “Embarcação de comboi nas armadas, espécie de barco grande, e muito largo”.
- URUCU s. ...*fazendo caso da tinta vermelha do urucu*, p. 124. Todos sabemos ao urucu num guisado de galinha, num xarope, ou em outras utilidades. Mas leiamos *Garc.*: “*Ouroucu* (fl. 226) arbre... il porte une fruit qui est remply de petits grains rouges, dont les Indiens se servent pour la teinture. – *Urucú*, o vermelhão (*Bixa orellana*. Linn.). – Batista Caetano explica de várias maneiras: mas considerando-se o destino que davam ao vegetal, ou melhor ao seu fructo, parece-nos razoavel derivar o nome de *ub-rocu* pinta pernas. Também diziam *rucú* com *r* brando.
- VALEROSO adj. ...*chegaram descompostos, mas mui valerosos e honrados*, p. 75. *Tes.*: “Que tem forças. – Esforçado, corajoso, animoso. “Aquele que hoje se vê tão valeroso...”
- VALEROSAMENTE adv. ...*e ali se defendia valerosamente*, p. 76. Advérbio formado de *valerosa + mente* Vd. Valeroso.
- VARADO p.a. ...*dar fogo a todas as canoas que estavam varadas em terra*, p. 76. *Mor.*: Varar v. at. Fazer encalhar: v.g. varar o navio em terra. B4.8.14. Couto. Freire, 2. nº 56.
- VAREDA s. ...*guardando postos, fazendo emboscadas, batendo varedas*, p. 64. *Blut.* e *Tes.* registram esta variante, remetendo o leitor para *vereda*, caminho estreito, senda, e não estrada real.
- VENTOSO adj. ...*foi lua nova à sexta-feira muito ventosa*, p. 53. *Mor.*: “Cheio de vento: folle ventoso”.
- VESTIDO s. *Proveu-se esta gente de vestidos, armas e munições*, p. 48. *Blut.*: “O com que nos cobrimos, para a honestidade, & para defender o corpo das injúrias do ar.” Os nossos ingênuos índios mais desmentem que segue: “O pecado foi a causa, por que se introduziram os vestidos: quem se glorea [*sic*] delles, do peccado se glorea.”
- VERAS s. ...*entendeu o Senhor de la Ravardièrre as veras com que S. Majestade tomava as cousas do Maranhão*, p. 108. *Mor.*: “Veras, s.f.pl. [...] *Vede se são veras ou burlas*; i.é, cousas sérias, ou brincos. § *Veras* oppõe-se a *ficção, hypocrisia, dissimulação*”.

.....  
*Índice onomástico*

– A –

- ABRAHAM (le funditor) – 88  
ALBUQUERQUE, Antônio – 45, 72, 77, 78  
ALBUQUERQUE, Gregório Fragoso de – 40, 45, 47, 59, 73, 75, 91, 113, 115, 116, 119  
ALBUQUERQUE, Jerônimo de (também Hieronymo) – 34, 35, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 52, 60, 61, 63, 64, 70, 73, 76, 77, 82, 85, 86, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 103, 104, 105, 106, 107, 116, 119, 120, 123  
ALBUQUERQUE, Matias de – 119  
ALEXANDRE (cacique) – 44  
ÁLVARES, Pedro – 78  
AMBREVILLE, d' (mons.) – 80  
ANDRÉ (cacique) – 44  
ARCÂNGELO (frei) Ver PEMBROC, Arcângelo de  
ARCO VERDE (cacique) – 44

– B –

- BACHILER, DE (mons.) – 80  
BACHILER, LE (mons., irmão do anterior) – 80  
BARACHO – 47  
BARROS, João de – 29, 116  
BARTIER, Martin – 88  
BASSERUA (mons.) – 80  
BASTARDO, Pedro – 78  
BATALLA, De (mons.) – 99  
BAULT (mons.) – 124  
BEAUVALLON – 101

- BEÇA, Francisco de – 78  
BEJIÚ (cacique) – 44, 45  
BENART, La Fos – 71, 76, 77  
BENUVIERA, La (mons.) – 79  
BETANCOR, Martim Calado de – 45  
BIRAMPITANGUÁ (cacique) – 61  
BIXOT (sargento) – 80  
BLANJARTIÈRE, La (M.) – 113, 123  
BOTELHO, Diogo – 29  
BRASIL (cacique) – 82, 112  
BRIDU (mons.) – 80  
BRUBARTE – 103

– C –

- CALADO, Martim – 47, 55, 63  
CAMARÃO (cacique) – 43, 45, 48, 49  
CAMPOS, Diogo de – Ver MORENO, Diogo de Campos  
CAMPOS, Estêvão de – 56, 78  
CANONVILE, de (M.) – 71, 76, 119  
CARACANTIM DE CAIETÉ (cacique) – 89  
CARANGUEJO BRANCO (cacique) – 77  
CARRASCO, Bartolomeu – 79  
CARVALHO, Feliciano Coelho de – 41  
CHATEAU, DE (mons.) – 80  
CHAVANNE (mons.) – 79  
COELHO, Pero – Ver SOUSA, Pero Coelho de  
CONDÉ (princesa de) – 75  
CORREIA, Domingos – 78  
CORREIA, Jorge – 37  
CORREIA, Simão Nunes – 63, 109  
COSME DE SÃO DAMIÃO (frei) – 40, 101

COSTA, Diogo da – 73, 76  
 COSTA, Jorge da – 79  
 COUTO, Amaro do – 78  
 CRUX, De La (mons.) – 80

– D –

DAMIÃO, Cosme de São – Ver COSME DE SÃO DAMIÃO  
 DAMPUILLE (Sr.) – Ver MEMERANSI, Dampuille Charles de  
 DEPUIS, La Roche (mons.) – 79  
 DIABO GRANDE (cacique) – 35, 51, 52, 53  
 DIOGO (dom) – Ver MENESES, Diogo de  
 DU PRAT (M., também DO PRADO) – 64, 66, 70, 76, 83, 91, 92, 97, 111, 113, 119, 122

– E –

EÇA, Manuel de Sousa de – 36, 37, 45, 72, 81, 109

– F –

FERNANDES, Encenso – 79  
 FIGUEIRA (padre) – 31  
 FILIPE (de Espanha) – 93  
 FOSSÉ (mons.) – 79  
 FRAGOSO, Francisco – 106, 107  
 FRAGOSO, Gregório – Ver ALBUQUERQUE, Gregório Fragoso de  
 FRAGOSO (capitão) – Ver ALBUQUERQUE, Gregório Fragoso de  
 FRANCISCO, dom (chefe índio) – 44  
 FREIRE, Manuel de Brito – 48, 76  
 FRIAS, Francisco de – 40, 54-55, 57, 60, 61, 66, 69, 72, 77, 109

– G –

GAMA, Jorge da – 37  
 GATIGNAT (mons.) – 80

GONÇALVES, Mateus – 78  
 GRANDE, Vicente – 80  
 GRISANTE, Antônio – 77, 78  
 GROSBUEÉS de (barão) – 96  
 GUEVARA, Gonçalo de – 78  
 GUEVARA, Luís de – 77, 78  
 GUIRAITAPAVÁ (cacique) – 61  
 GUISE (duquesa de) – 108  
 GUISE (Senhor de) – 117

– H –

HARLEY, Nicolás de – 93, 115  
 HAUMELLAS (senhor de) – Ver RAZILLI, Francisco de  
 HAUTENOUESA (mons.) – 79  
 HEY, La – 79  
 HIBACON – 109  
 HOMEM, Manuel Mascarenhas – 41

– I –

IPECUTINGÁ (cacique) – 61  
 ITABU (mulher índia) – 52

– J –

JACAUNÁ (cacique) – 32, 33, 48, 49  
 JORGE (cacique) – 44  
 JOYEUSE, La (cardeal) – 110, 117

– L –

LALEMAN, Pierre – 88  
 LANCLURE, Antonio – 88  
 LASTRE, DE – 119  
 LONE, DE – 123  
 LONGEVILLE, DE (mons.) – 79  
 LOPES, Manuel – 79  
 LOUREIRO, Manuel de – 78  
 LUÍS (rei) – 98, 101, 102, 103, 111

– M –

MACHADO, João – 46, 56-57, 59, 63  
MACURAPIRÁ (cacique) – 44  
MADEIRA (capitão) – 72, 75  
MAGNIHI (mons.) – 79  
MAGROT (mons.) – 80  
MALHARTE, Mateu (ou Manarte, capitão) – 72, 86, 91, 92, 93, 97, 108, 113, 120, 124  
MANARTE, Mateu – Ver MALHARTE, Mateu  
MANDIOCAPUÁ (cacique) – 44, 72  
MANUEL DA PIEDADE (frei) – 40, 52, 66, 101, 109, 113  
MARAIS, Des – 80  
MARAÑÓN, Hieronymo de Albuquerque – Ver ALBUQUERQUE, Jerônimo de  
MARIGUI, Marcos (cacique) – 44  
MARIXAL, Critien – 88  
MARTINS, Domingos – 78  
MARTINS, Sebastião (também Bastião) – 39, 40, 53, 54, 56, 63, 64  
MASCARENHAS, Manuel – 41  
MATA, João da – 78  
MATOS, Fernão de – 35-36  
MEL REDONDO (cacique) – 30, 108  
MELOS (os) – 116  
MENDES, Brás – 79  
MENDIOLA, João de – 79  
MENESES, Diogo de – 32, 33, 34, 112  
MESQUITA, Roque de – 79  
MINAÇU (cacique) – 44  
MINGÃO (intérprete) – 80, 112, 122  
MOLÈ Y GROSBUEÛS (barão de) – 93  
MOMERANSI, Dampuille Charles de – 98, 101, 115  
MONGOMERI (conde de) – 118

MONIS, Luís – 107  
MORENO, Diogo [e Diego] de Campos – 29, 30, 32, 33, 35, 36, 38, 43, 72, 84, 85, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 104, 106, 107, 110, 113, 114, 115-116, 123, 124  
MORENO, Martim Soares – 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 51, 56, 113, 123  
MOTTE, Nué de La – 88  
MOURA, Alexandre de – 39, 41  
MUCURAPIRÁ (cacique) – 44, 61

– O –

OLIVEIRA, João de – 79  
OLIVEIRA, Manuel Vaz de – 75  
OTUIMIRI (piloto) – 30

– P –

PAGIER, Jean – 88  
PAIS, Francisco – 79  
PARISINO, Honorato – 101  
PATACU (cacique) – 45  
PAU-SECO (cacique) – 44  
PAVARES, Francisco de – 56  
PEDRO SÃO PEROS (padre) – 31  
PEMBRÉ, Arcângelo de – Ver PEMBROC, Arcângelo de  
PEMBROC, Arcângelo de (sacerdote) – 101, 102, 108, 110, 116, 117, 119  
PESTANA (alféres) – 55  
PETRESI (senhor de) – 97  
PIEDADE, Manuel de (frei) – Ver MANUEL DA PIEDADE  
PINTO (padre) – 31  
PISIAU [também PISIAUS] (monsieur de) – 66, 70, 71, 75, 79, 81, 87, 110, 115, 121, 123  
PRAERIA, de La (mons.) – 79

– R –

RAMIRES, Bartolomeu – 78  
RANGEL(Casa) – 84  
RANGEL, Melchior – 56, 69, 79  
RASELLI – Ver RAZILLI, Francisco de  
RAVARDIÈRE, La (senhor de) – 72,  
74, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85,  
86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95,  
96, 97, 98, 99, 100, 101, 107, 108,  
109, 110, 111, 112, 113, 115, 117,  
118, 119, 120, 123, 124  
RAZILLI, Francisco de – 66, 72, 91, 93,  
111, 115, 118, 123  
REGO, Manuel do – 107  
ROCHA, Paulo da – 47  
ROCHE, La (mons.) – 79  
ROCHEFARTE (mons.) – 79  
RODOVALHO (sargento) – 79  
ROMA, Francisco Mendes – 63  
RUELLE, LA (mons.)– 80

– S –

SABLON (mons.) – 79  
SANSI (senhor de) – 118  
SÃO GIL (mons.) – 79  
SÃO VICENTE (mons.) – 79  
SAUVENSI (mons.) – 80  
SILVA, Manuel da – 56  
SIMAS, Antônio Viles de – 107  
SIRNE, Lourenço Peixoto – 32

SOARES, Martim – Ver MORENO,  
Martim Soares  
SOUSA, Francisco de – 41  
SOUSA, Gaspar de – 34, 36, 37, 103,  
104, 106, 107, 109, 114  
SOUSA, Gonçalo de – 79  
SOUSA, Manuel de – 31, 44, 52  
SOUSA, Pero Coelho de – 29, 30, 31, 32,  
63, 108

– T –

TAMBOR (cacique) – 45  
TATUAÇU (cacique) – 77  
TAVARES, Manuel – 109  
TEIXEIRA, Pedro – 56  
TOUCHE, Daniel de La – Ver RAVAR-  
DIÈRE, LA  
TURÇOU (língua) – 71, 77

– V –

VANET (mons.) – 79  
VAZ, Cristóvão – 77, 78  
VELASCO, Francisco de – 79  
VERDURA, LA (sargento) – 80

– X –

XAPIAÇU (índio) – 112

– W –

WANCARDEN, Paulo – 30

*Jornada do Maranhão*, de Diogo de Campos Moreno, foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85 g/m<sup>2</sup>, nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em julho de 2011, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.



Poucas vezes na História do Brasil a conquista ou ocupação de um território disputado teve um registro tão abundante, variado e fruto de testemunhas que vivenciaram os fatos narrados. Este é o caso da fundação da cidade de São Luís, em 1612, e, especificamente, o relato de Diogo de Campos Moreno, “capitão e sargento-mor do Estado do Brasil”, que serviu na campanha portuguesa para recuperar o território ocupado pelos franceses sob o comando de La Ravardière.

Dois outros livros publicados pela Editora do Senado nar-ram a aventura francesa no Maranhão. O primeiro é o livro de Claude D’Abbeville, intitulado *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas* (vol. 105). O segundo foi escrito por Yves d’Evreux: *Continuação das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos 1613 e 1614* (vol. 94). Eles complementam esta narrativa de grande importância por tratar de maneira muito particular a luta entre franceses e portugueses.

O livro narra o embate entre dois povos e acrescenta informa-ções sobre Jerônimo de Albuquerque, comandante dos portugueses, e apresenta ainda a relação tensa entre o cronista e seu chefe. São docu-mentos que representam fontes primárias e auxiliam os pesquisadores e interessados em nosso passado colonial a estabelecer a verdade dos fatos e a grandeza das ações dos homens que fizeram a nossa História. O volume conta ainda com duas introduções, de José Sarney e Josué Montello, assim como de uma análise filológico-estilística empreendida por Antônio Martins de Araújo.

Diogo de Campos relata o preparativo para as guerras, a con-cepção logística, o recrutamento das tropas, o tipo de combates, além das cartas entre os dois comandantes e até diálogos de tão viva descri-ção que apresentam o comportamento da assistência com desagrado ou riso. Designado a ser o segundo de Jerônimo de Albuquerque, Diogo de Campos é também incumbido pelo rei e pelo governador-geral de documentar com isenção a saga histórica dos portugueses na guerra de reconquista do território maranhense.

ISBN 978-85-7018-379-8



9 788570 183798